

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE SUL  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL**

**LÚCIO PAULO ISMAEL MUCHANGA**

**ESTRATÉGIAS DE MEIO DE VIDA DAS FAMÍLIAS CAMPONESAS À LUZ DAS  
MUDANÇAS CLIMÁTICAS: UM ESTUDO NO POSTO ADMINISTRATIVO DE  
MAHEL, DISTRITO DE MAGUDE, MOÇAMBIQUE**

**Porto Alegre**

**2016**

**LÚCIO PAULO ISMAEL MUCHANGA**

**ESTRATÉGIAS DE MEIO DE VIDA DAS FAMÍLIAS CAMPONESAS À LUZ DAS  
MUDANÇAS CLIMÁTICAS: UM ESTUDO NO POSTO ADMINISTRATIVO DE  
MAHEL, DISTRITO DE MAGUDE, MOÇAMBIQUE**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande Sul, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Desenvolvimento Rural.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Dabdab Waquil

**Porto Alegre**

**2016**

CIP - Catalogação na Publicação

Muchanga, Lúcio Paulo Ismael

Estratégias de meio de vida das famílias camponesas à luz das mudanças climáticas: um estudo no Posto Administrativo de Maheí, distrito de Magde, Moçambique / Lúcio Paulo Ismael Muchanga. -- 2016. 159 f.

Orientador: Paulo Dabdab Waquil.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, BR-RS, 2016.

1. Campesino. 2. Vulnerabilidade. 3. Estratégia de meio de vida. I. Waquil, Paulo Dabdab, orient. II. Título.

**LÚCIO PAULO ISMAEL MUCHANGA**

**ESTRATÉGIAS DE MEIO DE VIDA DAS FAMÍLIAS CAMPONESAS À LUZ DAS  
MUDANÇAS CLIMÁTICAS: UM ESTUDO NO POSTO ADMINISTRATIVO DE  
MAHEL, DISTRITO DE MAGUDE, MOÇAMBIQUE.**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em  
Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências  
Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande Sul,  
como requisito parcial para obtenção do título de mestre  
em Desenvolvimento Rural.

Aprovada em: Porto Alegre, 1 de abril de 2016

BANCA EXAMINADORA:

---

Prof. Dr. Paulo Dabdab Waquil – Orientador  
UFRGS

---

Prof. Dr. Eduardo Ernesto Filippi  
UFRGS

---

Prof. Dr. Marcelo António Conterato  
UFRGS

---

Prof. Dr. Márcio Gazolla  
UTFPR

## AGRADECIMENTOS

A realização desta dissertação somente foi possível graças ao inestimável apoio que tive durante este processo. Por isso, com devida vênia, escrevo para essas pessoas que me apoiaram nos momentos de alegria e principalmente nos momentos de tristeza. Sei que não posso abranger todos que direta ou indiretamente contribuíram para a realização desta dissertação, mas irei mencionar algumas que me vêm à memória, sem desmerecer aos outros.

Começarei por agradecer a Deus pelo dom da vida. Em seguida, aos camponeses do posto administrativo de Mahel no distrito de Magude, em especial às famílias camponesas que me receberam nas suas casas, pois, de forma humilde colaboraram para a realização da dissertação. A minha intenção era coletar dados para elaborar informações que me permitissem responder ao problema de pesquisa. Entretanto, de forma humilde, grito com confiança que não só obtive dados, mas recebi valores imensuráveis, exemplo: saber viver com escassos recursos.

Para além dos indivíduos, há instituições que contribuíram para a viabilização desta dissertação. Deixo o meu agradecimento, em primeiro lugar ao Serviço Distrital de Atividades Econômicas de Magude - SDAE, em especial ao extensionista Ciro do SDAE que facilitou na tramitação da documentação que permitiu a entrada na unidade de pesquisa. Importa também agradecer às autoridades tradicionais do posto administrativo que divulgaram e mobilizaram os camponeses quanto à importância da pesquisa para a comunidade.

Agradeço ao Conselho Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento (CNPq) do Brasil e, em especial, ao Ministério de Ciência de Tecnologia de Moçambique (MCT-MZ), pela concessão de bolsa de mestrado, sem a qual não seria possível a realização deste curso. À Universidade Federal do Rio Grande Sul (UFRGS), neste caso, aos funcionários e professores que me acolheram durante o período que vigorou a dissertação. Ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR), neste caso, aos funcionários e professores, por terem me proporcionado experiências, aprendizados e convívio multicultural. Por fim, mas não menos importante, um agradecimento aos professores da banca que examinaram o trabalho.

Agradeço aos colegas de aula, principalmente à turma de mestrado e doutorado de 2014, com quem aprendi para além do conhecimento científico, alcançando valores como a aceitação do outro e da divergência.

Agradeço também aos colegas do grupo de pesquisa, carinhosamente apelidado de Grupo Waquil, que participaram ativamente no processo de construção desta dissertação. Sem

participação do Grupo Waquil, a dissertação não teria atingido as minhas expectativas, pois desde a sua concepção até ao fim, recebi várias contribuições dos colegas. Por isso, queria mencionar uma parte do Grupo Waquil que contribuiu para a realização desta dissertação: Alessandra, Conceição, Carolina, Diessen, Lillian, Lívio, Pedro, Rafaela e Rodolfo.

Não poderia deixar de agradecer o professor e orientador Paulo Waquil, pelo exemplo de dedicação, profissionalismo, simplicidade, incentivo e transmissão de conhecimento durante toda etapa de construção desta dissertação.

Agradeço ao professor Eduardo Filippi, que o considero de co-orientador, apesar de não ser oficialmente meu co-orientador, pois foi um autêntico orientador durante o período em que o professor Paulo Waquil esteve ausente. Convém mencionar que o professor Eduardo Filippi não quis mudar o que já tínhamos iniciado, limitando-se apenas a assumir o que estava em andamento, situação que poucos teriam coragem de enfrentar.

Agradeço a todos os professores do PGDR, em especial aos professores que diretamente contribuíram para meu aprendizado e amadurecimento na temática do desenvolvimento rural: Carlos Mielitz, Eduardo Filippi, Fábio Soglio, Guilherme Radomsky, Ivaldo Gehlen, Jalcione Almeida, José dos Anjos, Lovois Miguel, Paulo Waquil, Rumi Kubo, Sérgio Schneider, Daniela Wives, Egon Frohlich. Os meus agradecimentos são extensivos às funcionárias do PGDR: Danielle de Souza, Macarena Contreras e Marlene, que contribuíram para a execução desta dissertação, pois foram atenciosas desde o primeiro ao último dia da minha estada em Porto Alegre. Não podia esquecer-me de mencionar os/as meninos/as da limpeza, biblioteca e restaurante universitário, que proporcionaram um ambiente de trabalho agradável.

Agradeço à Escola Superior Desenvolvimento Rural (ESUDER), que me permitiu cursar o mestrado num ambiente com tranquilidade.

Sou grato aos moçambicanos residentes em Porto Alegre, em especial aqueles com quem compartilhei casa durante os dois anos do curso, pois juntos amenizamos a saudade de casa.

Por fim e não menos importante, agradeço à minha família, que teve de suportar a minha ausência durante estes dois anos. Assim, começo por agradecer aos meus pais, Paulo Muchanga e Gracinda Ubisse (*in memoriam*), pois sempre proporcionaram tudo de bom para que eu fosse o que sou hoje. Infelizmente, minha mãe não poderá ver o culminar desta dissertação. Aos meus irmãos, Délio Muchanga, Michel Muchanga, Valdo Muchanga e Vânia Muchanga, e aos sobrinhos, Yano e Xiluva, agradeço pelo apoio e parceria.

O volume de atividade familiar depende inteiramente do número de consumidores e de maneira alguma do número de trabalhadores na unidade produtiva familiar.

Alexander Chayanov

## RESUMO

Esta dissertação aborda o tema das estratégias de meio de vida à luz das mudanças climáticas. Nesse sentido, a pesquisa se propõe a combinar três temáticas: o modo de vida dos camponeses, a percepção ambiental e a estratégia de meio de vida. Assim, a pesquisa procurou responder quais estratégias de meio de vida, as famílias adotam para enfrentam a seca que afeta a vida dos camponeses do posto administrativo de Mahel, no distrito de Magude, na província de Maputo, em Moçambique. O objetivo principal da pesquisa é compreender as estratégias de meio de vida (reação ou adaptação) que as famílias camponesas adotam em função dos ativos disponíveis na unidade produtiva familiar, numa situação de mudanças climáticas, neste caso da seca que aflige as famílias camponesas do posto administrativo de Mahel. Para tal, formularam-se três hipóteses: (1): as famílias elaboram estratégias de meio de vida; (2): as estratégias de meio de vida estão em função dos ativos disponíveis na unidade produtiva familiar e dos fatores sociodemográficos; e (3): A partir de percepção das mudanças climáticas, os homens elaboram estratégias de meio de vida para responderem o impacto das mudanças climáticas. Convém mencionar que em função da complexidade dos dados que se pretendia coletar, estabeleceu-se método qualitativo (estudo de caso), através de entrevistas semiestruturadas centralizadas nos chefes dos agregados de onze famílias. A escolha das onze famílias deriva de um conjunto de fatores, como dispersão da população em pequenos territórios e produção na propriedade. Portanto, estabeleceu-se metodologia por etapa, isto é, uma pesquisa a partir de um local específico para posteriormente expandir para outras áreas. Vale mencionar que a escolha dos chefes dos agregados deve-se ao fato destes influenciarem nas estratégias de meio de vida nas unidades produtivas familiares. As variáveis de análise foram os ativos: humanos, naturais, sociais, financeiros e físicos. Deste modo, estavam criadas as condições para a realização da pesquisa, a qual veio confirmar as hipóteses, porque as famílias estabelecem estratégias de meio de vida em função dos ativos disponíveis na unidade produtiva familiar, sendo as estratégias determinadas pelos fatores sociodemográficos da unidade produtiva familiar. Para o caso específico do posto administrativo de Mahel, os ativos humanos e naturais têm mais impactos que os demais ativos. Assim, as famílias elaboram estratégias de reação, garantindo assim a manutenção do modo e condição de vida campesina, neste caso em apreço, a sobrevivência, o que significa que satisfaz a demanda interna com menor penosidade.

**Palavras-chave:** Modo de vida dos camponeses. Vulnerabilidade. Estratégias de meio de vida.



## ABSTRACT

This dissertation addresses the issue of the strategies of livelihood in the light of climate change. In this sense, the research aims to combine three themes: the way of life of farmers, environmental awareness and the strategy of livelihood. Thus, the research sought to address what livelihood strategies, families adopt to face the drought that affects the lives of peasants Mahel administrative post in the Magude district of Maputo province in Mozambique. The main objective of the research is to understand the livelihood strategies (reaction or adaptation) that peasant families adopt depending on the assets available in the family production unit, in a situation of climate change, in this case the drought afflicting the peasant families of the post administrative Mahel. For this, three hypotheses were formulated: (1): families prepare livelihood strategies, (2): living through strategies are depending on the assets available in the family production unit and sociodemographic factors; and (3): From perception of climate change, the men prepare livelihood strategies to respond the impact of climate change. It should be noted that due to the complexity of the data that was intended to collect, was established qualitative method (case study), through centralized semi-structured interviews in the heads of households eleven families. The choice of the eleven families derived from a set of factors such as dispersion of the population of small regions and the production property. Therefore, it was established methodology by step, that is, a search from a specific location to further expand into other areas. It is worth mentioning that the choice of the aggregates of the heads is due to the fact that these influence the strategies of livelihood in family production units. The analysis variables were assets: human, natural, social, financial and physical. Thus were created the conditions for the research, which confirmed the hypothesis, because families establish livelihood strategies depending on the assets available in the family production unit, and the strategies determined by sociodemographic factors of family production unit . For the specific case of the administrative Mahel post, human and natural assets have more impacts than other assets. Thus, families prepare response strategies, thus ensuring the maintenance of order and peasant living conditions, in this case, survival, which means it meets domestic demand with less painfulness.

**Keywords:** Life of the peasant mode. Vulnerability. Strategies livelihood.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Elementos constituintes do aporte analítico da pesquisa .....	19
Figura 2: Esquema teórico do processo perceptivo .....	45
Figura 3: Estratégia de Meio de Vida de Ellis.....	51
Figura 4: Diagrama de meio de vida de sustentabilidade em Carney .....	52
Figura 5: Divisão administrativa do distrito de Magude .....	67
Figura 6: Distribuição do solo do distrito de Magude .....	68
Figura 7: Clima do distrito de Magude.....	71
Figura 8: Precipitação do distrito de Magude.....	71
Figura 9: Bacia hidrográfica do distrito de Magude.....	73
Figura 10: Distribuição da cobertura vegetação do distrito de Magude.....	74
Figura 11: Distribuição populacional do distrito de Magude .....	77
Figura 12: Produção do camponês do posto administrativo de Mahel.....	118
Figura 13: Insumos internos da unidade produtiva familiar.....	123
Figura 14: Chefes de agregados familiares verso idade .....	126
Figura 15: Bens de consumo e de produção das famílias que diversificaram atividade agrícola .....	132
Figura 16: Poupança em forma de gado bovino e caprino .....	135

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Divisão administrativa das provinciais e suas respectivas capitais .....	65
Tabela 2: Divisão administrativa do distrito de Magude em posto administrativo e a densidade populacional .....	66
Tabela 3: População por posto administrativo .....	76
Tabela 4: Capacidade de leitura e de escrita dos chefes dos agregados familiares .....	95
Tabela 5: Nível de escolaridade dos chefes dos agregados familiares .....	95
Tabela 6: Idade dos chefes dos agregados familiares .....	96
Tabela 7: Número de membro por agregado familiar .....	97
Tabela 8: Investimento na pecuária de grande e pequeno porte .....	101
Tabela 9: Percentagem dos agregados familiares que receberam financiamento estatal nos últimos 15 anos .....	103
Tabela 10: Origem da renda não agrícola .....	103
Tabela 11: Alteração da área de produção nos últimos 15 anos .....	105
Tabela 12: Modo de uso de terra disponível na unidade produtiva familiar .....	105
Tabela 13: Hora empregue na produção .....	106
Tabela 14: Investimento na produção .....	106
Tabela 15: Período da produção nos últimos 15 anos .....	107
Tabela 16: Modo de obtenção de terra .....	108
Tabela 17: Uso efetivo de terra para produção agrícola nos últimos 15 anos .....	110
Tabela 18: Uso de água disponível na unidade produtiva familiar .....	111

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

<b>CIT</b>	Convergência Intertropical
<b>CNPq</b>	Conselho Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento
<b>DfiD</b>	Department for International Development
<b>ERVM</b>	Estratégias de Revolução Verde de Moçambique
<b>ESUDER</b>	Escola Superior de Desenvolvimento Rural
<b>FDD</b>	Fundo de Desenvolvimento Distrital
<b>FMI</b>	Fundo Monetário Internacional
<b>FRELIMO</b>	Frente de Libertação de Moçambique
<b>GdM</b>	Governo de Moçambique
<b>IDS</b>	Institute of Development Studies
<b>INE</b>	Instituto Nacional de Estatística
<b>IPCC</b>	Painel intergovernamental sobre Mudanças Climáticas
<b>MCT-MZ</b>	Ministério de Ciência e Tecnologia – Moçambique
<b>MICOA</b>	Ministério para a Coordenação da Ação Ambiental
<b>MINAG</b>	Ministério de Agricultura
<b>ODI</b>	Oversea Development Institute
<b>OIIL</b>	Orçamento de Investimento de Iniciativas Locais
<b>PAC</b>	Política Agrícola Comum
<b>PAPA</b>	Plano de Ação de Produção de Alimento
<b>PARP</b>	Plano de Ação para Redução da Pobreza
<b>PBMC</b>	Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas
<b>PEDSA</b>	Plano Estratégico para Desenvolvimento do setor Agrário
<b>PGDR</b>	Programa Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural
<b>PNISA</b>	National Investment Plan for the Agricultural Sector
<b>RENAMO</b>	Resistência Nacional Moçambicana
<b>SDAE</b>	Serviço Distrital de Atividades Econômicas
<b>UFRGS</b>	Universidade Federal do Rio Grande Sul

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>13</b>
<b>2</b>	<b>REFERENCIALTEÓRICO.....</b>	<b>19</b>
2.1	CAMPONÊS, PERCEPÇÃO AMBIENTAL, E O MEIO DE VIDA	19
2.2	CAMPONESES EM CONTEXTO DOS PAÍSES EM VIA DE DESENVOLVIMENTO	20
<b>2.2.1</b>	<b>Retrato entre agricultura patronal e agricultura familiar.....</b>	<b>21</b>
2.3	PERCEPÇÃO AMBIENTAL COMO MECANISMO DE ADOÇÃO DE ESTRATÉGIAS DE MEIO DE VIDA À LUZ DA VULNERABILIDADE ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS	40
<b>2.3.1</b>	<b>Percepção.....</b>	<b>40</b>
2.4	PERCEPÇÃO AMBIENTAL NO CONTEXTO DA ABORDAGEM DE MEIO DE VIDA	47
<b>3</b>	<b>PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....</b>	<b>56</b>
3.1	VARIÁVEIS DE ANÁLISE	61
<b>3.1.1</b>	<b>Ativo natural.....</b>	<b>61</b>
<b>3.1.2</b>	<b>Ativo humano .....</b>	<b>62</b>
<b>3.1.3</b>	<b>Ativo social .....</b>	<b>62</b>
<b>3.1.4</b>	<b>Ativo físico.....</b>	<b>63</b>
<b>3.1.5</b>	<b>Ativo financeiro.....</b>	<b>63</b>
3.2	ESTRUTURA FÍSICA NATURAL DO DISTRITO	64
<b>3.2.1</b>	<b>Localização geográfica da área de Estudo.....</b>	<b>64</b>
<b>3.2.2</b>	<b>Localização geográfica do distrito de Magude .....</b>	<b>65</b>
<b>3.2.3</b>	<b>Estrutura morfológica do distrito.....</b>	<b>67</b>
3.3	EVOLUÇÃO E DIFERENCIAÇÃO DOS SISTEMAS AGRÁRIOS DO DISTRITO DE MAGUDE	77
<b>3.3.1</b>	<b>Período pré-colonial.....</b>	<b>78</b>
<b>3.3.2</b>	<b>Período colonial.....</b>	<b>83</b>
<b>3.3.3</b>	<b>Período pós-colonial.....</b>	<b>88</b>
<b>4</b>	<b>RESULTADOS .....</b>	<b>94</b>
4.1	CARACTERÍSTICAS SOCIOECONÔMICAS E DEMOGRÁFICAS	94
<b>4.1.1</b>	<b>Ativo humano .....</b>	<b>94</b>
<b>4.1.2</b>	<b>Ativo social .....</b>	<b>99</b>

<b>4.1.3</b>	<b>Ativo financeiro.....</b>	<b>102</b>
<b>4.1.4</b>	<b>Ativo físico.....</b>	<b>104</b>
<b>4.1.5</b>	<b>Ativo natural.....</b>	<b>108</b>
<b>4.2</b>	<b>PERCEPÇÃO DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS DOS CAMPONESES E ESTRATÉGIAS DE MEIO DE VIDA</b>	<b>112</b>
<b>4.2.1</b>	<b>Subsistência, campesinato e estratégia de meio de vida .....</b>	<b>115</b>
<b>4.2.2</b>	<b>Produção na unidade produtiva familiar e satisfação da demanda interna ....</b>	<b>119</b>
<b>4.2.3</b>	<b>Insumo externo na unidade produtiva familiar e satisfação da demanda interna .....</b>	<b>121</b>
<b>4.2.4</b>	<b>Intensificação do trabalho na unidade produtiva familiar e satisfação da demanda interna .....</b>	<b>124</b>
<b>4.2.5</b>	<b>Diversificação na unidade produtiva familiar e satisfação da demanda interna .....</b>	<b>127</b>
<b>4.2.6</b>	<b>Financiamento da unidade produtiva familiar e satisfação da demanda interna .....</b>	<b>133</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>144</b>
	<b>APÊNDICE A - ENTREVISTA APLICADA ÀS FAMÍLIAS CAMPONESAS DO POSTO ADMINISTRATIVO DE MAHEL DISTRITO DE MAGUDE – MOÇAMBIQUE.....</b>	<b>150</b>
	<b>APÊNDICE B - TABELA DOS CHEFES DOS AGREGADOS SUBMETIDOS À PESQUISA .....</b>	<b>158</b>
	<b>ANEXO A – DECLARAÇÃO .....</b>	<b>159</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O surgimento de determinados temas na academia é resultado dos diversos fatores que inquietam em primeiro lugar, o pesquisador, e, em geral, a toda comunidade acadêmica. Alguns temas chamam mais atenção aos pesquisadores pela responsabilidade das instituições de investigação vincular-se ao ensino, a investigação e a extensão.

Sem a pretensão de ser advogado, assumo que o tema das mudanças climáticas consegue combinar a tríade das instituições de investigação: ensino, a investigação e a extensão. Por isso, há necessidade de aprofundar a investigação para posteriormente compartilhar os resultados na academia e fora dos muros desta. Para além das mudanças climáticas, convém abordar estratégia de meio de vida que resulta das mudanças ocorridas na academia, principalmente com a emergência do paradigma centrado no ator. A emergência deste tema e sua importância devem-se ao reconhecimento que os atores sociais têm capacidade de agir, fazendo escolhas e estratégias em função dos seus projetos de vida e seus repertórios culturais. O camponês enquadra-se neste grupo, pois, possui um projeto de vida e um repertório cultural. Assim, como adequar um projeto de vida e um repertório cultural em situação de mudança climática?

A categoria analítica camponesa que nos últimos anos perdeu interesse na academia, principalmente com a nova ruralidade, cuja resulta da crise da modernização agrícola, causando a diferenciação socioeconômica entre os pólos (rural-urbano); redução da migração rural à urbana; complementaridade entre rural-urbano; mudanças na relação de poder e gênero; multifuncionalidade dos espaços rurais; mudança no papel do produtor rural (segurança alimentar, produção de alimento com qualidade, geração de emprego no meio rural, proteção ambiental, etc.) e valorização patrimonial e natural (gerando emprego através de turismo e conservação) (KAGEYAMA, 2008, p. 21).

Entretanto, essas transformações no meio rural acontecem nos países desenvolvidos, o que aponta que a nova ruralidade ocorre apenas nesses países. Assim, grande parte da academia centra-se na nova ruralidade, como se antiga ruralidade estivesse extinta em todas as sociedades (KAGEYAMA, 2008, p. 23).

Esta situação é surpreendente, uma vez que ainda é possível observar esse estrato social que mantém o modo de produção considerado precário, atrasado, focado no auto-abastecimento no regime de subsistência.

Esse conjunto de fatores motivou a realização desta dissertação, somando ao fato do local de estudo (Moçambique) ocupar a 5ª posição no ranking dos países mais vulneráveis às mudanças climáticas.<sup>1</sup> Essa condição deriva da localização geográfica, uma vez que o país se encontra: Zona de convergência intertropical; na faixa costeira do oceano Índico, com uma linha de costa de 2700 km e; uma estrutura topográfica com declive acentuado em direção à costa do Índico, aonde deságuam nove rios compartilhados com países do *hinterland* (Malauí, Zimbábue, Zâmbia, África do Sul, Suazilândia e Quênia). O acentuado declive faz com que o escoamento superficial das águas fluviais seja de alta velocidade provocando cheias e inundações com relativa rapidez. A zona de convergência intertropical é aonde se situa ciclone ativo do tropico, o que remete o território aos impactos dos ciclones, cheias e secas. Além desses fatores, a estrutura socioeconômica alicerçada no baixo poder aquisitivo; analfabetismo, onde 32% para os homens e 68% para as mulheres; pobreza de 54.1% em 2003; esvaziamento do espaço rural, envelhecimento da população rural, produção de sequeiro<sup>2</sup>, em fim, uma soma de riscos que tornam a população moçambicana mais vulnerável. Vale lembrar que “a vulnerabilidade não depende do risco, porque o risco atinge todas as classes sociais”. (BECK, 2011). No entanto, “a percepção do risco depende de muitos fatores, por isso, alguns riscos passam despercebidos em determinadas sociedades.” (DOUGLAS; WILDAVSKY, 2012).

O problema ambiental está ligado ao aparato científico e social, isto é, o problema ambiental tal como se entende, é uma construção social que tem origem em um aparato científico, pois, o sistema de perito determina o que é um problema ambiental ou o que é uma crise ambiental. Porém vale mencionar que a construção social de um problema trespassa o sistema de perito que está ligado às práticas cotidianas. Essa situação confirma a tese de que o homem aprende e constrói o seu espaço por meio de um conhecimento do seu espaço alicerçado nas experiências cotidianas. Assim, a percepção relativa ao fenômeno ambiental deve estar conectada à realidade percebida pelo indivíduo. Então, a percepção somente ocorre após o homem conferir um significado aos sinais emitidos pelo objeto dentro de um procedimento

---

<sup>1</sup> É o grau ao qual um sistema humano e ambiental reage à experiência de uma perturbação ou stress causado pela sua exposição a um fenômeno climático, sensibilidade a um clima e a capacidade de adaptação (MICOA, 2012).

<sup>2</sup> Cultivo sem irrigação, desenvolvidas em regiões onde a precipitação anual é inferior a 500 mm. Aproveitando de técnicas de cultivo específico que permitem o uso eficaz e eficiente da escassez de umidade no solo, desenvolvidas em regiões onde a precipitação anual é inferior a 500 mm.



mental de escolha. Esse processo é acompanhado pela interação entre objeto e sujeito. Por conseguinte, o comportamento do sujeito é condicionado pelo espaço onde está inserido, cuja depende das variáveis: sexo, idade, etnia, nível socioeconômico e cultural etc. Para além dos sinais emitidos pelo objeto, nesse caso o ambiente (sons, sabores, odores, texturas e paisagens), há os sinais emitidos pelos sujeitos, neste caso, por seus órgãos internos, como a fome, o sono, o cansaço, a doença, o mal-estar etc.

A partir do grau de vulnerabilidade, os indivíduos elaboram o que se convencionou chamar de “estratégias de meio de vida”. O termo ressurgiu de um contexto de mudança do paradigma estruturado para o paradigma centralizado nos atores. As mudanças não ocorreram apenas nas instituições acadêmicas, mas também as agências internacionais de desenvolvimento, principalmente as que queriam perceber quais estratégias os pobres elaboram para superarem adversidades. Estas entidades focalizaram primeiramente nas estratégias adotadas no seio das famílias, pois se pressupunha que dentro dos espaços domésticos havia múltiplas estratégias. O que chamou a atenção das agências era o fato de os indivíduos elaborarem estratégias em função de um conjunto de atividades para sobreviver e melhorar o padrão de vida. Assim, as estratégias de meio de vida eram traçadas em função dos ativos (naturais, financeiros, físicos, sociais e humanos) disponíveis na unidade produtiva familiar. Estes se dividem em ativo físico (infraestrutura sujeita à depreciação e que permite elaboração de estratégias de meio de vida); ativo financeiro (bens que permitem adquirir outros bens para consumo ou produção e que permite elaboração de estratégias de meio de vida); ativo social (relações entre pares que influenciam na elaboração de estratégias de meio de vida); ativo natural (elementos da natureza: terra, água, vegetação, usados pelos indivíduos no processo de elaboração de estratégias de meio de vida); e, por fim, ativos humanos (que está relacionado com atribuições individuais que lhes permitem elaborar estratégias de meio de vida).

Importa salientar que as estratégias de meio de vida dependem da percepção de vulnerabilidade, disponibilidade do ativo e da capacidade de mobilizá-los. Essa pesquisa centraliza no camponês uma categoria específica que focaliza na estratégia para satisfazer a demanda interna da unidade produtiva familiar com menor penosidade. O camponês elabora sua estratégia, que passa pela sociabilização, segurança alimentar e manutenção da unidade produtiva familiar.

Atualmente, em meio a mudanças climáticas, o posto administrativo de Mahel ressoa a seca, o que dificulta a qualidade de vida, principalmente para quem tem agricultura de sequeiro. Portanto, para responderem a essa situação terão de elaborar estratégias de reação ou adaptação. Desse modo, ao elaborar uma estratégia de meio de vida assente na reação ou adaptação, o camponês observa o princípio de manutenção do modo e condição de vida do camponês, caracterizada pela satisfação da demanda interna com menor penosidade.

Nessas condições, ao realizar estudo exploratório ficou evidente que as mudanças climáticas já começaram a impactar na vida dos residentes. Porém, à medida que se aprofundava o estudo exploratório, mais claro ficava que havia no seio das famílias do posto administrativo estratégias de meio de vida. Portanto, pode-se assumir que a capacidade de percepção de um risco depende do estado de vulnerabilidade do indivíduo. Por isso, foi necessário examinar as características socioeconômicas e físico-geográficas. Vale salientar que para perceber o atual comportamento do camponês é necessário descrever a evolução e diferenciação dos sistemas agrários. Para tal, descreveu-se a evolução e diferenciação dos sistemas agrários do posto administrativo, o que facilitou a compreensão do atual comportamento do camponês do posto administrativo de Mahel.

A pesquisa tem como objetivo geral compreender que tipo de ativos as famílias camponesas do posto administrativo de Mahel, distrito de Magude que estratégias de reação ou adaptação adotam para enfrentarem às mudanças climáticas. Objetivo decorre dos impactos que as mudanças climáticas têm sobre o modo de vida do camponês. Assim, a pergunta de pesquisa: quais estratégias de meio de vida os camponeses adotam à luz das mudanças climáticas?

Para dar suporte ao objetivo geral elaboram objetivos específicos. O primeiro: era de descrever o modo de vida das famílias dos camponeses. O segundo era de analisar o modo como a percepção das mudanças climáticas influencia na elaboração estratégia de meio de vida. Por fim, o terceiro era de estudar as estratégias de meio de vida a partir dos ativos disponíveis na unidade produtiva familiar.

Importa mencionar que dada abordagem qualitativa que parte das percepções individuais, a pesquisa não pressupunha hipótese. Contudo, após a delimitação do problema de estudo, acompanhada dos resultados do estudo exploratório, emergiram um conjunto de hipóteses que nortearam a pesquisa. A primeira sugere que os camponeses

elaboram estratégias de meio de vida; a segunda assume que as famílias no posto administrativo elaboram estratégias de meio de vida em função dos ativos disponíveis na unidade produtiva e dos fatores sociodemográficos; e a terceira e última, que completa as duas anteriores, pressupõe que a partir de percepção das mudanças climáticas, os indivíduos elaboram estratégias de meios de vidas.

O interesse por este estudo justifica-se pela combinação de múltiplos fatores. O primeiro está no fato de que a academia se desinteressou pela categoria analítica camponeses. Esse desinteresse é consequência da emergência de novas categorias sociais que diferente da categoria camponês embora guarde traços desta. Contudo, com base na observação de certas dinâmicas sociais, é possível encontrar práticas agrícolas assente no modo de vida dos camponeses, o quer dizer que, esta categoria não foi totalmente extinta. Além de perdurar, a categoria camponesa mantém relações sociais positivas com o ambiente, sendo, uma das razões que ainda deve merecer atenção da academia. Assim, espera que os resultados da dissertação contribuam para reflexões e ações em forma de extensão, pesquisas e políticas públicas.

Vale mencionar que o interesse por este tema derivada do fato de muitos estudos atuais referentes às mudanças climáticas centralizaram nos impactos socioeconômicos causados por este fenômeno como: fome, desnutrição, desigualdade. As mudanças climáticas em si são problemas ambientais complexos, porque interagem e integram vários processos: ambientais, econômicos, sociais, políticos, tecnológicos, institucionais, etc. Essa situação é mais visível no espaço rural, principalmente em espaços rurais onde temos populações pobres apresentando sintomas de carência de desenvolvimento rural. Neste âmbito com os resultados da dissertação esperasse que galvanizasse os espaços rurais rumo ao desenvolvimento rural. Desse modo, como pensar no desenvolvimento rural tendo em conta as mudanças climáticas.

A dissertação está organizada em cinco capítulos. O primeiro capítulo trata-se da introdução. O segundo capítulo ocupa-se do debate teórico que sustenta a dissertação, partindo do enfoque do modo de vida dos camponeses, percepção ambiental e estratégia de meio de vida. A inquietação fundamental que se pretende responder neste capítulo está relacionada à maneira como o modo de vida camponesa em situação de vulnerabilidade influencia na elaboração de estratégias de meio de vida. O terceiro capítulo discute o procedimento metodológico usado para atingir o objetivo proposto. Este está subdividido em três subcapítulos: o primeiro aborda o estudo exploratório,

estudo de caso, método de coleta de dados, categorização, unidade de análise, variáveis de análise, e operacionalização; o segundo dedica-se à caracterização física, geográfica e socioeconômica do espaço estudado; e, por fim, o terceiro concentra-se na evolução e diferenciação do sistema agrário. O quarto capítulo está ligado ao seu objetivo geral, ou seja, as estratégias das famílias camponesas. Assim, neste capítulo, apresentar-se os resultados de cada ativo obtido na área de pesquisa. A partir dos resultados discuti-se as estratégias de meio de vida implementadas pelos camponeses à luz das mudanças climáticas. Por fim, no quinto e o último capítulo, elaborar-se as considerações finais dos resultados, e os limites encontrados no processo de elaboração, e as recomendações.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo é apresentado o referencial teórico e analítico que norteia esta dissertação. Para tal, iniciará com a discussão analítica do modo de vida camponesa seguida da percepção ambiental e por fim os meios de vida.

### 2.1 CAMPONÊS, PERCEPÇÃO AMBIENTAL, E O MEIO DE VIDA

Uma vez que pretende estudar as estratégias de meio de vida adotadas pelas famílias camponesas do posto administrativo frente às mudanças climáticas. Essa dissertação tem como referenciais teóricos, a estratégia de meio de vida assente na categoria camponesa e a sua percepção ambiental. Desse modo, serão discutidos, o modo de vida dos camponeses, a percepção ambiental e as estratégias de meio de vida. Portanto, propõe uma pesquisa que consiga incorporar o empírico e o teórico, concentrando-se nas estratégias para enfrentamento dos impactos das mudanças climáticas. A unidade de análise serão as famílias que vivem no posto administrativo de Mahel, tendo a agricultura de sequeiro como atividade de subsistência.

**Figura 1: Elementos constituintes do aporte analítico da pesquisa**



**Fonte:** Elaborado pelo autor (2015).

A seguir, abordar-se-á o aporte teórico referente ao camponês que representa a unidade de análise desta pesquisa, descrevendo os princípios, as características, os processos evolutivos e as demais características.

## 2.2 CAMPONESES EM CONTEXTO DOS PAÍSES EM VIA DE DESENVOLVIMENTO

Nos últimos anos, as questões do desenvolvimento agrícola tendo em perspectiva o desenvolvimento rural vêm sendo debatidas de forma tímida no campo acadêmico e político africano, o que contrasta com a sua importância, pois envolve múltiplas dimensões: econômica, ambiental, social, cultural, político e institucional. Segundo Ploeg (apud NAKAGEMA, 2008, p. 59),

[...] o paradigma da modernização da agricultura dominou as teorias, as práticas e as políticas, como a principal ferramenta para elevar a renda e o desenvolvimento das comunidades rurais, ela vem sendo substituído na Europa por um novo paradigma, o do desenvolvimento rural, buscando um novo modelo para o setor agrícola, com novos objetivos, como a produção de bens públicos (paisagens), sinergias com os ecossistemas locais, valorização das economias de escopo em relação à economia de escala, e a pluriatividade das famílias rurais.

Para o continente europeu, o desenvolvimento rural surgiu da necessidade de reorientar o protecionismo da política agrícola comum (PAC), pois reconhecia a gravidade dos problemas da modernização da agricultura. Em contrapartida, para o continente africano, abordagem do desenvolvimento rural esteve ligada à necessidade de reduzir a desnutrição que aflige cerca de 206 milhões de pessoas na África subsaariana. (MOÇAMBIQUE. Ministério de Agricultura – MINAG, 2011). Assim, o desenvolvimento rural na África subsaariana surge da necessidade de fortalecer o setor agrário, objetivando o aumento da produtividade, integração no mercado, redução da pobreza, eliminação da insegurança alimentar e o crescimento econômico.

Nesse sentido, para o meio rural, o setor agrícola continua a ser visto como chave do desenvolvimento, principalmente pelo fato de as famílias explorarem a terra para sobreviverem. Esta situação deriva do fato de o setor agrícola empregar a maior parte da população rural. Para além da visão agrícola, o espaço rural adquiriu novas funções, antes consideradas apenas produtivas para multifuncionalidade (turísticas, paisagísticas, ecológica, etc.), permitindo a manutenção da população jovem no setor não agrícola.

Na próxima subseção, irá diferenciar a agricultura familiar e a agricultura patronal. A partir da diferenciação permitirá enquadrar agricultura de subsistência o foco desta pesquisa.

### **2.2.1 Retrato entre agricultura patronal e agricultura familiar**

Para abordar agricultura de subsistência na África subsaariana é preciso referir que grande parte da produção de alimento nesses países apresenta uma estrutura agrícola centralizada na produção de sequeiro. Atualmente a discussão gira em torno se as atuais práticas agrícolas são familiares ou camponesas. É importante referir que, em África subsaariana podem-se encontrar os dois modos de produção: modo de produção patronal e o modo de produção familiar.

Como tal, há que destacar que, a diferença entre o modo de produção patronal e o modo de produção familiar surge do processo embrionário do modo de produção capitalista, uma vez que. o modo de produção patronal na agricultura foi impulsionado pelo trabalho de Theodor Schultz em 1964, quando lançou o seu livro “*Transforming traditional agriculture*”. Schutz concluiu que o problema da agricultura tradicional era a incapacidade de capitalizar os fatores de produção. Assim, para Schultz, “a agricultura dos países em desenvolvimento não era atrasada, mas tradicional, pois, os produtores desses países não faziam o pleno uso dos fatores de produção” (PLOEG, 2008, p. 143).

Neste sentido, os agricultores deveriam entrar no modo de produção patronal com base na modernização tecnológica na agricultura. A partir da modernização tecnológica da agricultura assistiu-se um aumento significativo na produção e na produtividade agrícola.

Para Niederle; Schubert; Schneider (2014), a distinção entre agricultura patronal e agricultura familiar seria resultado da modernização compulsória, estimulada pela crescente demanda internacional de alimento, cuja impulsionada pela expansão da produção de *commodities*. Desse modo, as práticas agrícolas que conseguiram incorporar a modernização tornaram-se patronal e a outra parte, manteve-se nos moldes familiar. A manutenção pode considerar uma resposta aos limites impostos por esse modelo, constituindo assim, uma opção à crescente vulnerabilidade econômica e social desde modelo.

Na década 1970, começaram a surgir muitos estudos no campo das ciências sociais, sendo que alguns desses estudos foram autênticos renascimentos, perpetuando impactos da modernização tecnológica na produção agrícola. Vale enunciar que, efetivamente, os estudos consolidaram-se e ampliaram-se nos finais nas décadas 1980 e início da década 1990, abrindo a possibilidade para a desconstrução de conceitos antes canonizados como fatores de desenvolvimento: moto mecanização e quimificação agrícola.

Segundo Mann (apud SCHNEIDER, 2009), cerca de vinte anos de estudos apontavam que a modernização agrícola como alternativa para reduzir a dependência do homem em relação à natureza, com isso, dominar-se-ia os fatores naturais de produção, antes considerados impeditivos ao desenvolvimento do capitalismo na produção agrícola. Porém, essa perspectiva ignorou os aspectos sociais e ambientais, centrando-se apenas na viabilidade econômica.

Vale mencionar que a autonomia, a capacidade de inserção no mercado, o grau de parentesco na unidade produtiva, entre outras formas, retratam as diferentes formas de agricultura. Mas, o que todos têm em comum é o fato de que a distinção entre agricultura familiar e agricultura patronal seria resultado da modernização tecnológica na agricultura.

Na perspectiva de autonomia, o modo de produção familiar baseia-se na produção e na reprodução do ciclo anterior. Assim, as unidades produtivas familiares reproduzem objetos e meios de trabalho, o que significa que produz dentro de uma autonomia. Portanto, o produtor familiar preocupa-se mais com o valor de uso do que o valor de troca. Na unidade produtiva familiar a mão de obra é fundamentalmente familiar (mobilizada dentro da comunidade rural através de relações de reciprocidade), desenvolvendo-se dentro do patrimônio familiar e comunitário.

Essa situação permite manter autonomia, visto que os recursos são mobilizados internamente, evitando deste modo à subordinação externa, pois, os insumos estão disponíveis dentro da unidade produtiva familiar. Dessa maneira, a produção resulta da internalização dos fatores de produção.

A manutenção da autonomia não se subscreve apenas em relação aos fatores de produção, pois, também o mercado influencia na autonomia. A mercantilização na agricultura se deu por via da incorporação da ciência e tecnologia na produção, fazendo que a agricultura tornasse voláteis as estruturas externas.



Com a visão de Schutz em 1964, houveram transformações que implicaram mudanças no modo de produzir focando para uma produção para um mercado de consumidores. Nessa perspectiva, agricultura patronal passou a desenvolver em função da demanda do consumo, o que significou que se incorporou a ciência e tecnologia na produção, fazendo que a agricultura tornasse voláteis as estruturas externas.

Para além do grau de mercantilização e autonomia, o grau de parentesco representa uma característica importante para a diferenciação entre o modo de produção familiar e o modo de produção patronal, representando uma estratégia doméstica de alocação dos recursos na unidade produtiva familiar.

Segundo Friedmann (apud SCHNEIDER, 2009, p. 58), o que distingue a modo de produção familiar do modo de produção patronal é o grau de parentesco e de gênero. Na agricultura familiar, a produção é feita dentro da propriedade pelos membros de um mesmo traço familiar. Neste tipo de produção as relações de parentesco são importantes no processo de tomada de decisão relativamente às estratégias a adotar para a manutenção da propriedade, ou seja, esse modo de produção envolve uma classe que ao mesmo tempo é proprietária dos meios de produção e fornecedora de força de trabalho, deste modo, as ações são tomadas para manter a unidade produtiva familiar.

Já no modo de produção patronal, a mão de obra é recrutada no mercado de trabalho assalariado, usando os mesmos mecanismos de aquisição de outros fatores de produção, cujo visam exclusivamente à obtenção de mais-valia. Assim, nesse modo de produção existem duas classes, uma proprietária dos meios de produção e outra proprietária de mão de obra, cujo estão ligados por relações de assalariamento, onde o primeiro compra a força de trabalho do segundo.

No entanto, como foi referido, não existe um traço universal e consensualmente aceite no que distingue modo de produção familiar e modo de produção patronal, havendo variações que dependem da vertente epistemológica aplicada na análise, contexto político e socioeconômico, entre outras formas.

Convém mencionar que, a pesquisa centralizar num contexto específico, nesse caso no posto administrativo de Mahel, distrito de Magude, tendo objeto de pesquisa “modo de vida e condução de vida dos camponeses africanos”. Para tal, vale referir que os países do trópico africano usam o sistema de produção camponesa centralizada em tecnologia muito rudimentar, com pouca possibilidade de uso de tecnologia avançada, resultando numa produção muito abaixo das necessidades.

Assim, a próxima subseção tratará da diversidade de estilos de agricultura na familiar, destacando perspectivas, conceitos e ideias relativas à agricultura familiar na vertente camponesa. Para uma clareza do tema, alguns aspectos serão detalhados com maior profundidade, principalmente nos diversos modos de práticas agrícolas.

#### 2.2.1.1 Diversidade de estilos na agricultura familiar

Antes de explicar a diversidade da agricultura familiar rumo agricultura camponesa, vale situar agricultura familiar, visto que tem merecido interesse por parte dos cientistas sociais e principalmente das elites políticas administrativas, como prova FAO ao estipular o ano 2014 como ano da agricultura familiar. Segundo Mosca (2014, p. 4) citando diretor geral da FAO

[...] necessitamos reposicionar agricultura familiar de forma ocupar um lugar prioritário nos programas nacionais e regionais... Os agricultores familiares desenvolvem atividades agrícolas não especializadas e diversificadas que lhe outorga um papel fundamental na garantia da sustentabilidade do meio ambiente e na conservação da biodiversidade.

Essa situação nem sempre foi aceite pela FAO, visto que o banco mundial de 1986 publicou um relatório sobre desenvolvimento mundial, onde na página 82 mostrava insustentável manter a produção para auto-suficiência.

A questão chave não é segurança alimentar, mas a vantagem comparativa. Se um país pode fazer melhor uso dos seus recursos de exportação – agrícolas ou não, não há razões para desperdiçar os recursos na busca de auto-suficiência. A auto-suficiência permanece um objetivo antieconômico e alguns países estão dispostos a exporem se a altos custos para alcançá-lo.

Desse modo, vale mencionar que a agricultura familiar, visto que abarca uma diversidade de formas de fazer agricultura, que esta intrinsecamente ligada a um modo de vida no seio da família e no seu entorno social, que por sua vez depende do seu ecossistema. Atualmente, agricultura familiar ganhou notoriedade devido às reivindicações dos movimentos sociais, acompanhadas pela academia e pela política que procuraram construir um modelo ideológico daquilo que seria agricultura familiar, cujo estava assente no modo de vida que difere do modo de vida patronal.

Para Wanderley (1996), agricultura familiar não é uma categoria social recente no campo analítico da nova sociologia rural. Atualmente na academia aborda-se agricultura familiar como uma nova categoria moderna, diferente das categorias sociais consolidadas: camponês; agricultura de subsistência; pequeno produtor; etc. A agricultura familiar é um conceito genérico que incorpora uma diversidade de situações específicas, repercutindo na sociedade moderna. Estas ações obrigam o agricultor a realizar modificações importantes em sua forma de produzir e de viver na sociedade moderna.

Dessa forma, dentro da agricultura podemos encontrar uma infinidade de formas e estilos de agricultura, caracterizadas em função do destino da produção, relações sociais, técnica de produção etc. A noção de estilo de agricultura esteve ligada às dimensões culturais e locais, representando um complexo integrado de noções, normas, conhecimentos e experiências portados por um grupo de agricultores específicos de uma região. (PLOEG, 2008, p. 17). Mas, esses estilos estão marcados por ambivalências referentes a valores, práticas, e mercados, o que demonstra a existência de uma heterogeneidade entre esses estilos de agricultores.

Para Ploeg et al. (2000), o estilo da agricultura seria um conjunto de repertório cultural (idéias, normas e estratégias) que rege o modo como a agricultura é feita. Cada grupo tem a sua racionalidade de prática e de organização produtiva, diferenciando-se no grau de incorporação ao processo de mercantilização, o que implica diversidade de capacidade de se organizar, integrar e interagir.

Segundo Long (2001), geralmente a noção dos estilos de produção está vinculada aos processos de “mercantilização”, “cientificação” e “centralização”. O primeiro se caracteriza pelas conexões de “*externalização*” dos processos produtivos, através da dependência de agentes exteriores para a transferência de tecnologias e capital financeiro na produção, atividades antes praticadas totalmente pelos agricultores. No segundo “*cientificação*” dos processos de produção pressupondo a perda de autonomia produtiva do agricultor. Por fim, a “*centralização estatal na agricultura*”, pressupondo uma dependência por políticas públicas que vise incentivara produção. Assim, para Long, o que determina o estilo de produção está na capacidade de inserir *commodities* no mercado global de produção agrícola.

### 2.2.1.2 Agricultura camponesa à agricultura familiar ou agricultura familiar à agricultura camponesa: o dilema da patrilidade destas duas formas sociais

Uma análise rigorosa entre agricultura camponesa da agricultura familiar verifica-se mais aspetos comuns que diferenciados. A diferença reside mais nos aspetos ideológicos e políticos que nos aspetos analíticos e contextuais, pois, ambas as formas sociais apresentam mesma estrutura organizacional centralizada na unidade produtiva familiar. A produção dessas duas formas sociais visa à reprodução social delas, onde as relações de laços de consanguinidade e de afinidade determinam a gestão da unidade produtiva familiar.

É importante mencionar que, a agricultura familiar surgiu das mudanças ocorridas após a segunda guerra mundial, principalmente na década 1970, com a expansão do capitalismo, provocando mudanças na dinâmica econômica, tecnológica e social. (SCHNEIDER, 2009). Assim, a agricultura familiar resulta do capitalismo tendo desempenhado um papel fundamental no desenvolvimento do capitalismo (fornecendo alimento aos trabalhadores assalariados e especializados nas cidades), o que significa que cabia agricultura familiar a responsabilidade de fornecer alimento a preços baratos, assim, incentivaria o consumo de bens duráveis que perfilavam no terceiro setor.

Entretanto, é importante explicar que a origem da agricultura familiar para compreender a agricultura camponesa. Com isso, convém explicar que se propalava que o mundo capitalista iria crescer com o desenvolvimento do pequeno produtor. Assim, caberia ao Estado a responsabilidade de consolidar a agricultura familiar por via de políticas públicas focadas na atividade agrária como: política de preço, política de inovações tecnológicas, formação de extensionistas, formação de produtores agrícolas etc. (ABRAMOVAY, 1998). Ou seja, o Estado devia formular políticas públicas com incidência na atividade agrária, visando ao desenvolvimento do setor agrário dentro do parâmetro econômica e socialmente viável.

Portanto, a consolidação e a fortificação da agricultura familiar devem-se à forte intervenção do Estado, através de políticas agrícolas que garantiam autonomização num setor cada vez mais institucionalizado. Assim, o Estado devia estabilizar o preço dos produtos agrícolas com vistas à manutenção da renda do setor agrícola. A partir desse enunciado, percebe-se que a agricultura familiar é uma categoria social recente.

Para Schneider (2004, p. 21), institucionalmente a agricultura familiar surge do reconhecimento e da legitimação das categorias sociais que estavam sendo designadas como: pequenos produtores, pequenos proprietários, produtores integrados ou excluídos, produtores familiares, produtores de baixa renda ou agricultores de subsistência etc. Essas categorias sociais mantêm uma organização que eleva em conta a necessidade de reprodução social desses estratos sociais, por isso, pode-se dizer que esses grupos sociais fazem parte de um mesmo estrato social. Desse modo, a produção de auto-suficiência é o principal catalisador para reprodução social desses estratos. A família torna o centro de atenção no processo de reprodução social.

Como se tem mostrado anteriormente que há laços entre agricultura familiar e a camponesa. Porém, dentro dessas semelhanças, os aspectos mercantis diferenciam agricultura familiar da agricultura camponesa, uma vez que, agricultura camponesa tem menos laços de trocas mercantis, o que faz com que agricultura familiar tenha uma relação com o mercado que por sua implicação influenciam na divisão social de trabalho na unidade produtiva familiar. Deste modo, os fatores externos neste modo de produção têm mais impactos que na agricultura camponesa, o que pressupõe que, agricultura familiar as relações globais influenciam no modo de produzir.

Vale mencionar que, é mais fácil contextualizar o atual modo de produção familiar do que modo de produção camponesa. Wolf (1976) contextualiza o modo de produção camponesa como uma “categoria específica, sem história e abstrata, representando assim, um estrato social entre a sociedade primitiva e a sociedade industrial”. Portanto, nota-se uma dificuldade em contextualizá-la, principalmente se a análise centrar no campo teórico do materialismo histórico, que se dedica à análise das sociedades primitiva, feudalista, escravagista, capitalista e socialista. A dificuldade de conceituá-la pode estar relacionada à inexistência de uma clara divisão social, dentro da categoria social camponesa. Esta situação fica evidente quando o camponês passa por um processo de transformação. Por exemplo, quando adquire os meios de produção, o camponês passa a ser visto como “burguês”, quando se torna trabalhador assalariado, passa a ser visto como “proletário”, quando obtém mais-valia da terra, tornando-se “fundário”. Nesse âmbito, o que torna mais conturbada esta situação, é o fato de considerar o camponês como algo regressivo, pois em caso de um passo para retaguarda na produção, o estatuto de camponês permanece e um passo em frente ele muda de status.

Essas reflexões têm caráter meramente ilustrativo, o qual é difícil definir e contextualizar o camponês na atualidade principalmente se atender-se que se estas no mundo cada vez mais capitalizado.

Para Wolf (1976), o camponês podia-se encontrar em todas as sociedades e em todos os períodos históricos. Porém, ele não se apresentava com a mesma incidência em todos os períodos, adaptando-se, sem perder de vista, a forma e o modo produzir. O camponês produz um mínimo vital e social, garantindo a exploração do sistema com o objetivo de satisfazer a dieta dos membros e mantendo a reprodução social assente na reprodução e na produção de subsistência (policultura-pecuária), com um sistema patrimonial na terra (produzindo em pedaços).

Segundo Abramovay (1998), os marxistas clássicos não se preocuparam com a questão agrária na unidade produtiva familiar, pois não estudaram nenhum sistema produtivo familiar, apenas procuraram perceber a perspectiva política da categoria camponesa. Para Lênin, a unidade produtiva familiar constituía camadas de pobres vivendo no meio rural e para Kautsky era inútil tentar conquistar os camponeses para a causa da social democracia enquanto pequenos proprietários de meio de produção, pois, ela estava fadada ao desaparecimento devido ao fato de basear-nos mesmos princípios da indústria (ALVES; FERREIRA, 2009).

Em razão dessa situação, o camponês era visto como resquício do capitalista, cuja integração no mercado seria fatalmente a sua extinção. Contudo, esta situação torna-se conflitante, pois o mundo capitalista apóia no princípio do pósfordismo com a peculiaridade da divisão social de trabalho. Os que não se incorporaram no pósfordismo (autonegação) caracterizaram-se por não venderem a sua força de trabalho e não viverem de exploração de trabalho alheio. O camponês enquadra-se nessa categoria social, porque não vende sua força de trabalho e não vive de exploração de trabalho alheio.

Para Tepicht (apud ABRAMOVAY, 1998, p. 73), as famílias camponesas cumprem a função de provedora de alimentos baratos tanto no regime capitalista quanto no regime socialista, uma vez que, o camponês não exige nenhum “lucro”. O autor refere que a existência e a permanência do pequeno produtor “camponês” explicam-se não pela superioridade técnica na produção agrícola, mas pelo fato de os pequenos camponeses apresentarem expectativas abaixo dos operários assalariados, assim, eles resistem aos modelos mais globalizantes.

Chayanov (1966) observa o camponês como agente racional e positivo, existindo para responder a uma exigência social, o que pressupõe que, o camponês não é uma negação e nem uma relação com outro, e muito menos da ação contraditória da sociabilidade, tornando resistente aos modelos mais globais.

Esses teóricos têm em comum algo que vale mencionar quando aborda camponesa, a unidade produtiva familiar, pois, todos mencionam a produção destinada à satisfação da demanda interna com menor penosidade. A partir da necessidade de manutenção da unidade produtiva familiar, elas alastram as atividades agrícolas e não agrícolas. Nesse processo de alastramento das estratégias, vários aspetos sociais e econômicos se transformam o que modifica a estrutura original. Nesse âmbito, a transformação não para apenas na produção, pois, as transformações sociais modificam o modo de vida estabelecido. A necessidade pela reprodução social começa a ser descuida e entra em foco a necessidade de responder a mercado. Assim, diminui-se autonomia no seio da família, porque a necessidade de satisfazer o mercado obriga a necessidade de dependência de mercado de insumos. O foco deixa de ser unidade produtiva familiar, passando para o mercado, o que leva a mudança nas estratégias no seio da unidade produtiva família.

A mercantilização passa a ser centro de atenção, abrindo espaço para uma clara divisão social do trabalho e de produção. A produção deixa de estar vinculada aos princípios locais e dos insumos existentes, passando a incorporar numa estrutura mais global com baliza bem definida, onde cada há regras implícitas quem devem ser tomadas para sobrevivências de qualquer estrato social. A partir de mercantilização, as formas peculiares da antiga forma familiar vão desfazendo, dando espaço para novas formas, cuja estão determinadas pela nova configuração das relações sociais no seio da unidade produtiva familiar. Os aspetos como gestão familiar e produção pode perder, ou seja, dentro das antigas unidades produtivas familiares o que determinava era a produção para satisfação da demanda interna sendo executadas por membros da família. A partir da integração aos mercados abre relações com outras estruturas sociais, geralmente com estruturais sociais com poder de dominância, pois controlam todo o processo organizativo na relação de produção mercantil

Isto pode ser explicada pelo trabalho desenvolvido por Friedmann (1978) acerca de produção simples de mercadoria. Para Friedmann ainda é possível encontrar relações não capitalista na agricultura, pois, dentro da produção encontra relações específicas

como trabalho assalariado e não assalariado. Neste tipo de produção a mão-de-obra assalariada visa repor a mão-de-obra em falta, sendo aquela que saiu da unidade produtiva família tendo em vista angariação de fundo para unidade produtiva família, neste caso, continuasse o processo de renovação social da unidade produtiva. Os trabalhos assalariados podem ser permanentes ou sazonais o que permite competir com unidades produtivas capitalistas. Vale mencionar que em relação a produção simples de mercado Marx foi pioneiro, tendo considerado que eram transitórios uma vez que seriam suprimidos pelas estruturas dominantes.

Essas ações estratégias com vista à manutenção da unidade produtiva familiar na estrutura capitalista resultam de um processo de negociação entre os atores sociais. A mercantilização não se pode ver apenas como uma imposição dos atores sociais com capacidade de influenciar as estruturas, uma vez que todos os atores sociais possuem capacidade de agenciar e disputar nas arenas sociais. Os agricultores desenvolvem estratégias fora dos mercados para poderem resistir e manter autônomo.

Para Ploeg (2008, p. 17) existem três grupos que se articulam. O primeiro seria agricultura camponesa que produz para o mercado bem como reprodução da unidade agrícola familiar. Este grupo procura manter as condições de vida familiar através de reciprocidade, pois, o trabalho é desenvolvido essencialmente pelos membros da família. O segundo grupo seria agricultura empresarial baseada no capital financeiro (crédito, insumos e tecnologia). A expansão dá-se pela procura de ampliação da produção por via de especialização para satisfazer o mercado. Essa forma de desenvolvimento depende do investimento, por isso, o estado pode ter influencia situação que não se verifica na produção camponesa. O terceiro grupo seria agricultura corporativa ou capitalista resultante de reformas agrárias. A produção destina essencialmente para lucro e trabalho é assalariado com mercado preferencial.

A patrilidade agricultura camponesa à agricultura familiar ou agricultura familiar à agricultura camponesa seria resultante ampliação da escala de produção que esta intrinsecamente ligada mercantilização. Nesse sentido, a patrilidade resulta da externalidade por via de uma produção que procura responder ao mercado por via de cientificação dos processos produtivos e centralização estatal. A cientificação pressupõe intervenção da tecnologia para satisfazer e influencia o mercado e a centralização estatal pressupõe a intervenção estatal no processo de garantia e reprodução social de um determinado estrato social. A agricultura camponesa que não se incorporara a



mercantilização permanece campesina. Porém algumas estão vinculando ao mercado, mesmo sem ser uma dependência total da cientificação e centralização estatal.

A partir disso nasce agricultura familiar para responder a nova configuração, pois, alguns estratos sociais reclamavam a necessidade de uma institucionalização.

### 2.2.1.3 Refreamento ou extinção ou resistência camponesa

Em relação à extinção do camponês ou reprodução social, vale mencionar que, Mendras (1984), Wolf (1976), entre outros, consideravam o camponês como uma categoria entre o primitivo e o universo urbano. Para eles, o camponês estava em fase de transição, porque incorporam valores das sociedades globais. Em contrapartida, Chayanov (1966) assumiam o campesino como uma categoria social estável e instável, pois, para Chayanov, todas as categorias sociais são ao mesmo tempo estáveis e instáveis, nada está fadado à manutenção, podendo alterar-se. Para Abramovay (1998), citando Tepicht, o camponês é um modo de produção particular, podendo se inserir em diferentes formações sociais.

Convém mencionar que, há uma multiplicidade de camponeses. Portanto, ao considerar o camponês apenas como pequeno produtor de mercadoria, ele pode se extinguir ao se transformar em trabalhador assalariado ou proprietário de produção ou ainda arrendatário da terra, principalmente se estiver vinculado ao mercado competitivo imperfeito. Porém, os camponeses estão vinculam-se ao mercado perfeito caracterizado pela atribuição de preço na base do selo social, o quer dizer que, no camponês há princípio de afetividade. Nesse intuito, é o mercado que vai ao encontro e não o camponês ao mercado.

Segundo Ellis (1998), o camponês está parcialmente integrado no mercado. Nesse sentido, a integração é parcial porque o camponês auto explora-se e produz por alternatividade. Segundo o autor, o camponês esta exposto ao mercado e a sua existência deve-se em parte a um conjunto de aspectos sociais ao qual se subordina. A integração parcial do camponês deve-se ao fato do camponês produzir em primeiro lugar para subsistência, ou seja, a sua “auto-exploração”, e a flexibilidade no mercado, lhe permitem manter sem dependência do mercado. Portanto, o camponês mantém uma relação com o mercado, da qual pode se retirar sem com isso afetar a sua estabilidade.

A integração parcial ao mercado não é isolamento nem produção exclusiva de subsistência. Para perceber a integração parcial no mercado é importante observar a produção para subsistência como produção dotada de flexibilidade entre o consumo e a venda em circuitos curtos e ocasionais, pois, o agricultor opta pelo mercado quando este mostrar-se satisfatório para si e não para o mercado, isto é, o camponês não segue a lógica do mercado de preço avaliando o grau de satisfação da unidade produtiva familiar com menor penosidade. Essa situação explica porque a produção de subsistência tem mais aceitação que a produção de rendimento na unidade produtiva familiar.

Heredia (1979) e Garcia Júnior (1989) explicaram que a alternatividade do camponês segue a lógica de satisfação das necessidades da família e minimização da penosidade. Assim, a integração é parcial, porque nem todos os fatores de produção são comprados, mas apenas fatores de extrema importância para produção. O camponês emprega o seu trabalho na produção com base no que existe no estabelecimento e o transforma em produto com valor de alternatividade e não valor de mercadoria.

Neste intuito, o camponês garante a manutenção da unidade produtiva familiar (produto para alimentação, produto para processamento em semente e produto para venda), ganhando estatuto de alternatividade do produto. Em razão de produzir com valor de alternatividade, o camponês ganha estatuto de soberano e independente, ficando dependente de si e da família, e não do mercado imperfeito (concorrência). A soberania é a característica básica do camponês, principalmente em relação ao preço, pois o camponês baseia na personalização dos laços sociais (lugar), reciprocidade, trabalho social empreendido na produção.

Para além desses fatores, o camponês pode integrar na rede de comercialização sem necessariamente se responsabilizar pelo transporte da produção, cabendo ao comerciante a tarefa de incluir o custo de transporte no preço. Nesse âmbito, percebe-se que a lógica do camponês não está no mercado, mas naquilo que ele acha justo para a unidade produtiva familiar.

Ao enunciar esses fatores, pode-se concluir que o camponês pode estar nos mercados imperfeito e competitivo, pois o mercado em si é construído pelo camponês, baseado nos princípios de personalização, reciprocidade e de incorporação de trabalho social. Assim, o princípio econômico do camponês vai além do econômico e social,

incluindo o psicológico, entre outros aspectos. A lógica do mercado não pode explicar a extinção/refreamento do camponês.

Para Scott (1976), a resistência do camponês caracteriza-se pela especificidade no modo de produção e de viver que não inclui o salário, o lucro ou a renda da terra, mas inclui uma vida específica baseada na empregabilidade, propriedade da terra e arrendamento de si próprio, o que mantém viva a chama do camponês. Por isso, é importante incorporar o camponês numa categoria social ligada a uma forma específica de viver, de trabalho da terra e de produzir.

Nesse intento, não se pode considerar o camponês como uma forma social fadada ao desaparecimento, ocasional, transitória entre o primitivo e capitalismo, mas pelo contrário, o camponês deve ser visto como uma categoria social e econômica com leis próprias que garantam a sua reprodução social e econômica. O comportamento do camponês segue a lógica do balanço entre o trabalho e o consumo, diferentemente da lógica do capitalismo, que segue a lógica do mercado, procurando maximizar o lucro em detrimento das outras variáveis. O camponês emprega quantitativamente e qualitativamente sua força de trabalho em função de necessidades calorífica na unidade produtiva. Nesse âmbito, o trabalho do camponês visa à satisfação das necessidades familiares. Assim, a valorização da atividade familiar depende inteiramente do número de consumidores na unidade produtiva familiar, aumentando em função do tamanho da família.

Esse aporte é sustentado por Chayanov (1966), que considera o camponês como um “auto-explorador”, produzindo em função da satisfação das necessidades internas com menor grau de penosidade. Por isso, a sua intensidade depende da satisfação das necessidades e da penosidade. Ele não se influencia pelas ações dos outros agentes, mas por si mesmo, isto é, autodetermina o modo de produção e de viver. Esse fenômeno deve-se ao fato de o camponês considerar a família como representação máxima, com valores econômicos e indivisíveis. As estratégias dependem do consenso no seio da unidade produtiva familiar.

Porém, no modo de produção capitalista ou empresarial, a valorização da produção será tanto maior quanto mais distante for da satisfação da unidade produtiva familiar. Nesse caso, o aumento da produção se dá pelo aumento do mercado, disponibilidade de terra e tecnificação dos meios de produção, determinando assim a expansão ou a contração da produção.

Na perspectiva da renda familiar, a unidade produtiva familiar deve ser olhada como um todo, cuja formação depende de um consenso interno, isto é, não há interferência de agentes externos. Assim, todas as ações resultam de ponderações dentro de expectativas internas, sendo feitas em torno da manutenção da unidade produtiva familiar.

Vale esclarecer que, a auto-exploração não significa que a unidade familiar camponesa seja exclusivamente isolada, produzindo para autoconsumo ou subsistência. O que deve realçar é que, o pensamento do camponês está em primeiro lugar à satisfação da demanda interna com menor penosidade, determinando assim a sua relação com mercado. Com isso, ele procura evitar risco que possam abalar a unidade produtiva familiar, o que significa que ao investir, o camponês observa qual é o impacto do investimento para a unidade produtiva familiar.

Mais recente Ploeg (2008, p. 17) nesse aspeto refere um processo de *industrialização* em seguida a *recampesinização* e por fim *desativação*. Essas etapas influenciam a estrutura social e produtiva na unidade produtiva familiar. A industrialização da agricultura pressupõe perda da autonomia graças a artificialização da produção, deste modo, a produção deixa de estar conectado com o consumo, passando o consumo a ser determinado pela industrialização. A recampesinização seria o processo de luta contra o domínio da industrialização por via de isolamento da dependência da industrialização, exemplo da agroecologia que não se guia pelos princípios da industrialização. Por fim seria a desativação aonde se observa um processo de redução ou contenção progressiva dos níveis de produção agrícola. A desativação pode ser por mecanismos estatais ou não. A globalização e a liberalização promovem a saída de contingente de indivíduos da atividade agrícola. Ela é mais acentuada quando mais próximo estiver próximo a um centro urbano.

Para melhor entender o camponês é preciso perceber as suas características, suas convicções, suas aspirações. Só depois se pode assumir o que é realmente um camponês. Para tal, a próxima subsecção irá abordar comportamento do camponês.

#### 2.2.1.4 Do comportamento do camponês a estratégia de meio de vida

Ao iniciar esta subsecção, importa referir que é impossível entender a unidade produtiva familiar sem entender a própria lógica do camponês. Anteriormente foi

evidenciado que por trás das ações do camponês está a lógica econômica e social em torno da sociabilização, manutenção geracional, e segurança alimentar. A partir desses três pontos, os camponeses elaboram estratégias para manter a unidade produtiva familiar. Segundo Abramovay (1998, p. 81), para perceber a lógica econômica camponesa é necessário entender em primeiro lugar na teoria econômica camponesa de Chayanov, cujo focalizou na: maximização dos lucros, minimização do risco e penosidade.

#### *2.2.1.4.1 Maximização do lucro na estratégia de meio de vida*

No que tange a essa vertente, importa referir que se considerava que a maximização dos lucros dependia da produtividade dos fatores. Essa visão teve forte contribuição do professor da Universidade de Chicago e prêmio Nobel da Economia, Theodor Schultz, com sua obra *Transformação da agricultura tradicional*. Em 1964, o professor concluiu que a agricultura dos países em desenvolvimento era tradicional e não atrasada. Desse modo, a agricultura passou a ser vista como tradicional e não atrasada, pois, ele considerava que os praticantes desse tipo de agricultura gozavam de certa racionalidade, pois, fazia o pleno uso dos fatores de produção. A partir daí, intelectuais, técnicos, centros de pesquisas, extensionistas, entre outros, mudaram a forma de ver a agricultura nos países em desenvolvimento. Esse processo permitiu a reformulação das políticas de modernização agrícola com incidência na revolução verde.

Para Schultz (1964), o camponês procura a eficiência e a maximização do lucro, sendo que para ele não existe no meio rural trabalhador improdutivo “não há população ociosa na agricultura tradicional”. Nesse intuito, o agricultor utiliza a sua racionalidade para obter máximo possível de lucro durante a produção. Assim, os camponeses procuram minimizar os custos e maximizar os resultados da produção. Para o autor, os camponeses escolhem as melhores opções de forma a ter uma maior rentabilidade com menos custos. Por conseguinte, a eficiência do camponês está incrustada no uso eficiente dos recursos disponíveis com maior incidência no trabalho. Logo, depara-se que a teoria de Schultz pressupunha que a racionalidade econômica camponesa estava assente na eficiência econômica, o que significa que era inconcebível ver a eficiência econômica fora do mercado competitivo, o que não existe na agricultura tradicional.

Schultz questionava, porque o camponês não investia, se a sua racionalidade estava assente na eficiência econômica. Para ele, o fraco investimento do camponês devia-se ao fraco retorno, uma vez que, o camponês usava a enxada, estume animal, terra, trabalho etc. Nessa perspectiva, ele considerava que para aumentar a produção e a produtividade, devia-se investir no camponês, através de melhoria nos serviços de pesquisa e extensão, modernização agricultura, uso de insumos industriais, políticas públicas direcionado no preço, maquinaria, etc.

Vale apenas mencionar que o camponês como agente subordinado a uma estrutura econômica, política e cultural é retirado a capacidade de agência dos atores sociais. Porém, há que se salientar que o camponês está dotado de capacidade de resposta aos sinais emitidos pelas estruturas, construindo um modo particular de viver que se ajusta a sua realidade.

No que referem à maximização do lucro, os camponeses obtêm crédito de fontes locais, cujo estão ligados aos proprietários de terra ou aos comerciantes, o que causa uma luta imperfeita no mercado de crédito. Por conseguinte, os camponeses não entram nessa lógica, procurando afastar-se através da produção de culturas de subsistência e vendendo da produção de alternativa, assim garante dinheiro para suprir necessidades pontuais.

Para além dos mercados de créditos, a maximização se dá por via de adoção de insumos internos, fica menos dependente das empresas fornecedoras de insumos agrícolas. Com isto, o camponês adota insumos que garante maior rentabilidade da unidade produtiva familiar. Ou seja, o camponês adota insumos que não perigam a estabilidade da unidade produtiva.

Assim, as informações tornam-se chave no processo de produção capitalista por via de leitura constante das informações do mercado emitida pelas agências credenciadas. Para caso específico do camponês, as informações relativas ao mercado de preço são fracas, chegando a caso de inexistência. Assim, quando há informação, esta não chega ao conhecimento do camponês, pois fica à mercê dos comerciantes e dos agentes do Estado. Vale salientar que, o camponês não se baseia nessas plataformas informativas, baseando em saberes locais e comunicação interpessoais. A partir disso, garante a maximização do lucro, pois, o lucro para camponês é reprodução social. O isolamento dificulta a comunicação favorecendo aos pequenos comerciantes locais, que compram diretamente do produtor. Porém, essa situação entra em contraste com a

filosofia do camponês quanto à atribuição do preço, pois, atribuição de preço pelo camponês está embasada na socialização do preço, que inclui aspetos como afetividade entre produtor e consumidor.

Em relação à maximização do lucro e a terra, a sociedade camponesa segue as normas socialmente estabelecidas na comunidade de forma a garantir o máximo acesso à terra a todos os membros. Portanto, a terra nesse ambiente deixa de ser patrimônio individual e passa a ser um patrimônio coletivo. Neste sentido, a terra transforma-se um ativo importante nas estratégias de meio de vida através de maximização deste ativo.

#### *2.2.1.4.2 Minimização de risco na estratégia de meio de vida*

Para além da maximização dos lucros com vistas à garantia do bem-estar na unidade produtiva familiar, os camponeses procuram minimizar os possíveis riscos que nela possam existir. Os riscos em si estão ligados ao modo de produção, uma vez que, todos os modos de produção acarretam riscos.

Porém, convém mencionar que, o modo de produção mercantil está acompanhado por incertezas, fruto das perspectivas alocadas nesse setor. A produção camponesa visa à manutenção de um mínimo aceitável para a sobrevivência, o que significa que, o camponês pode promover ações para sobreviver com um mínimo, fugindo assim da dependência de outros fatores. Entretanto, é importante salientar que, a produção camponesa também tem suas incertezas, muitas das vezes em função dos fatores naturais. Esses detalhes suscitaram inquietações por parte de Lipton. Lipton (1968) dedicou seu trabalho à agricultura tradicional e aos fatores de riscos. Ele diferenciou-se de Schultz, pois ele incidiu na aversão ao risco e não na maximização do lucro. Para ele, a maximização das oportunidades empreendidas pelos camponeses estava na sobrevivência e não no lucro, abordagem inversa à de Schultz.

Assim, o ambiente natural e social do camponês não permitiria grandes aventuras, pois o camponês não tinha como prever o ano bom ou o ano mau. Desse modo, o camponês prefere arriscar menos. A existência de riscos de difícil controle (naturais; institucional como o preço; sociais: miséria, fome, guerra. etc.) inibe a grande aventura do camponês, pois, por mais que haja intervenção estatal, o camponês não arriscaria se não estivesse garantida a manutenção da unidade produtiva familiar. Nesse

sentido, o camponês prefere manter-se estável, pois, a incerteza do retorno conduz a suas estratégias.

Desse modo, o camponês adota estratégias de meio de vida que não coloca em perigo a unidade produtiva. Assim, o camponês foge do risco de mercado de crédito, de insumos e mercado de consumo ao adotar culturas de subsistências, culturas tolerantes à seca. O camponês produz com ativos disponíveis na unidade produtiva, o que significa que as estratégias de meio de vida estão vinculadas ao processo de minimização dos riscos.

#### *2.2.1.4.3 Penosidade na estratégia de meio de vida*

A característica básica do camponês é a fusão entre a unidade de produção e a unidade de consumo. Portanto, o camponês na unidade produtiva familiar procura conciliar a produção e o consumo. Assim, a produção de alimento e o trabalho necessário é a condição básica para o estabelecimento da unidade produtiva familiar, sendo que, a demanda de consumo determina a quantidade e a qualidade de produção.

Os autores Mellor (1963), Sen (1966) e Nakagima (1969) resgataram as idéias de Chayanov do equilíbrio econômico. Segundo o postulado por Chayanov (1966), os fatores internos determinam o modo de produção na unidade produtiva familiar, pois ela gira em torno de produção com menor esforço possível. Nesse sentido, a produção com menor esforço deve estar conectada com a satisfação das necessidades na unidade produtiva familiar, porque enquanto não for satisfeita a demanda interna, o camponês procurará novas estratégias. A relação entre as necessidades de consumo e de trabalho estão ligadas a esse pressuposto, uma vez que, a satisfação das necessidades aumenta a aversão à penosidade. Com isso, salienta-se que, o valor de trabalho e do consumo varia em função do grau de satisfação das necessidades mínimas.

Para Schultz, a produção dependeria do investimento nos fatores de produção, que pode ser satisfeito bastando investimento nos fatores de produção na unidade produtiva familiar. Entretanto, para Mellor (1963), o desenvolvimento da unidade produtiva familiar não depende do investimento nos fatores de produção, mas na quantidade e na qualidade do esforço despendido pelos agregados. Nesse sentido, devem-se incluir as questões culturais e psicológicas da produção, pois influenciam a qualidade e a quantidade de esforço despendido pelo agregado. A influência dos fatores



sociodemográficos nas estratégias deve ser equacionada. Desse modo, o número de consumidor influenciava a quantidade e a qualidade do trabalho. Porém, vale elucidar que não se deve excluir a importância do mercado de trabalho, nos fatores acima mencionados.

Uma variável importante na vertente de penosidade é a disponibilidade de trabalho fora da unidade produtiva familiar, visto que, com a venda de trabalho fora da unidade produtiva podem-se satisfazer as necessidades básicas da unidade produtiva familiar, incluindo a compra de trabalho fora da unidade para compensar a ociosidade criada com a saída de membros dessa unidade. (NAKAGIMA, 1969). No entanto, para compensar a saída de membros do agregado, as famílias optam por reduzir a sua produção, sem com isso perder o princípio básico do camponês, que se funda na manutenção da unidade produtiva familiar com menor penosidade. Nesse sentido, observa-se que, as ações externas a essas unidades podem jogar um papel preponderante na redução ou na minimização da penosidade.

Porém, convém mencionar que, há muitos estratos de camponeses que não mantêm laço com o mundo externo, mantendo os princípios de fusão entre a necessidade de produção e de consumo. Techipt (1973) incorporou o mundo de produção camponesa a uma realidade específica, adaptada com um contexto específico. O autor recusa a análise do modo de produção na base do materialismo histórico, supondo que na unidade produtiva familiar as relações sociais giram em torno da satisfação das necessidades internas. Em sociedades isoladas e muito pobres, é mais visível a procura pela satisfação da necessidade interna em primeiro lugar. A questão da penosidade, nessas sociedades, é uma questão secundária.

Depois de abordarem-se o comportamento camponês, focando na maximização dos lucros, minimização dos riscos e penosidade são importantes observar que essas estratégias não podem ser explicadas apenas com base no comportamento camponês, pois, as estratégias são resultadas de muitos fatores.

A próxima subseção irá abordar a percepção do risco, componente essencial nas estratégias de meio de vida, principalmente quando se leva em consideração as mudanças climáticas.

## 2.3 PERCEPÇÃO AMBIENTAL COMO MECANISMO DE ADOÇÃO DE ESTRATÉGIAS DE MEIO DE VIDA À LUZ DA VULNERABILIDADE ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Para Sartori (2014, p. 25), “Cada ser humano é único, sem precedente e não repetível, e por isso, cada pessoa pode perceber, sentir e compreender o mesmo meio ambiente diferentemente das demais pessoas.”. A partir dessa citação, iniciará a subseção dedicada à percepção ambiental.

### 2.3.1 Percepção

Nas últimas décadas, a discussão teórica em torno do risco e da vulnerabilidade avançou muito, tendo surgido vários trabalhos, principalmente relacionados à exposição ao risco em função das mudanças climáticas. Porém, esse tema tem suscitado diversas opiniões, principalmente quando inclui a categoria analítica das mudanças climáticas, uma vez que se trata de um fenômeno relacionado a um espaço onde circulam olhares diferenciados – “eu e tu”. Para a percepção dos fenômenos naturais ou antrópicos, a leitura da paisagem torna-se fundamental, dado o aparato que nela existe e a caracteriza. Isso faz com que as percepções variem de indivíduo para indivíduo. Nesse sentido, pelo espaço físico ter respostas diferentes às visões nela aplicadas, revela-se importante examinar a percepção que os indivíduos têm do seu espaço, pois a partir dessa percepção constroem-se alternativas de respostas aos estímulos vivenciados.

Segundo Rodrigues et al. (2012), o estudo sobre percepção surgiu em 1879, quando o pai da psicologia experimental Wilhelm Windt (1832-1920) fundou em Leipzig o primeiro laboratório experimental desta temática. A base que o levou a fundar esse laboratório é o fato de os órgãos de sentidos (interno) e os fatores (externos) vivenciados pelo indivíduo, influenciarem no comportamento dos indivíduos. Para tal, ele focalizou na biofísica e psicologia comportamental, centrando no método cartesiano e mecanicista das ciências modernas.

A palavra “percepção” vem do latim *perceptione* que significa pensar, conhecer, entender (RODRIGUES et al., 2012). Para Tuan (1980, p. 4), “a percepção é tanto uma resposta dos sentidos aos estímulos externos”. Sendo assim, pode-se considerar que é um processo em que a mente codifica os sinais sensoriais emitidos da natureza ao

cérebro, que, por sua vez, os organiza e os interpreta em forma de informação do mundo.

A percepção como conceito teve maior notoriedade a partir da psicologia de Piaget no que referia à atividade perceptiva. Segundo Oliveira (2009, p. 187), a análise de Piaget estava centralizada no aparelho sensorial, mecanismo usado pelos indivíduos para perceberem as cores, sons, cheiros, sabores e tatos. Nesse sentido, a posição em que sujeito se encontra em relação ao objeto observado, o influencia. Assim, a percepção pode ser analisada ontologicamente, epistemologicamente e psicologicamente.

**Ontologicamente:** O objeto é independente da capacidade cognitiva do sujeito. Assim, o objeto tem mais peso que a capacidade perceptiva do sujeito. Neste sentido, há que se focar no objeto e não na capacidade cognitiva e perceptiva do sujeito. Em relação às mudanças climáticas, pressupõe-se que elas existem independentemente da capacidade perceptiva do sujeito. A partir disso, a mudança climática não deve ser avaliada pelo seu efeito na natureza e na vida das pessoas, mas, pela sua existência efetiva.

**Epistemologicamente:** O objeto tem menos significado que a visão do sujeito. Assim, o conteúdo dado pelo sujeito ao objeto tem mais significado, principalmente se observar que os agentes têm capacidade de definir o fenômeno. Portanto, se eles não o definem, o fenômeno não existe, não tem significado, logo, não é percebido. Em relação às mudanças climáticas, convém mencionar que epistemologicamente, ela só existe a partir das emissões dadas pelo sistema de perito, porque antes o fenômeno é considerado como algo comum e não necessita de qualquer intervenção.

**Psicologicamente:** O sujeito e o objeto se influenciam. Os órgãos de sentidos juntamente com objetos e influenciam. Por isso, o meio onde o fenômeno está inserido e o estilo de vida determina na percepção do fenômeno.

Dentro das representações ontológicas, epistemológicas e psicológicas, dois conceitos marcam presença indelével: uma teórica, e outra prática. A representação teórica preocupa-se como as pessoas definem ontologicamente, epistemologicamente e psicologicamente a percepção do risco. Já a representação prática está vinculada à percepção, tendo em conta o espaço vivido e percebido pelo sujeito. (OLIVEIRA, 2009, p. 193).

É difícil distinguir percepção de cognição, pois, a percepção é um processo que

ocorre por causa da presença de um objeto (fenômeno) e que resulta da apreensão imediata do tal objeto, por um ou mais órgãos sensoriais do sujeito ligado ao comportamento num dado momento. A cognição não necessita ligar a uma resposta imediata, isto é, o que ocorre, enquanto a percepção está ligada a uma resposta imediata que o sujeito capta do objeto. Portanto, a cognição engloba mais aspectos que a percepção, pois, envolve a própria percepção. Para Sartori (2014, p. 40), a percepção é temporal e instantânea e o conhecimento ou cognição é prolongado. Por conseguinte, em relação à cognição, as reações variam, enquanto que no que tange a percepção, há um impacto imediato.

Para perceber a análise da capacidade de percepção dos indivíduos em relação a um fenômeno deve-se visualizá-la no método fenomenológico, isto é, examinar o que aparece à consciência do indivíduo. O estudo dos fenômenos ficou conhecido como fenomenologia, resultado do processo de procura pela cientificação da filosofia. Este processo teve as contribuições do filósofo E. Husserl, entre os períodos 1895-1938. Este concebeu a fenomenologia como uma corrente que descreve os fenômenos, isto é, aquilo que se dá imediatamente. (SPOSITO, 2004, p. 34). Para Husserl “toda consciência é consciência de alguma coisa”. Essa corrente visava romper com as visões do empirismo e o psicologismo, superando assim a oposição tradicional entre realismo e idealismo. Importa referir que na fenomenologia não há método dedutivo nem empírico, mas interpreta o que observa baseada na observação imediata.

Portanto, o trabalho de Husserl procurou tornar a filosofia uma ciência com um rigor distinto das ciências exatas conciliando o homem e o mundo, pois, considerava inseparável a relação sujeito-objeto. Sendo assim, ele propôs o método fenomenológico, diferente do cartesiano, porque, segundo ele, a realidade não se encontrava fora da consciência perceptiva do homem.

Contudo, foi o filósofo Frances Maurice Merleau-Ponty (1908-1961) que deu uma maior consistência à fenomenologia e percepção, pois, foi ele que deu novo dinamismo e consistência ao aprofundar a temática de percepção.

Tudo que sei do mundo, mesmo que por ciência, eu sei a partir de uma visão minha ou de uma experiência do mundo sem a qual os símbolos da ciência não podem dizer [...] Retornarei a coisa mesma é retornarei este mundo anterior ao conhecimento do qual o conhecimento sempre fala. (MERLEAU-PONTY, 1996).

O mundo é aquilo que percebemos e não fruto do significado que lhe é atribuído. O que sujeito pensa tem um papel importante na percepção, pois, o sujeito está dotado de um conjunto de estruturas organizacionais que se influenciam com o que lhe é dito ou transmitido.

### 2.3.1.1 Dos problemas ambientais a percepção ambiental

Diante das transformações ocorridas na década 1960, surge a percepção ambiental, resultantes de um processo analítico que se configurou sobre o ambiente natural ou o ambiente construído. Isso sucedeu devido à dicotomia existente em relação à percepção ambiental, porque desde o fenômeno até a tomada de consciência de um problema ambiental, existem procedimentos que influenciam a conduta humana relativo ao ambiente. A partir dos relatos e das percepções dos problemas ambientais surgiram estudos focados na percepção ambiental. (BASSANI, 2001, p. 47).

Há que se mencionar que, a percepção ambiental surge da psicologia ambiental, desenvolvida por Brunswik em 1943 e consolidada na década 1970, com o intuito de analisar a complexidade do ambiente físico, mas concretamente nos problemas dos seres humanos causados pela degradação ambiental. (BASSANI, 2001). Para Fagionatto (2007), “a percepção ambiental seria um processo de tomada de consciência ambiental pelo homem”. Esse processo de tomada de consciência, relativa à ameaça na qualidade de vida e chegando a temer a própria extinção humana. Por isso, havia necessidade de uma boa gestão dos recursos naturais.

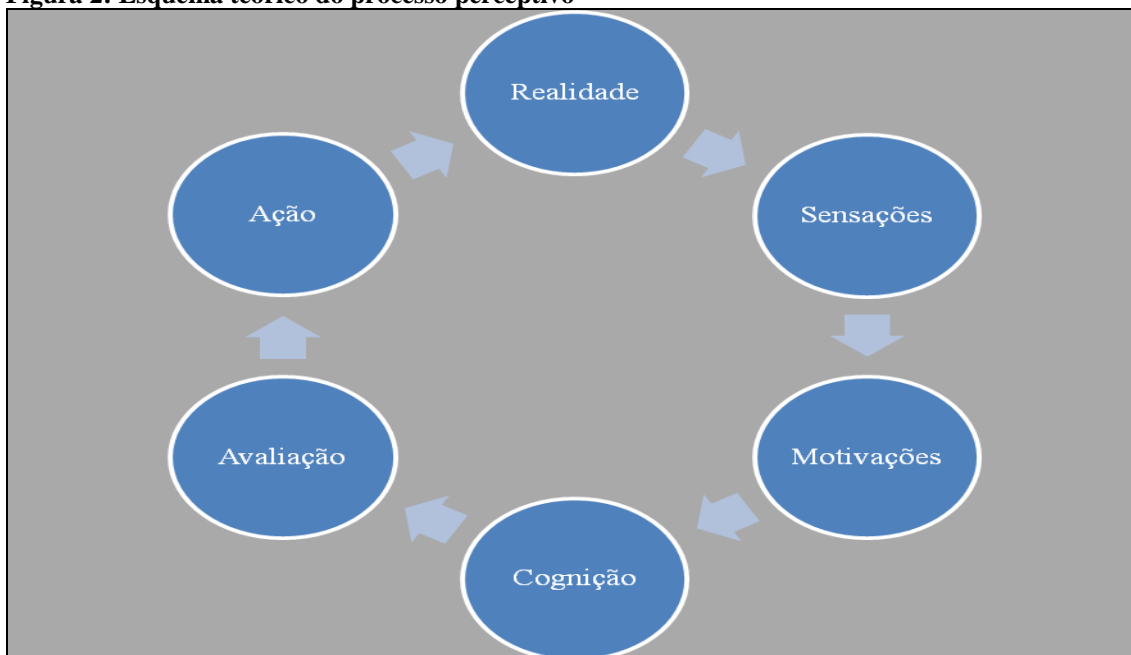
Portanto, a partir dos anos 1960, surgiram várias contribuições que consolidaram e evoluíram os estudos referentes à percepção ambiental. Porém, convém mencionar que, nos finais do século XIX e início de século XX, haviam trabalhos realizados pela Geografia francesa, focalizando na necessidade de estudos mais profundos sobre o objeto de pesquisa. Somente no século XX, que fortaleceram os estudos nessa temática, visto que, antes desse período, não estavam ligados aos problemas ambientais, mas as atitudes comportamentais em relação ao ambiente.

A partir de uma situação da percepção Ambiental elaboram estratégias de meio de vida. Essa situação é visível em situação de alguma vulnerabilidade. Vale mencionar que, a percepção ambiental depende do significado e da interação entre o objeto e o sujeito. Nesse sentido, os estudos da percepção ambiental procuram entender como os

homens estruturam, em suas próprias mentes, em relação ao mundo que os cerca. Portanto, os estudos dão mais ênfases como os homens percebem os elementos de seu ambiente natural, nesse caso, percebem os recursos ou os riscos naturais. Segundo Sartori (2014, p. 101),

[...] o homem do campo é um verdadeiro observador do tempo, constantemente a perscrutar os horizontes. Olha, inquire e interpreta as nuvens, acompanha-lhes o deslocamento e as mudanças de tonalidade, percebe os relâmpagos longínquos, ouve as trovoadas distantes e cuida a direção dos ventos. Grande parte de suas conversas é sobre as chuvas, se choveu muito ou se as chuvas não param. [...]. Os cidadãos usufruem de condições ambientais próximas as de um conforto climático padrão. Seja inverno ou verão tenta-se manter uma temperatura sempre agradável.

Portanto, parte-se do princípio de que a ação resulta da construção da realidade, seguida de uma replicação no seu modo de viver. Nesse sentido, o sujeito descreve o objeto e suas relações, a partir da forma como compreendeu a realidade. Com isso, o objeto torna-se elemento a jusante, correndo o risco de se tornar apenas o elemento a ser analisado. Segundo Del Rio (1996), a percepção ambiental parte de uma estrutura que inicia no objeto e termina na elaboração de estratégias em função da percepção. Nesse processo, a mente, como receptora dos sinais emitidos pelo órgão de sentido, capta a realidade impulsionada pelas motivações cujo influenciam a memória a construir um conhecimento.

**Figura 2: Esquema teórico do processo perceptivo**

**Fonte:** Del Rio (1996) adaptado pelo autor (2015).

Assim sendo, a percepção das mudanças climáticas no contexto da vulnerabilidade, pressupõe a necessidade de uma avaliação nos aspectos tecnológicos, sociais, econômicos e ambientais, pois elas proporcionam uma maior ou menor vulnerabilidade. Isso sucede, porque a vulnerabilidade em si aplica-se nos indivíduos ou nos grupos, dentro de um marco dialético entre fatores externos. Desse modo, ao aplicar a percepção em contexto de vulnerabilidade ambiental, a afetividade e os valores acumulados ao longo do trajeto da vida desempenham um papel de extrema importância.

Por se tratar da percepção em relação ao ambiente, convém mencionar o conceito de vulnerabilidade. Uma vez que, que a percepção sobre a degradação e qualidade de vida depende da exposição/vulnerabilidade que um indivíduo está sujeito. O conceito foi formulado na década de 1930, pelo grupo de pesquisa de L.B. Murphy, que definiram o termo de vulnerabilidade como susceptibilidade à deterioração do funcionamento diante de estresse. Portanto, “a vulnerabilidade pode ser lugar indicado ou socialmente incorporado como mais suscetível a um risco” (PBMC, 2014, p. 278). Dito dessa forma observa-se que a vulnerabilidade está no sujeito, e não no objeto, e o risco está no objeto. Desse modo, a vulnerabilidade insere-se no cotidiano do indivíduo, onde o meio social configura como um espaço de múltiplas lógicas e significâncias conforme a situação do sujeito. A partir disso, observa que nem todos estão no mesmo grau de vulnerabilidade, apesar de compartilharem o mesmo espaço.

Em relação às mudanças climáticas, falar de vulnerabilidade é relacioná-la ao grau de exposição ao evento extremo e a capacidade de resposta a ele. Nesse âmbito, compreende-se dois fatores: o risco de ocorrência de um evento (exemplo: seca, cheia ou ciclone) e a capacidade de resposta a esses eventos. As respostas devem da disponibilização dos ativos (humanos, financeiros, naturais, físicos e sociais).

Assim, “a percepção do risco ambiental pressupõe que se faça uma análise das estruturas cognitivas do homem e sua relação com o meio que o rodeia” (SARTORI, 2014, p. 28). Por isso, há que se analisarem as necessidades dos indivíduos, pois, essas necessidades levam o indivíduo a dar certas atribuições em detrimento de outros. Partindo do princípio que “cada cultura se ergue sobre suas próprias idéias acerca do que deveria ser o normal ou natural” (DOUGLAS; WILDAVSKY, 2012, p. 33). Os riscos variam de um contexto para outro, razão pela qual alguns passam despercebidos, e outros são assumidos como riscos a ter em conta. Por isso, alguns fenômenos são registrados e assumidos, enquanto outros são ignorados e bloqueados como respostas aos estímulos externos.

Segundo Douglas e Wildavsky (2012), alguns riscos são amplamente disseminados pelo ocidente, o que faz com que, as pessoas tenham diferentes percepções do risco: guerra, poluição, emprego, inflação etc. E para Beck (2011, p. 21) “os riscos são marcas da modernidade tardia, caracterizados pela produção social de riqueza e acompanhados sistematicamente pela produção social de riscos”.

A intensidade global do risco atualmente é um elemento ameaçador que atinge todos os grupos sociais (ricos e pobres), tornando inquietante para toda a humanidade, não sendo controlado localmente, o que faz com que, todos sejam responsáveis pelos problemas ambientais. Assim, considera-se que, os riscos resultam da quantificação e da qualificação dos peritos, o que resulta na socialização da natureza, tornando-a “assustadora”. Os riscos se tornaram algo comum, que a população assume como normal, cujo decorrente da consciência de risco. Portanto, o progresso das ciências amplia o entendimento que o homem tem do mundo natural, de modo que quanto mais o homem tiver conhecimento, mais consciente estará do risco. Logo, o risco em si é um processo de prioridade, o que significa que não se podem conhecer os riscos na sua totalidade “uma vez que ninguém sabe tudo, não pode haver garantia de que os perigos que pessoas procuram evitar e quais são aqueles que mais prejuízo lhes causará”. (BECK, 2011).



Entretanto, conforme Douglas e Wildavsky (2012, p. 3) “existem alguns riscos dos quais valem a pena correr atrás, quer dizer, riscos que convém ser evitados”. Dessa forma há riscos que se corre sem saber, e outros dos quais se podem ter conhecimento. A partir desse conhecimento, pode-se ou não traçar estratégias para evitá-los.

O próximo subcapítulo abordará o meio de vida, visando a descrever a origem dos estudos sobre esse tema, bem como seus principais precursores e seus determinantes. A importância do subcapítulo deve-se ao fato das estratégias de meio de vida ser adotadas pelos indivíduos, a partir de uma situação de vulnerabilidade.

#### 2.4 PERCEPÇÃO AMBIENTAL NO CONTEXTO DA ABORDAGEM DE MEIO DE VIDA

Abordagem de meio de vida (*livelihoods*) desenvolvida por Ellis considerava que, as famílias desenvolvem estratégias de reprodução social através dos ativos disponíveis na unidade produtiva familiar. Segundo Ellis (2000), “um meio de vida compreende os bens (financeiro, social, físico, natural e humano) usados para elaborar estratégias de meio de vida”. Assim, a vulnerabilidade deve ser analisada a partir da existência ou não de ativos que lhe permitem enfrentar determinadas situações de risco.

Portanto, a percepção ambiental no contexto da vulnerabilidade está na capacidade de resistir ou não, porque, nem todos têm as mesmas oportunidades. Pode acontecer que diferentes indivíduos estejam na mesma situação de vulnerabilidade, mas com ativos diferentes. (KAZTMAN; FILGUEIRA, 1999). A vulnerabilidade seria esse processo de desajuste entre ativos e estrutura, situação proveniente da capacidade dos atores sociais de aproveitarem as oportunidades para melhorarem a sua condição de vida.

Assim, os ativos podem reduzir o impacto do risco, o que implica a redução da vulnerabilidade, nesse caso em apreço, quem consegue captar as oportunidades, estaria em menor grau de vulnerabilidade. Para Barret, Reardon e Webb (2001) “meio de vida é um conjunto de ativo, cujo acesso determinam a forma de viver de um indivíduo ou de uma família”. A partir disso, os indivíduos obtêm a sua forma de viver em função de uma fonte ou mercadoria que se ajusta à sua atividade.

A abordagem de meios de vida surge nos finais do século XX, principalmente no contexto acadêmico. Ela resulta da crise da perspectiva estruturalista, o que fomentou a

necessidade de incorporar uma nova perspectiva orientada aos atores. Esta perspectiva em si, não surgiu no século XX, mas no século XIX, com a noção de *genre vie* de Vidal De La Blache, este autor postulou que o meio físico podia condicionar a atividade humana.

Segundo Araújo e Raimundo (2002, p. 68), a corrente De La Blache surge como reação à crise do paradigma positivista, nos finais do século XIX, passando o homem para o centro da sociedade. Essa corrente passou a ser chamada de historicismo com base no idealismo de Kant. Portanto, o historicismo era contra o positivismo, que se baseava no método hipotético-dedutivo, o que não se verificava no historicismo, o qual alegava a necessidade de estudos concretos e fatuais.

Vale lembrar ainda que o positivismo de Comte e a seleção natural de Darwin influenciaram as ciências sociais da época, pois, pressupunham que, a natureza influenciava o homem. Por isso, acreditavam que, não havia possibilidade de os homens estabelecerem estratégias, restando à possibilidade de adaptar-se ao meio onde viviam.

Com o possibilismo de De La Blache, o homem passa ser o agente do seu meio, atuando no e sobre o meio onde reside desse modo, o homem cria condições para utilizá-lo (possibilidades). Segundo o autor, o homem seleciona as condições que estão de acordo com as suas aptidões culturais e nível sócio técnico, o que significa que, não há terras inaptas para se viver. “O meio natural passa a ser visto como relativo, fornecendo um conjunto de possibilidades de escolha.” (ARAÚJO; RAIMUNDO, 2002, p. 65).

Porém, no campo da academia, esta corrente tinha perdido fôlego, principalmente com o surgimento das abordagens de dependência e da abordagem neomarxista. Somente com o trabalho de Robert Chambres e Gordon Conway, em 1992, se chegou a abordagem de meio de vida, o que veio a transforma-se numa excelente ferramenta de orientação para as políticas públicas de desenvolvimento rural. (PERONDI, 2007, p. 97).

Para Schneider e Niederle (2010), o reconhecimento da abordagem de meio de vida no campo acadêmico e político – institucional esteve intimamente associado a uma virada teórica e metodológica ocorrida nas ciências sociais a partir do final da década de 1980, e, notadamente no decorrer da década de 1990, marcando um período focado nos atores sociais. O retorno aos atores deve-se ao reconhecimento do sujeito como

agente com habilidades, deixando de ser sujeito passivo para ser sujeito com habilidades para executar estratégias, com vistas a melhorar a qualidade de vida.

No contexto espacial, a abordagem de meio de vida surge na Inglaterra, no início dos anos 1990, resultado de uma demanda das agências internacionais, que passaram a utilizar essa ferramenta para observar como famílias respondiam às situações de vulnerabilidade (HAAN; ZOOMERS, 2003).

Para além do âmbito acadêmico, as instituições multilaterais, nos seus programas internacionais de desenvolvimento concluíram que, cada vez mais os pobres estavam excluídos. Contudo, os estudos centralizaram não apenas nos pontos fracos, mas também nos aspectos fortes empreendidos pelas populações. Cornwall e Scoones (2011) chegaram à conclusão de que, os projetos de desenvolvimento impostos não logravam sucesso, apontando a necessidade de incorporar os agentes no processo de desenho dos seus projetos de desenvolvimento. Essas críticas tiveram grande repercussão no seio das agências de desenvolvimento o que impulsionou uma revisão nos conceitos de desenvolvimento: participação; vulnerabilidade; pobreza multidimensional; meios de vida; e farmer first.

No entanto, convém mencionar que, somente com o trabalho de Chambres e Conways (1992), pois, mostraram que os meios de vida podiam ser sustentáveis socialmente e ambientalmente. A partir desses trabalhos, várias agências internacionais passaram a incorporar essa abordagem em programa de pesquisa de desenvolvimento como o *Institute of Development Studies* (IDS) e o *Overseas Development Institute* (ODI), destacando a Universidade de Sussex. Neste âmbito, a sustentabilidade calculava-se pela capacidade de suportar crises, principalmente se conseguisse recuperar-se das tensões ou dos choques, mantendo ou melhorando a qualidade de vida da família no presente ou no futuro, sem, no entanto, pôr em risco os recursos naturais. Desse modo, podia contribuir para o fortalecimento de outras redes de meio de vida, que podem ter impacto a curto, médio e longo prazo, numa escala local ou global.

Ora, há que se referir que surgiram duas alas dentro da DFiD, uma liderada por Robert Chambres, que centrou atenção na sustentabilidade de meio de vida, através do programa de pesquisa assumido pelo *Development Studies at Sussex*. Esta ala pesquisou em Bangladesh, Mali e, em particular na Etiópia. (DFiD; SCOONES; CARNEY apud MURRAY, 2001, p. 6).

Outra ala foi liderada por Frank Ellis, um agro economista da University of East Anglia que contribuiu para a dinamização dessa temática. Ellis focalizou na vulnerabilidade e na diversidade, através dos seus artigos publicados no final da década de 1990 e no princípio da década de 2000. Suas pesquisas criticam a visão de larga escala e os grupos extensos, considerando a necessidade de observar estudos micros sociais, pois considerava que as análises macros sociais limitavam a compreensão dos meios de vida. Suas pesquisas foram feitas na África Subsaariana, em particular Quênia, Gana e Tanzânia. Ele advogava a necessidade de pesquisar em pequena escala, semiestruturada, com inquérito participativo e estudo de caso (ELLIS apud MURRAY, 2001, p. 7).

Importa mencionar que, Ellis substituiu o adjetivo “sustentável” por “diversificação dos meios de vida”, focalizando na capacidade de as pessoas utilizarem e diversificarem os seus meios de vida em situação de pressão. Para Ellis, os indivíduos constroem um conjunto de portfólio de atividades para sobreviver e melhorar o padrão de vida. Assim, pode-se considerar que Ellis, foi o último que contribuiu para a fundamentação dessa abordagem tendo socorrido da abordagem Seniana de intitlamento<sup>3</sup> e da capacidade<sup>4</sup>. Para ele, o sucesso das estratégias de meio de vida estava em função do acesso a intitlamentos individuais. Assim, ao perceber quais são os fatores que determinam o acesso aos recursos disponíveis, o indivíduo podia elaborar estratégias de meios de vida. Segundo Ellis e Allison (2004); Haan (2000, p. 344), os indivíduos diversificam os seus meios de vida através de um conjunto de ativos dispõem:

- a) físico: aquilo que foi criado pelo processo econômico de produção sujeito à depreciação, podendo ser produtivo ou improdutivo. Exemplos: infraestruturas como: redes de estradas, redes de energia, redes de comunicação, barragens etc. Para áreas rurais de produção agrícola, os meios

---

<sup>3</sup> Conjunto de pacotes alternativos de mercadorias pelo qual uma pessoa pode estabelecer ordem dada prevalência de planos legais, políticos e econômicos (SEN, 1989, p.8 citado por ELLIS, 2000, p.17). Para Ellis (2000) seria a forma como indivíduos e apropriado direito de uso para acessar, podendo ser sociais, institucionais e organizacionais. Esses direitos devem permitir maior possibilidade de escolha do indivíduo.

<sup>4</sup> Reflete a liberdade do pessoal em escolher entre vários modos de viver a via da sua própria razão de ser e de fazer, no conjunto das capacidades representa a liberdade da pessoa realizar varias combinações de efetivação (SEN, 2000, p. 325).

de vida estão ligados a maquinaria, estoque de alimento, equipamento agrícola etc.;

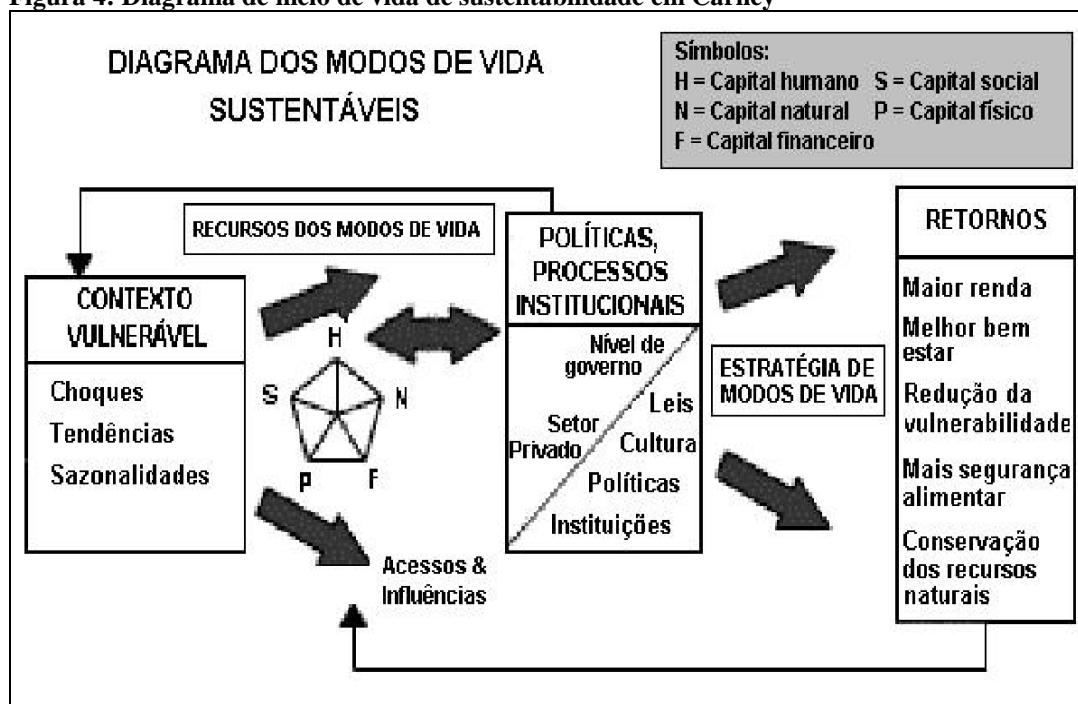
- b) social: são vínculos de que os indivíduos dispõem em relação aos grupos comunitários, permitindo o aumento da reciprocidade e confiança entre os membros da comunidade. Este ativo é um dos fatores-chave para a expansão das liberdades, na medida em que quanto maior for o acesso a esse ativo, maior será o acesso a outros ativos.
- c) humano: trabalho disponível resultante do capital humano, cujo são influenciados pelo estado de saúde, nível de conhecimento, habilidade, criatividade, treinamento que construiu ao longo da sua vida;
- d) financeiro: capacidade que um grupo doméstico tem para realizar suas estratégias por via de crédito, poupança, empréstimo, capital individual; e
- e) natural: terra, água, vegetação. O natural tem maior relevância no meio rural do que no meio urbano. Em espaço urbano, os salário e abrigo têm mais relevância, permitindo aquisição deste ativo.

**Figura 3: Estratégia de Meio de Vida de Ellis**



**Fonte:** Ellis, adaptado pelo autor (2015).

Figura 4: Diagrama de meio de vida de sustentabilidade em Carney



Fonte: Carney (apud PERONDI; SCHNEIDER, 2012, p. 123).

Observando o diagrama, percebe-se que os indivíduos em situação de vulnerabilidade (choque, tendências, sazonalidade) adotam estratégias de meio de vida, cujo dependente de um conjunto de condições institucionais como políticas públicas e um conjunto de condições não institucionalizadas como costumes, culturas, hábitos e tradições. Além disso, é preciso que, os indivíduos disponham ativos (humano, social, físico, financeiro e natural) na unidade produtiva. Portanto, com elaboração das estratégias, os indivíduos melhoram o bem-estar, reduzem a vulnerabilidade, e aumentam a segurança alimentar.

#### 2.4.1 Papel de Sen e Chambers na abordagem de meio de vida de Ellis

A abordagem de meio de vida tornou-se atrativa na academia e nas instituições internacionais, porque focalizava nos indivíduos que em situação de vulnerabilidade criam estratégias próprias de meio de vida. As instituições de desenvolvimento começaram a aplicar esta ferramenta a partir da década de 1990, com os trabalhos de Robert Chambers e Gordon Conway em 1992, Scoones em 1998, e Carney, em 1998 e em 2002.

Sen e Chambers podem se considerar como aglutinadores e sistematizadores

dessa abordagem, partindo das crises ligadas a pobreza e dos os problemas ambientais vivenciadas nos países em desenvolvimento. Já Ellis operacionalizou a abordagem das capacitações de Sen através dos ativos, baseando no conceito de intitlamento de Sen. Ora, importa mencionar que apesar de Chambres e Conway, em 1992 terem difundido essa abordagem de meio de vida. Porém, salientar que foi Ellis que sistematizou, focalizando na capacidade que os indivíduos têm de utilizar os meios de que dispõem.

Ellis definiu os meios de vida como um conjunto de processos de construção de oportunidades pelas famílias rurais para sobreviverem e melhorarem a sua qualidade de vida. A sua definição de ativo de meio de vida apresenta semelhança com o conceito de “intitlamento” de Sen. Sen baseou entre vários conceitos, o de justiça social, uma vez que cada indivíduo tem sua inspiração e sua necessidade de justiça, que nem sempre são as mesmas da sociedade. Assim, a justiça social deveria ser aplicada através da equidade e de um consenso, cabendo ao Estado responsabilidade de fornecer os bens primários, como ponto inicial de justiça. Segundo Sen (2001, p.59), “somos todos diferentes não somente em nossas riquezas herdadas, mas também em nossas características pessoais (aptidões físicas)”. As nossas diferenças não restringem apenas características interpessoais. Elas incluem características entre os grupos (homens e mulheres). Por isso, os pacotes de bens primários devem ser diferenciados, pois as aspirações são diferenciadas, o que quer dizer que, as liberdades são diferentes.

Para Sen, a funcionalidade e a capacidade dependem dos bens disponíveis. Alguns desses bens são primários, ou seja, facilitam atingir um determinado fim, uma vez que, os indivíduos têm objetivos diferenciados e que devem ser livres para optar. Sen supõe a valorização das liberdades de opção dos bens primários disponíveis, aquilo que Ellis chama de ativos, porque a partir dos ativos, os indivíduos atingem as liberdades de escolha. Por isso, podem-se considerar ativos como os bens primários, pois, são usados como os meios para as liberdades de escolha. Em suma, Sen via os bens primários como meio para as liberdades, e Ellis, via ativo como um meio para elaboração das estratégias de meio de vida em situação de vulnerabilidade. Com os bens primários, isto é, com os intitlamentos, os indivíduos tinham mais poder de escolha, neste caso, tinham mais poder de produzir e utilizar intitlamentos para atingirem o bem-estar.

Vale mencionar que, a liberdade envolve procedimentos que, permitem aos indivíduos escolherem as melhores opções. Alguns desses processos e oportunidades

derivam de ação externa e interna do indivíduo. Por conseguinte, o aumento de uma ação governamental incentiva a expansão das capacidades. O aumento dessas capacidades pode levar a uma maior participação dos indivíduos no processo de desenvolvimento. Ao ampliar e ao consolidar as políticas públicas significa facilitar o acesso aos recursos intitulados, e a sua falta significa incapacitar. Essa capacidade seria o vetor para o funcionamento, o que se assume que a falta levaria à redução da liberdade de escolha do tipo de vida que se deseja.

Portanto, o acesso aos ativos constitui o fundamento das estratégias de meios de vida, de modo semelhante ao modo como referimos ao intitulado, o que quer dizer que, quem dispõe de intitulado ou ativo tem mais capacidade de elaborar estratégias. Sen incidiu nas razões que levam um grupo específico a adotar determinadas estratégias em situações de vulnerabilidade, visto que nem todos dispõem dos mesmos ativos.

Ellis consolidou a diversificação como ferramenta analítica de meio de vida, permitindo a operacionalização dessa abordagem. Ele assume que, os ativos são os portfólios de que os indivíduos dispõem para elaborarem suas estratégias de meio de vida, permitindo menor dependência e maior autonomia em relação aos agentes externos e aos fatos adversos. Assim, a diversificação de meio de vida no meio rural é um processo pelo qual as famílias constroem um portfólio de atividades apoiadas pela capacidade social para viverem e melhorarem o seu padrão de vida (ELLIS, 2000). Ela resulta de um complexo de interações com pobreza, distribuição da renda, produtividade, conservação do meio ambiente e relação de gênero.

Depois de apresentação dos três aportes teóricos que a sustenta esta pesquisa, passará para a fase da descrição dos procedimentos necessários para a sua operacionalização desses aportes teóricos. Convém mencionar que, apesar da abordagem de meio de vida ser de domínio na academia, a sua operacionalização ainda constitui um dilema, principalmente se abordagem usada for qualitativa, pois, é difícil qualificar os ativos, sendo mais fácil quantificá-los. A dificuldade reside no fato desta abordagem apresentar particularidades, como a complexidade de definição do que seria ativo, pois há uma interpolação entre o que representaria um ativo e o como enquadrá-lo a uma realidade específica. Por exemplo:

- a) espaço de produção para o campesino representa espaço de residência. Como codificar se é um ativo?;
- b) atividade produtiva é um modo de vida;



- c) como quantificar o saber fazer?;
- d) como classificar um ativo?

Por exemplo: Maquinário que pode ser um ativo social que permite a diferenciação social, mas também representa a reciprocidade, e pode ainda, representar o ativo financeiro, porque recai na produção e produtividade.

Assim, no próximo capítulo, será detalhada a ferramenta analítica a ser empregada, tendo em vista a operacionalização da abordagem de meio de vida.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A realização de uma pesquisa científica pressupõe-se um conjunto de ações planejadas e desenvolvidas de acordo com normas consagradas. (MINAYO, 1993). Nesse âmbito, cada procedimento metodológico depende do objeto e do objetivo que se pretende atingir. Assim, para esta pesquisa, utilizou-se a abordagem qualitativa centralizada no estudo de caso. A escolha de estudo de caso foi devido à necessidade de fazer uma pesquisa profunda e exaustiva do objeto. (GIL, 2002, p. 54). A partir da adoção de estudo de caso obteve-se dados profundo da realidade, tarefa praticamente impossível mediante outros procedimentos metodológicos. Portanto, o estudo de caso facilita a familiaridade entre pesquisador e pesquisado.

Outro ponto que facilitou na adoção da abordagem qualitativo foi devido à complexidade do problema, pois, a problemática de pesquisa carrega em si uma subjetividade e da individualidade, o que nem sempre é possível de entender na base da abordagem quantitativa. Isso facilitou a escolha da abordagem qualitativa, pois visava “*entender quais estratégias de meio de vida pelas famílias camponesas à luz das mudanças climáticas,*”. Nesse contexto, para esta pesquisa, associar o estudo de caso, com abordagem qualitativa tornou-se inevitável, porque, para obter maior rendimento nesse tipo de problema precisa um estudo exaustivo e profundo, situação que é mais adequado em abordagem qualitativa.

Segundo Gil (2008, p. 10), o método indutivo parte do particular para o geral. Para caso das estratégias de meio de vida do camponesino do posto administrativo de Mahel, pode considerar como um ato particular, dependente dos ativos disponíveis que variam no tempo e no espaço, o que não aconteceria se usasse o método dedutivo, uma vez que, parte do geral para particular. Assim, se o método fosse dedutivo, iniciaria de uma estratégia adotada pelos camponeses em geral, para a estratégia aplicada por um grupo especial, neste caso, das estratégias gerais dos camponeses para estratégias dos camponeses do posto administrativo de Mahel. Nesse caso, procura auferir se as estratégias aplicadas na área de estudo estão ajustadas à prática dos camponeses em geral.

Sendo uma pesquisa de campo, pressupõe que haja um conhecimento da unidade de estudo, através de estudos exploratórios que a caracterize, a classifique e a define o problema de pesquisa, visando mostrar a relevância da pesquisa.

Salientar que, a escolha dos instrumentos de coleta depende do objetivo que se pretende atingir, tipo de pesquisa e do universo amostral. (MINAYO, 1993). Para esta pesquisa, foram usadas entrevistas semiestruturadas, por via de um conjunto de perguntas simples, permitindo ao pesquisador uma maior interação com os pesquisados. Por via disso, captaram-se reações verbais e não verbais. Para dar mais fundamentação a esta pesquisa, foram utilizados os dados secundários e a revisão bibliográfica. A revisão bibliográfica foi definida no grupo de pesquisa, onde foi definida que a melhor opção seria adoção de abordagem meio de vida de Ellis.

Como foi referida a coleta dos dados primários foram efetuados por via de entrevistas semiestruturadas e observações não participantes. Através deste método colheram maior número de dados, pois, os informantes tiveram maior liberdade de exporem as ações desenvolvidas em relação ao risco ambiental. Vale mencionar que, a liberdade dos pesquisadas foi falsa no sentido de que o pesquisador induziu os entrevistados para que dessem respostas em torno dos ativos, sem com isso, tivessem concentraram se numa estrutura rígida. Neste sentido, os pesquisados puderam se exprimir, o que geralmente o camponês não faz com facilidade. Vale ainda mencionar que, pelo nível socioeconômico, os pesquisados preferem se comunicar informalmente que submeter-se a um questionário. Por essa razão, tornou-se impossível usar áudio gravador, porque, com adoção deste instrumento, os pesquisados estariam preocupados em responder “corretamente” que em conversar, situação que talvez não permitisse extrair dados com qualidade. Pelo fato do pesquisador não dominar a língua nativa, o pesquisador teve companhia de uma residente que foi intérprete entre o pesquisador e os pesquisados. Para além contornar a barreira linguística, a intérprete facilitou a ligação entre o pesquisado e pesquisador. A ligação entre pesquisado e pesquisador por via do intérprete foi possível pelo fato deste pertencer à comunidade, Salientar que a intérprete possui nível de instrução, o que facilitou no reconhecimento da importância desta dissertação.

Importa salientar que, antes da ida ao campo, o pesquisador teve de manter contato com autoridades locais, tais como: Serviço Distrital de Atividades Econômicas – SDAE de Magude, onde o pesquisador obteve autorização para iniciar a pesquisa de campo, ato essencial para uma maior confiança por parte dos pesquisados. Depois da emissão de autorização, o pesquisador sentiu-se confiantes, principalmente porque são

comunidades bem distantes e com muito pouco contato com indivíduos fora da comunidade.

A emissão da carta de autorização do Serviço Distrital de Atividades Econômicas deu-se no dia 20 de abril de 2015, o que não impediu o aprofundamento da pesquisa exploratória, uma vez que, o pesquisador pertence à comunidade. Portanto, enquanto não tinha autorização, o pesquisador fazia a pesquisa participativa. Com isso, o pesquisador teve um panorama geral da região, principalmente das estratégias de meio de vida adotadas pelos camponeses, inspirando ainda mais a pesquisa. A coleta dos dados ocorreu no período entre 10-20 de abril de 2015. A coleta de dados primários durou cinco dias, através de entrevistas semiestruturadas que foram aplicadas a onze famílias, cuja amostra seguiu um plano pré-definido.

Conforme já citado, existia um grupo a ser pesquisado: os camponeses do posto administrativo de Magude que vivem em pequenos aglomerados dispersos e isolados, desenvolvendo a prática da agricultura de baixa produtividade na propriedade, em ambiente natural. Desse modo, definiu-se uma amostra de 11 famílias camponesas, cuja foram estipuladas em razão da sua dispersão na localidade. O fato de a pesquisa ter incidido numa amostra pequena, não significa que a pesquisa tenha perdido a sua essência, pois, a pesquisa se baseava no método fenomenológico. Ou seja, a pesquisa pretendia clarear o que existe. (GIL, 2008, p. 14). A partir disso, o sujeito descreve diretamente as experiências, tal como ela é. Por conseguinte, aumentar o número dos agregados podia perder o foco da pesquisa, visto que se poderia estar alastrar o grupo amostral, o que acarretaria alastrar também as estratégias, porque como foi referida, a pesquisa centraliza nas estratégias de meio de vida dos camponeses. Segundo Gil (2008, p. 90)

[...] a lei de permanência de pequeno número, assume-se que uma amostra suficientemente numerosa é representativa da população, uma segunda amostra de igual magnitude deverá ser semelhante à primeira. Assim, se na primeira amostra são encontrados poucos indivíduos com características raras, é de se esperar que na segunda sejam encontradas em igual proporção.

Conforme referido anteriormente, foram escolhidas famílias camponesas, representando a categoria analítica. A pouca diversidade na estrutura demográfica (idade, sexo, gênero, situação financeira etc.), permitiu a categorização das famílias com relativa facilidade. Assim, convém mencionar que, se as famílias dispõem das mesmas

características, pressupõe-se que tenham as mesmas estratégias. Por conseguinte, devido a esta situação, o pesquisador reparou que as respostas se assemelhavam o que significa que por mais que aumentasse o número de pesquisados, as respostas provavelmente seriam as mesmas.

As entrevistas foram feitas às famílias que se encontravam na propriedade. Assim, dentro da propriedade, em primeiro lugar, entrevistou-se o chefe do agregado, uma vez que, os chefes dos agregados representam o ponto do iceberg na elaboração das estratégias.

Por fim, em relação ao modelo de análise de dados, importa mencionar que, o modelo de análise varia de acordo com o tipo de abordagem usada. Nesta pesquisa, usou-se a abordagem qualitativa, que geralmente utiliza um discurso subjetivo por meio de análise qualitativa de dados. Desse modo, análise de dados baseou-se na análise semântica dos discursos, dos textos e depoimentos coletados, a fim de comprovar um caminho coerente e lógico que permite chegar a uma solução. Salientar que coube ao pesquisador a tarefa de compreender as estratégias e não apenas descrever o significado da ação humana.

Para além da categorização, para o caso em apreço, foram às famílias camponesas é importante verificar as variáveis de análise, que, nesta pesquisa, são os ativos disponíveis na unidade produtiva familiar.

Operacionalização da teoria de Ellis não é tarefa tão fácil, apesar de ter sido desenvolvida tendo em conta a realidade de extrema pobreza em países em desenvolvimento, mais concretamente Tanzânia, Gana e Quênia. (MURRAY, 2001). Vale ressaltar que, o grau de dificuldade de operacionalizar a teoria de Ellis, poderia ser reduzido, principalmente se na unidade produtiva familiar tivesse informações suficientes dos ativos, visto que, nem todos os ativos estão na unidade produtiva familiar. Contudo, convém mencionar que, esse desafio tornou-se um atrativo quando se focaliza para um grupo específico “camponês”, cuja produção está dependente das mudanças climáticas, visto que os camponeses têm no ativo natural e no ativo humano as suas fontes para elaboração de estratégias de meio de vida. A operacionalização da abordagem meio de vida de Ellis na localidade de Mahel, no distrito de Magude, na província de Maputo em Moçambique, efetuou-se por via dos ativos (natural, social, humano, físico e financeiro), que representam as variáveis de análise.

Dessa forma, foi necessário enquadrar os ativos em função da realidade, partindo do estudo exploratório. Assim, para a operacionalização, sintetizaram-se os cinco ativos:

- a) **ativo financeiro:** foi considerado em função da capacidade de adquirir outro bem para o consumo ou para a produção. Assim, a operacionalização foi tomada em função da utilidade do bem;
- b) **ativo natural:** foi considerado em função da disponibilidade de terra, da água e da vegetação na área de influência da unidade produtiva familiar;
- c) **ativo físico:** pelo fato de ser uma produção com baixo uso de maquinaria, portanto, esse ativo foi vinculado aos ativos humano, financeiro e natural. Assim, para a operacionalização, tomou-se em conta se a estratégia esteve ligada às infraestruturas existentes, por exemplo, exemplo o uso de sistema de irrigação, o pousio, área produtiva, etc.;
- d) **ativo humano:** foi considerado em função da habilidade que os indivíduos podem fazer para fazer face adversidade. Assim, optou-se na capacidade de leitura e de escrita, nível de escolaridade e por fim o saber-fazer. Assim, mensurou-se quantitativamente o nível de escolaridade, e qualitativamente o saber-fazer, cabendo ao pesquisador a responsabilidade de auferir a estratégias de meio de vida através do saber-fazer dos camponeses; e
- e) **ativo social:** centralizou nas relações sociais entre pares, cujo fortalecem e permitem a elaboração de estratégia de meio de vida. Assim observou-se na reciprocidade e na existência de associações, uma vez que esse ativo responde mais em sociedade menor grau de mercantilização, mas que possui maior grau de parentesco e de autonomia.

A mensuração e a operacionalização de todos os ativos resultaram da sistematização das informações coletadas para cada tipo de ativo. Por consequência, a mensuração e operacionalização dos ativos foram realizadas através de análise de conteúdo, discursos, depoimentos, o que significa que se usou abordagem qualitativa.

A seção a seguir refere-se a variáveis, pressupostos básicos que direcionaram a pesquisa, reduzindo o desperdício de tempo e recursos materiais. A variável é utilizada para informar algo sobre determinados aspectos sociais, sem necessariamente esgotar todos os aspectos sociais. Importa referir que apesar de não esgotar e nem incluir todos

os aspectos, elas permitem visualizar as informações necessárias para a pesquisa. Por conseguinte, esta subseção visa principalmente a detalhar os ativos, pontos centrais desta pesquisa.

### 3.1 VARIÁVEIS DE ANÁLISE

Um dos pressupostos básicos para uma boa pesquisa é a escolha das variáveis de análise, visto que ligam o teórico ao real. A inserção do investigador à realidade pode se tornar uma batalha de difícil superação, principalmente quando se trata de questões ligadas à realidade de países em desenvolvimento, onde as informações são escassas, e a memória descritiva se torna a ferramenta analítica mais viável. Porém, há que salientar que o uso da memória descrita, pressupõe que as emoções possam interferir no processo de recolha de dados, o que obriga uma análise cada vez mais profunda do pesquisador.

Importa mencionar que, para esta pesquisa, as variáveis foram escolhidas tendo em conta a proposta teórica e metodológica de Ellis.

#### 3.1.1 Ativo natural

A terra, água e vegetação continuam a ser indispensáveis para o meio rural dos países em via de desenvolvimento. É nos ativos naturais que indivíduos elaboram estratégias de meio de vida, principalmente se atender-se que o ativo natural faz parte do sistema de vida dos camponeses, sem necessidade de alocação de fora da propriedade, uma vez que, a estratégia dos camponeses está em torno daquilo que existe na propriedade. De forma resumida, esta seção irá detalhar a importância da terra, água e vegetação para as famílias rurais moçambicanas. Assim, convém mencionar que, é na terra onde se produz alimento e garante o pasto para o gado. E, para o caso da água, importa referir que, a produção agrícola desenvolve e cresce quando existe água suficiente para as necessidades das plantas. Para além de garantir o crescimento e desenvolvimento dos vegetais, a água permite o abeberamento do gado e serve para o uso doméstico. Por fim, vale salientar que a vegetação protege os solos contra a erosão, alimenta o gado e fornece combustível lenhoso (ARAUJO, 1997).

Assim, percebe-se que os aspectos de acessibilidade se tornam essenciais na adoção desse ativo. Por isso, a pesquisa irá focalizar na distância da área de produção,

disponibilidade de área de produção, disponibilidade de água para consumo doméstico, disponibilidade para abeberamento do gado, disponibilidade para produção. Por fim, disponibilidade da vegetação para uso em forma de combustível lenhoso e como fonte de renda monetária através de venda dos recursos florestais.

### **3.1.2 Ativo humano**

A educação juntamente com a saúde aumenta a produtividade e melhora a distribuição de renda dos agregados, através da eficiência produtiva, o que culmina com o aumento da renda e redução da vulnerabilidade. Portanto, a educação em si, facilita a escolha inteligente entre diferentes modos de vida que uma pessoa deseja levar, através da conversão da renda e de recursos em função do estilo de vida. E a saúde seria em si, uma realização do bem-estar, um fim como consequência de amplos fatores inter-relacionados que permitem ter uma vida longa. Segundo Sen (2000), os ativos humanos representam uma conquista de uma pessoa, permitindo maior liberdade de escolha.

O nível escolar foi avaliado tendo em conta a capacidade de decodificar e aplicar informações relativas às dinâmicas sociais, econômicas, políticas, culturais e ambientais. A idade, sexo e gênero são excelentes parâmetros para avaliar como as pessoas têm capacidade de decodificar. Por essa razão, uma informação prévia através de um estudo exploratório foi fundamental para a pesquisa.

Para além da educação formal, a pesquisa centrou-se no saber-fazer, um dos ativos mais importantes no modo e condição de vida campesina, que é conciliado com os demais ativos disponíveis. Ora, aspectos como tipo de adubação, tipo de produção, técnica de controle de pragas e infectantes em grande medida influem no tipo de estratégia aplicada em uma situação de vulnerabilidade.

### **3.1.3 Ativo social**

Segundo Sabourin (2006), “o ativo social corresponde à capacidade de os atores obterem benefícios pelo fato de pertencerem às redes sociais ou uma estrutura social”. A reciprocidade e a solidariedade são marcas bem patentes das redes e estruturas sociais. Convém mencionar que, pertencer às redes sociais exige o cumprimento de algumas normas como: obediência às normas internalizadas; obrigações perante os outros,



acompanhadas pela reciprocidade bilateral; solidariedade entre os produtores em relação a um objetivo em comum. Para esta pesquisa, foram focalizados aspectos ligados ao nível de participação social no seio das organizações sociais, associações de crédito, associações de produção, e as demais associações, oferecendo assim uma alternativa para os produtores em situação de vulnerabilidade e principalmente no processo de pouca mercantilização na produção. Ora, a reciprocidade baseada na ética de subsistência foi um parâmetro que foi adotado para análise. A ética de subsistência pressupõe a responsabilidade dos mais ricos minimizar o sofrimento dos mais pobres por meio de reciprocidade.

### **3.1.4 Ativo físico**

Importa salientar que, foram consideradas todas as infraestruturas sujeitas à depreciação, cuja funcionalidade permite a elaboração de estratégias de meio de vida, através da redução de todo tipo de transações espaciais, aumento da produção e a produtividade agrícola. Para além de aumentar a produção e a produtividade, elas facilitam na alocação da produção nos mercados mais atrativos. Essas infraestruturas tornam os espaços rurais uma fonte de retenção dos jovens, permitindo uma mudança do paradigma agrícola para o paradigma rural multifuncional. Para esta pesquisa, foram focalizados aspectos ligados a disponibilidade de infraestruturas produtivas: sistema de irrigação e mercado agrícola.

### **3.1.5 Ativo financeiro**

O ativo financeiro recaiu na capacidade de permitir adquirir outro bem para o consumo ou para a produção. A escolha pelo crédito deve-se ao fato de ele representar um impulso na vida das pessoas. A partir do crédito ou renda, obtém-se uma alternativa para além de compra e venda de bens, ou seja, um meio de expansão das liberdades de escolhas diante de um leque de oportunidades. Quanto maior for a oportunidade de acesso ao crédito, maior será a possibilidade de liberdade de opção, implicando melhoria na qualidade de vida (SEN, 2000). Algumas opções (estratégias) são feitas tendo em conta a disponibilidade de crédito dentro da propriedade ou fora dela. O crédito dentro da propriedade obtém-se por via de produção na propriedade, e

fora dela, provém da atividade fora da propriedade. Outra fonte de crédito seria por financiamento por entidades governamentais, através de um conjunto de crédito que são disponibilizados para os produtores agrícolas. A renda agrícola e não agrícola permite verificar como a disponibilidade de ativos influi na renda e qual é a influência da renda sobre as estratégias adotadas. Para além do crédito, a existência do gado bovino foi questionada, visto que representa um ativo em forma de poupança.

Todos esses indicadores foram escolhidos tendo em conta a realidade da área de pesquisa. A escolha dos ativos representa uma estratégia dentro de um leque de opções nas comunidades vulneráveis tendo em conta as mudanças climáticas. Por isso, cada ativo tinha um conjunto de objetivos que se pretendia atingir:

A subseção a seguir relaciona-se com a unidade de análise “famílias camponesas” e o estudo de caso. Portanto, é necessário dar um panorama geral do país, região e área de estudo, porque alguns aspectos são específicos. Essa situação também confluí na escolha do método fenomenológico, visto que determinadas áreas apresentam características particulares e específicas.

### 3.2 ESTRUTURA FÍSICA NATURAL DO DISTRITO

É nos espaços domésticos aonde ocorre às estratégias de meio de vida. Por isso é necessário compreender às unidades de análises, pois, a partir da compreensão da unidade garante a visualização das estratégias de meio de vida nos espaços rurais. Com isso, iniciará o estudo da estrutura física e econômica da unidade de estudo.

#### 3.2.1 Localização geográfica da área de Estudo

República de Moçambique situa-se no hemisfério meridional, cosmicamente entre paralelos 10<sup>o</sup>27'Sul no Norte e 26<sup>o</sup>52'Sul no Sul, e no hemisfério oriental entre os meridianos 30<sup>o</sup>12'Este e 40<sup>o</sup>51'Oeste. É banhado pelo oceano Índico defronte da Ilha de Madagáscar da qual se separa através do canal de Moçambique. (MUCHANGOS, 1999, p. 9). Moçambique tem limites fronteiriços com seis países nomeadamente: Tanzânia; Malawi; Zâmbia; Zimbábue; África do Sul; e Suazilândia. (ARAÚJO, 1988).

A superfície continental de Moçambique ronda entre 799.380 km<sup>2</sup>, correspondendo a 2.6% da superfície continental, que é de aproximadamente 30 milhões

de km<sup>2</sup>. A linha terrestre moçambicana corresponde a 4.330 km de extensão, fazendo fronteira com os países acima mencionados, e uma linha de costa de 2.770 km no Oceano Índico. (MUCHANGOS, 1999, p. 9). Moçambique tem um potencial hídrico constituído de águas do interior com cerca de 13000 km<sup>2</sup>, compondo rios, lagos e albufeiras (idem). Resumindo, a superfície moçambicana tem 85,5% de terra-firme; 1,4% de águas do interior; e 13% de superfície marinha. (ARAÚJO, 1988).

Moçambique é considerada como uma parte da região Oriental de África, mas por questões geoestratégicas, mantém ligações geopolíticas com a África austral “Sul - Centro”, respondendo estrategicamente como porto de escoamento de Malauí, Zâmbia, Zimbábue, Suazilândia e Província de Transvaal, na África do Sul. (ARAÚJO, 1988).

A divisão administrativa, o território moçambicano adotou critério político-administrativo para a divisão territorial. Portanto, o país seguiu a estrutura divisionária de província, distrito, posto administrativo e localidade, com base nos critérios político-administrativos. Dentro dessa divisão, o território moçambicano tem onze províncias.

**Tabela 1: Divisão administrativa das provinciais e suas respectivas capitais**

Província	Capital	Km <sup>2</sup>
Niassa	Lichinga	129.056
Cabo Delgado	Pemba	82.625
Nampula	Nampula	81.606
Zambezia	Quelimane	105.008
Tete	Tete	100.724
Manica	Chimoio	61.661
Sofala	Beira	68.018
Inhambane	Inhambane	68.615
Gaza	Xai-Xai	75.709
Maputo Província	Matola	25.756
Maputo Cidade	Maputo	602

**Fonte:** Araújo (1988).

### 3.2.2 Localização geográfica do distrito de Magude

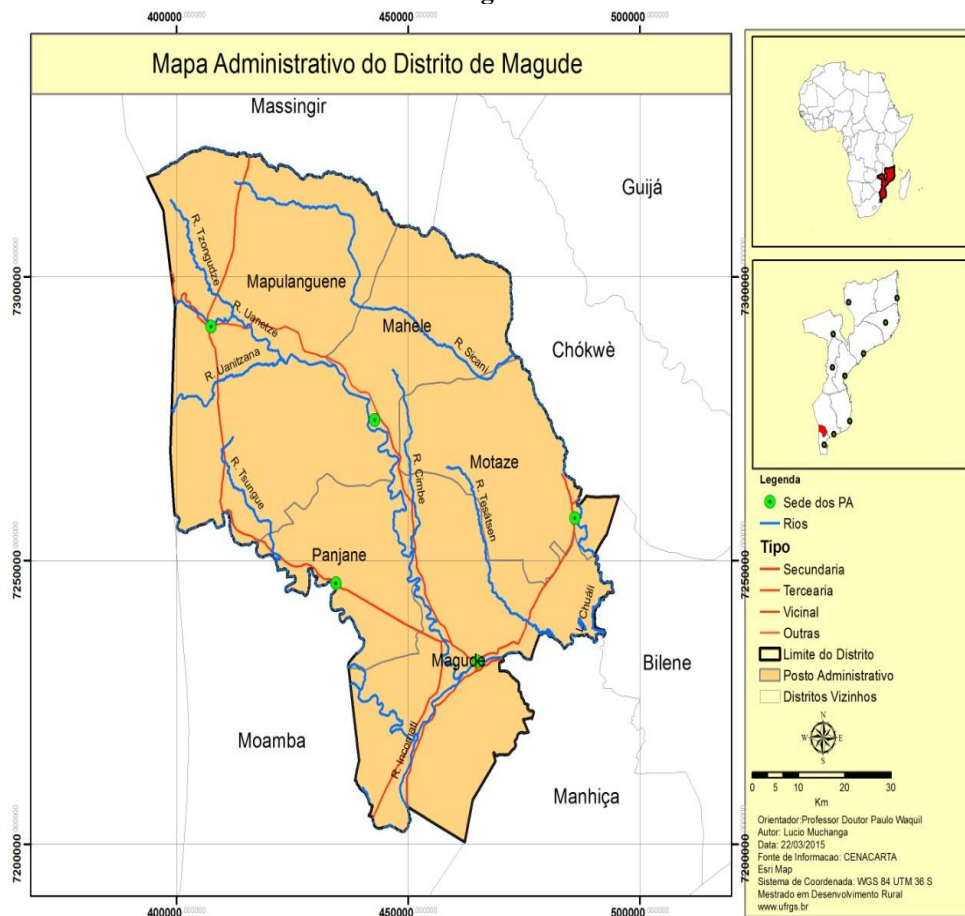
O distrito localiza-se na zona Norte da província de Maputo estando a 155 km da Cidade de Maputo. Os limites a Norte os distritos de Chókwè e Bilene-Macia, na Província de Gaza; ao Sul, o distrito da Moamba, na província de Maputo; a Este, o distrito da Manhiça; e a Oeste, a República da África do Sul (MOÇAMBIQUE-MAE,

2005). A sede da vila de Magude tem uma superfície de 6961km<sup>2</sup>, estando subdivida em cinco postos administrativos. O posto administrativo de Mahel está localizado no norte do distrito à cerca de 70 km da vila sede de Magude, tendo limites administrativos a norte o distrito de Chókwè na província de Gaza, sul o posto administrativo de Panjane, Oeste o posto administrativo de Mapulanguene e a este o posto administrativo de Motaze e o distrito de Chókwè na província de Gaza.

**Tabela 2: Divisão administrativa do distrito de Magude em posto administrativo e a densidade populacional**

<b>Posto Administrativo</b>	<b>Área</b>	<b>Densidade populacional</b>
Vila de Magude	1800km <sup>2</sup>	26.6 hab/km <sup>2</sup>
Panjane	663km <sup>2</sup>	5.8 hab/km <sup>2</sup>
Motaze	964km <sup>2</sup>	7.3 hab/km <sup>2</sup>
Mahele	865km <sup>2</sup>	2.6 hab/km <sup>2</sup>
Mapulanguene	2669km <sup>2</sup>	0.5 hab/km <sup>2</sup>

**Fonte:** MOÇAMBIQUE MAE (2005).

**Figura 5: Divisão administrativa do distrito de Magude**

Fonte: CENACARTA (2015).

### 3.2.3 Estrutura morfológica do distrito

Moçambique tem uma estrutura morfológica do tipo escadaria, resultado de um processo longo de desenvolvimento histórico da Terra, que teve início no Precâmbrico e se prolonga até aos dias de hoje. Para além da formação geomorfológica, Moçambique apresenta características físicas geográficas das regiões tropicais e subtropicais.

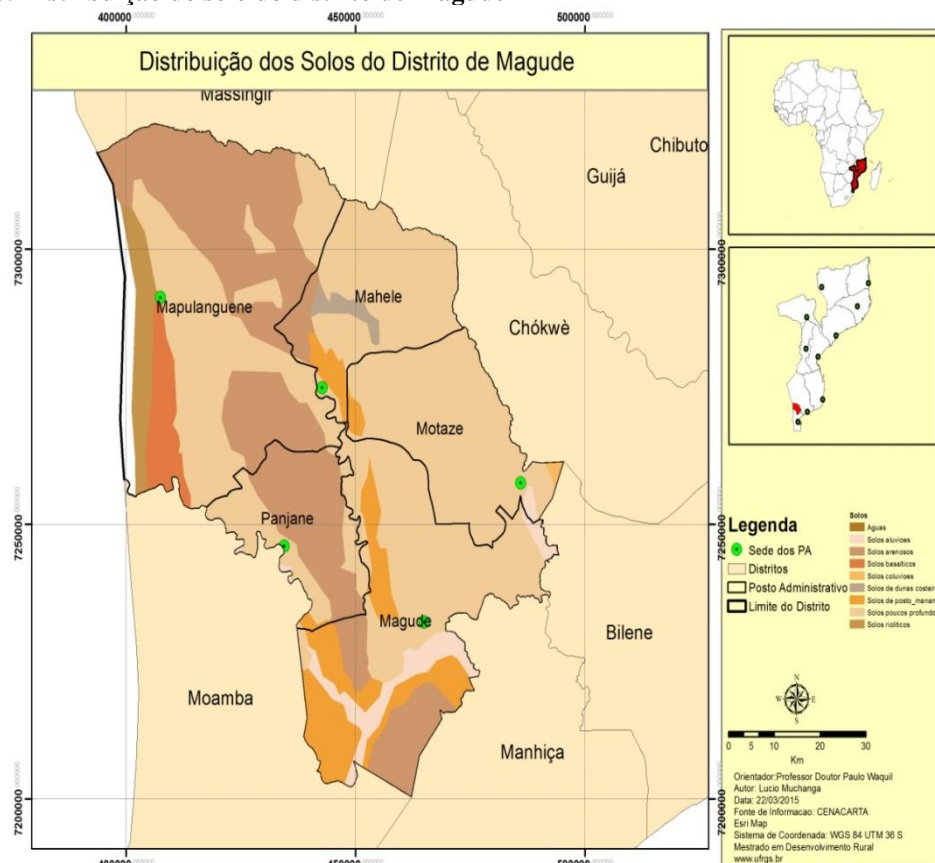
Como foi referida, a estrutura morfológica decresce do interior ao exterior (Oeste-leste), sendo a região norte e centro onde concentra alguns retalhos de montanhas, com uma superfície superior a 1000 metros, cobrindo 13% do território. O planalto representa a segunda maior concentração do país, cobrindo 43% do território moçambicano, com uma superfície que varia de 200 a 1000 metros; e por fim, a planície ocupa 44% da superfície nacional, com altitude inferior a 200 metros, com maior predominância no Sul de Save. (MUCHANGOS, 1999, p. 28.).

A parte costeira é baixa e arenosa, cobrindo quase toda a extensão da linha de costa, excetuando o norte do país, que é formado por uma estrutura rochosa. Assim, na linha da costa encontra-se uma faixa arenosa e baixa, o que configura a existência de praia ao longo do território, interrompida por mangais, pântanos e lagos litoral.

### 3.2.3.1 Características dos solos do distrito

O solo moçambicano apresenta características das zonas tropicais e subtropicais com uma composição de mineralógicos ferruginosos e aluminosos, sendo por isso considerado pedalféricos ou ferralíticos, resultante do processo morfológico de formação no quaternário. Os solos aluvionares e fluviais acimentados constituem depósitos do quaternário conhecidos por Machongos.

**Figura 6: Distribuição do solo do distrito de Magude**



Fonte: CENACARTA (2015).

#### 3.2.3.4 Característica do clima do distrito

O território moçambicano localiza-se na extremidade meridional, sofrendo assim a influência da zona de baixas depressões equatoriais, o que faz com que o clima seja tropical. Para além da influência da zona de baixas depressões equatoriais, as ações combinadas de corrente quente do canal de Moçambique com ventos alísios do sueste influenciam no clima tropical moçambicano.

Segundo Muchangos (1999, p. 35), o clima moçambicano é influenciado pela corrente quente do canal de Moçambique, e as baixas depressões equatoriais, também conhecidas como zona de convergência intertropical (CIT), transportando ventos alísios, úmidos e instáveis. Assim, os ventos alísios e as correntes quentes do canal de Moçambique, acompanhadas pelo movimento aparente do Sol, provocam um ritmo climático com duas estações distintas: quente e chuvosa; e seca e fresca.

A estação quente e chuvosa tem início em outubro e termina em março, pois o CIT invade o território moçambicano ao norte entre novembro ou dezembro e alcança o Sul em janeiro ou fevereiro. A passagem do CIT em Moçambique provoca chuvas contínuas de grande intensidade, acompanhadas de trovoadas dispersas. A estação seca e fresca vai de abril a setembro, iniciando após a passagem do CIT. Nesse período, a África austral fica dominada pelos anticiclones subtropicais localizadas nos oceanos, graça à massa de ar estável e seca vinda do oceano, o que traduz bom tempo, com ventos fracos a moderada de quadrante estes. As noites são frias, e durante as manhãs existe forte tendência para a formação de nevoeiros, conhecido por cacimba.

Segundo Araújo (1988), “o clima moçambicano é tropical chuvoso de savana”. O autor usou a classificação de Koppen, tendo chegado à conclusão de que o tipo de clima moçambicano é (AW), com pluviosidade média anual entre 800-1000 mm, e uma temperatura média anual entre 22-24<sup>o</sup>c. A distribuição climática segue a lógica dos fatores acima mencionados: corrente quente do canal de Moçambique e baixas depressões equatoriais, porém, convém mencionar que a estrutura montanhosa influencia na alteração do clima, caracterizando assim micro-climas de montanha.

Conforme referido anteriormente, Moçambique apresenta pouca variabilidade climática ao longo das três regiões. Relativamente ao distrito de Magude, está localizado na região sul do país. Em traços gerais, o Sul de Moçambique predomina clima árido e

semiárido. Assim, convém elucidar que o distrito de Magude não foge à regra da região sul, apresentando o clima árido a semiárido, com uma temperatura média anual de 22°C-26°C. Entretanto, no que tange às estações, Moçambique possui duas estações climáticas, uma seca e fria, que inicia entre abril ou maio e se prolonga entre os meses de agosto ou setembro. A estação úmida e quente inicia entre setembro ou outubro e se prolonga entre os meses de março ou abril, com os meses mais quentes e chuvosos em dezembro e janeiro.

O distrito de Magude apresenta uma variabilidade climática com clima subúmido ou subárido no Sul, neste caso, na Vila de Magude, e alterando para semi-árido à medida que se entende para o noroeste do distrito, neste caso, nos postos administrativos de Motaze, Mahel, Panjane e Mapulanguene, conforme se pode visualizar na figura 7.

Sob tais formas, parece evidente que a precipitação do distrito segue a mesma lógica do clima da região sul do país, porque nas áreas de clima subúmido ou subárido, a precipitação está entre 786-941 mm, e nas áreas de clima semiárido, a precipitação está entre 300-400 mm, conforme se pode visualizar nas figuras 7 e 8.

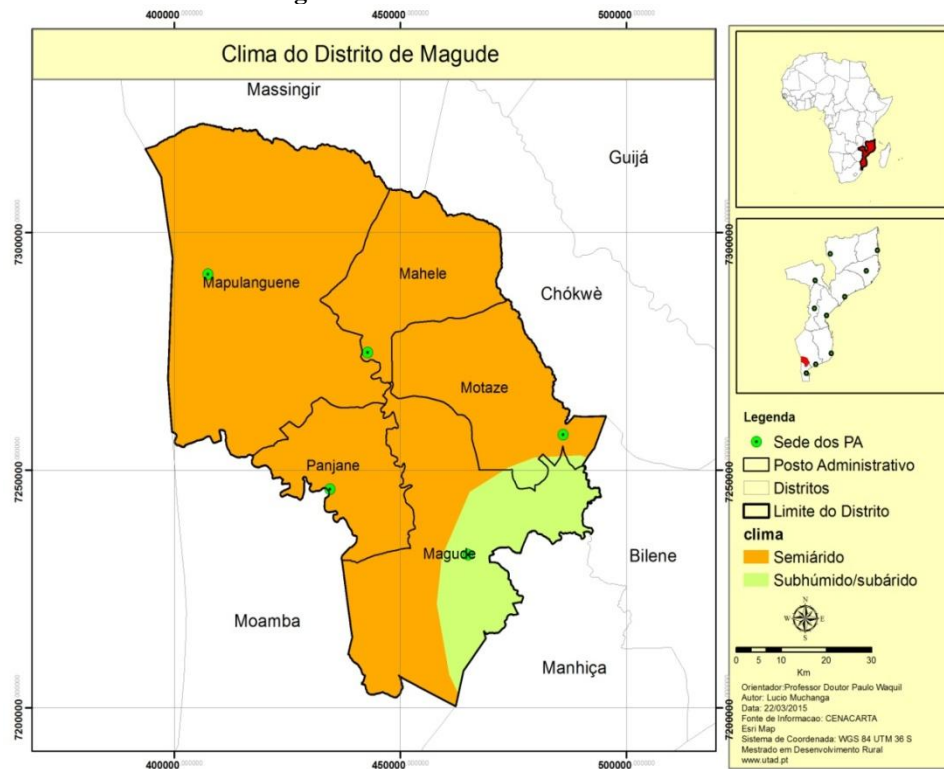
Desse modo, nota-se que no posto administrativo de Mahel, o clima e a precipitação apresentam características homogêneas em relação às demais áreas da zona norte do distrito, com baixo nível de precipitação. Assim, uma redução dessas duas características pode significar alteração no modo de vida dos indivíduos, principalmente dos indivíduos que mantêm ligação com precipitação para a produção.

Para além da precipitação, a potencialidade hídrica influencia no modo e condição de vida dos camponeses. Os recursos hídricos influenciam na produção de pequena escala, permitindo produzir durante todo ano. Assim, os pequenos produtores, quando estão próximos a um recurso hídrico, produzem durante todo o calendário agrícola, primeiro, com uma produção virada para estação seca e fria, e segundo, com produção para a estação úmida e quente. Contudo, o potencial hídrico depende da capacidade financeira para a produção de grande escala.

Assim, a próxima seção irá analisar o potencial hídrico de Moçambique, tanto da região sul como do distrito em particular.

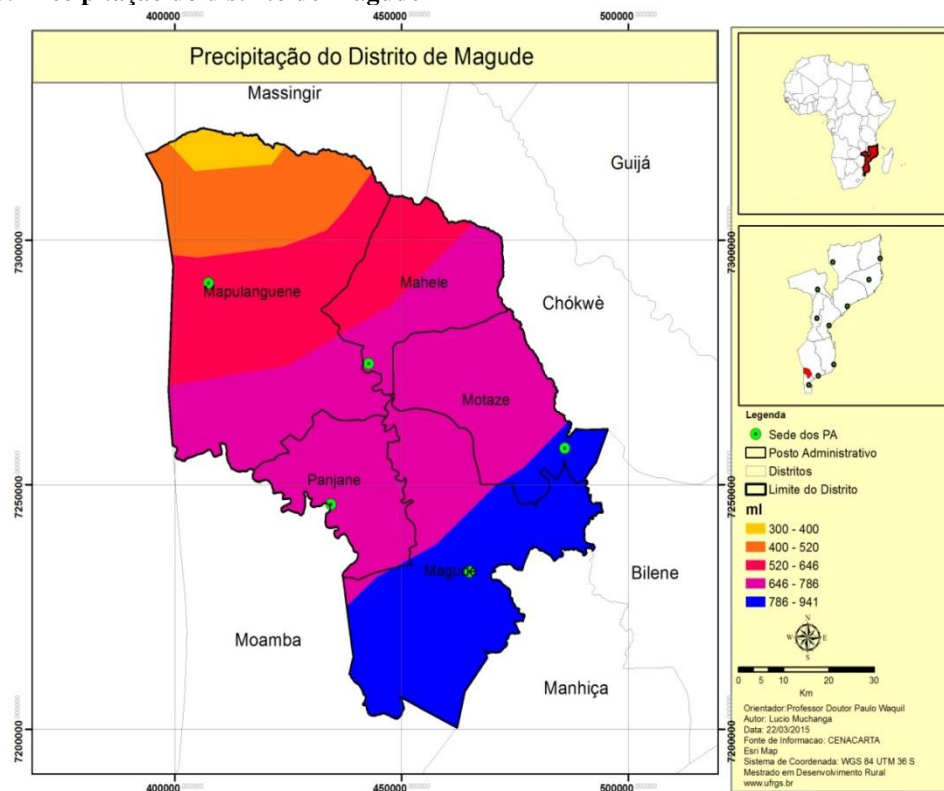


**Figura 7: Clima do distrito de Magude**



Fonte: CENACARTA (2015).

**Figura 8: Precipitação do distrito de Magude**



Fonte: CENACARTA (2015).

### 3.2.3.5 Características dos recursos hídricos

Em Moçambique, o regime hídrico acompanha o regime das precipitações com caudal máximo entre janeiro e março. É nesse período que ocorrem cheias, principalmente nas planícies da região Sul e Centro, resultantes da estrutura morfológica com uma planície litoral, o que permite o transbordo das águas, causando inundações frequentes, afetando todas as atividades econômicas na área.

Assim, dada a estrutura morfológica moçambicana, a maior parte dos rios corre do Oeste para leste, atravessando sucessivamente montanhas, planaltos e planícies, indo desaguar no oceano Índico. Esses rios são de regime período, visto que dependem das chuvas. É justamente por causa disso que, num período, estão sujeitos às cheias cíclicas, e noutro. A secas prolongadas. A bacia de Incomati percorre uma parte do distrito de Magude, transformando-se num dos recursos de extrema importância para os residentes do distrito, uma vez que para os pequenos produtores, o rio Incomati transforma-se em fonte de produção e de produtividade, facilitada pela fertilidade que se verifica no entorno da bacia. Para além desse fator, a bacia do Incomati proporciona água para o consumo dos residentes e dos seus animais, influenciando assim no modo e condição de vida campesina.

Convém mencionar que, o rio Incomati tem afluente, sendo que para o distrito de Magude tem os seguintes afluentes: Tzongudze, Uanitzana, Uanetze, Cimbe, Tesátsen, Sicani, Tsungue e o próprio rio Incomati, conforme se visualiza na figura 9. Para o caso de posto administrativo de Mahel, o afluente Uanetze tem mais importância na dinâmica dos residentes, apesar da sua sazonalidade. Contudo, não deixa de ser um recurso de extrema importância na dinâmica socioeconômica da população.

**Figura 9: Bacia hidrográfica do distrito de Magude**



**Fonte:** CENACARTA (2015).

A próxima subseção irá abordar a vegetação, um recurso de grande importância na vida da população campesina rural, pois proporciona combustível lenhoso, frutas silvestres, raízes medicinais, materiais de construção e fonte de renda monetária através de venda destes produtos semiprocessados.

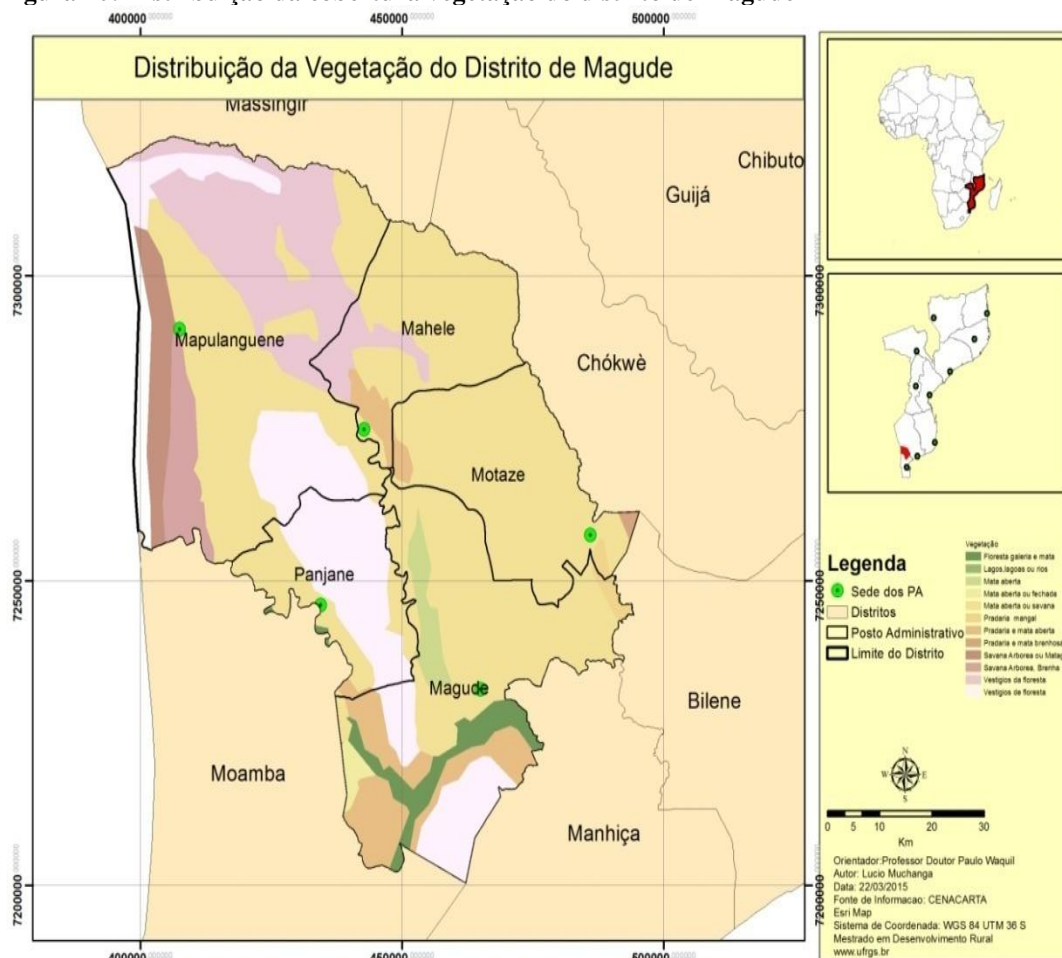
### 3.2.3.6 Característica da vegetação do distrito

Moçambique, por estar localizada na região de baixa precipitação e de solos secos, associa-se à vegetação vulgarmente conhecida por savana, características da região sudano-zambeziana. Assim, nessa região desenvolvem uma variedade infinita de vegetação hidrófila, mesófila e xerófila floresta e de savanas arbóreas ou arbustivas. A savana constitui-se geralmente de vegetação de baixa altitude: entre 10-15m. O posto administrativo tem vegetação de savana arbórea ou matagal e vestígios florestais, conforme visualizado na figura 10. Algumas espécies existentes foram trazidas

inicialmente pelos árabes no século V, e posteriormente pelos europeus no século XV, aproveitando as condições climáticas, pedológicas, hidrológicas e altimétricas. As principais espécies que se encontram no distrito são Cajueiro (*Anacardium occidentale*), Mafureira (*Trichilia Emetica*) e Mangueira (*Mangifera Indica*).

Para além dos recursos florísticos naturais, Moçambique tem potenciais florísticos culturais, representando assim, uma conquista da natureza pela humanidade. Assim, a conquista representa um ganho, pois esses recursos florísticos culturais transformaram-se em fatores de sobrevivência de comunidades moçambicanas, destacando o milho, chá, algodão, arroz, coco, trigo, batata, cana-sacarina, banana, sisal, amendoim, mandioca, tabaco, tomate etc. Para o posto administrativo, o milho, o amendoim e a mandioca representam estratégias de sobrevivência das famílias camponesas.

**Figura 10: Distribuição da cobertura vegetação do distrito de Magude**



Fonte: CENACARTA (2015).

Em seguida, será abordada a estrutura socioeconômica do distrito, uma vez que a estrutura socioeconômica da unidade produtiva familiar representa o princípio econômico camponês.

### 3.2.3.7 Estrutura socioeconômica do distrito

A densidade da população de Moçambique é irregular, uma vez que há maior concentração nas zonas costeiras, litorais, corredores de desenvolvimentos e vias rodoviárias (INE, 2013). Para o caso específico, a situação não foge a regra, pois, a maior concentração encontrasse na vila sede e a menor no interior do distrito.

Segundo Instituto Nacional de Estatística – INE (2011), o distrito apresentava em 2007 54195 e em 2011 passou para 58190. A população urbana em 2011 era 12, 121 correspondendo (21%) e rural 45, 999 correspondendo (79%). Em relação aos postos administrativos convém explicar que à medida que se separa da vila de Magude, o número da população tende a decrescer, o que significa que o posto administrativo de Mahel tem pouca concentração da população no distrito, como se pode visualizar da tabela 3 e na figura 11.

As estratégias de meio de vida dependem, na sua essência, do chefe do agregado, que por sua vez dependem da disponibilidade de ativo na unidade produtiva. Portanto, a idade, o sexo e o número de dependente por agregado influenciam nas estratégias de meio de vida. Relativamente à população ativa, convém mencionar que foram registrados 31mil indivíduos, correspondendo a 50% da população ativa do distrito, sendo que se excluíram os que procuram o primeiro emprego e os que têm menos de 15 anos de idade (idem). Em consonância a este dado, importa referir que 90% da população economicamente ativa do distrito têm atividade por conta própria, e 10% são trabalhadores assalariados. Porém, dos 10% de trabalhadores assalariados, 15% são mulheres, o que significa que 85% dos trabalhadores assalariados são homens.

Em relação aos setores produtivos, importa salientar que o setor agrário concentra a maior parte da população com 85%, e os restantes 15% estão distribuídos pelos setores secundários e terciários, subdivididos em 6% no setor secundário, e 9% no setor terciário, com maior incidência para o comércio informal e formal. A partir desses dados, observa-se que no distrito os setores secundários e terciários têm pouca participação na dinâmica e distribuição da população ativa em relação ao setor agrário.

Parece evidente que o setor agrário desempenha influência nas estratégias de meio de vida, principalmente se levarmos em conta que, dos 85% que estão neste setor, 97% estão em regime familiar, onde em média cada agricultor familiar tem três ou mais membros. Logo, apenas 3% trabalhadores no setor agrário são assalariados.

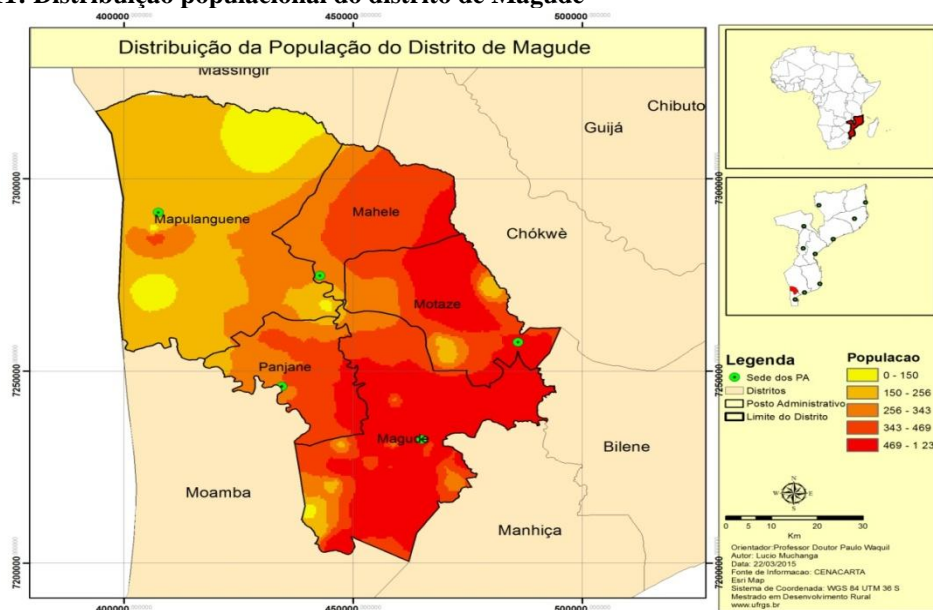
Contudo, importa evidenciar dois aspectos de extrema importância para esta pesquisa. Em primeiro lugar, os dados não estão atualizados, uma vez que são poucos os estudos relativos ao distrito e principalmente pelo fato do recenseamento geral da população de habitação em Moçambique decorrer a cada dez anos. Nesse sentido, desde o último recenseamento geral da população e habitação, ocorreram importantes fenômenos, a destacar a privatização da açucareira de Xinavane, fábrica de processamento de cana de açúcar, que provavelmente absorveu um contingente maior de trabalhadores assalariados, o que significa que 3% podem ter se alterado. Em segundo lugar, esses fenômenos estão em consonância com o primeiro, uma vez que os dados arrolados relativamente à população economicamente ativa referem à totalidade, isto é, ao distrito. Se for auferido para o posto administrativo, os números podem se alterar, principalmente em relação aos setores secundários e terciários.

**Tabela 3: População por posto administrativo**

	Estrutura etária dos postos administrativos					
	Total	0-4	5-14	15-44	44-64	64 e mais
Magude	62434	8700	17215	23249	9333	3938
Vila Magude	48478	6813	13494	18194	7011	2965
Mapulanguene	1316	190	350	451	226	99
Motaze	6763	941	1872	2498	1052	400
Mahel	2179	270	582	804	355	168
Panjane	3699	486	916	1302	689	306

**Fonte:** MOÇAMBIQUE-MAE (2005).

**Figura 11: Distribuição populacional do distrito de Magude**



**Fonte:** CENACARTA (2015).

A próxima seção refere-se à evolução e diferenciação dos sistemas agrários do distrito de Magude, visando à compreensão da região, condição básica para percepção das atuais estratégias de meio de vida. A opção pela inclusão de evolução e diferenciação dos sistemas agrários do distrito de Magude deve-se ao fato de permitir ao pesquisador a reconstituição histórica da sociedade com seu meio natural. A partir da reconstituição compreende-se a complexidade da evolução do sistema agrário vigente, pois, cada sistema agrária expressa um modo de vida ligada a um processo produtivo.

### 3.3 EVOLUÇÃO E DIFERENCIAÇÃO DOS SISTEMAS AGRÁRIOS DO DISTRITO DE MAGUDE

Para a compreensão do sistema agrário de uma região, é preciso situá-lo, uma vez que alteração dos ecossistemas resultam da domesticação biológica do espaço, que está intrinsecamente ligado à prática agrícola, que por sua vez, resulta das características físico-geográficas.

Moçambique encontra-se na região tropical úmida, com um sistema de savana resultante do desmatamento e modificações climáticas que contribui para atuais formas edafoclimáticas. O desmatamento surge necessidade de aperfeiçoamento das práticas agrícolas para responder à redução da fertilidade, erosão e mudanças climáticas

(MAZOYER; ROUDART, 2009, p. 45). A partir do século XV do presente, como resultado da expansão europeia, assistiu-se à mobilidade de culturas nas três macrorregiões de influência europeia. A circulação das culturas em Moçambique seguiram a lógica de trocas intercontinentais, inicialmente com a introdução de novas plantas (batata e milho), seguida de introdução de culturas para exportações (cana-de-açúcar, algodão, sisal, banana, palmeira). A introdução das culturas de exportação ocorreram após a ocupação efetiva, o que transformou significativamente o sistema de produção agrícola moçambicano. É importante frisar que o atual sistema agrário moçambicano passou por três grandes períodos com os seus respectivos subsistemas agrários, tendo como escopo de análise o período colonial, o que significa que a entrada europeia marcou a ruptura de um sistema que se pode denominar pré-colonial, inaugurando assim o período colonial, seguido do pós-colonial. O sistema pós-colonial marca o fim do sistema colonial.

Não se pode negar que esses períodos, apesar de apresentarem condições político-administrativas particulares (dominação colonial), tiveram influência sobre o sistema colonial para a evolução e diferenciação dos sistemas agrários moçambicanos.

### **3.3.1 Período pré-colonial**

O período pré-colonial em Moçambique inicia com a ocupação dos primeiros habitantes, nesse caso em apreço, os Khoisans, e, posteriormente, os Bantus. Esse período termina com a ocupação político-administrativa por via militar em 1897.

#### **3.3.1.1 Sistema Agrário Khoisan: Até 1.000**

No que tange o sistema agrário Khoisan, importa referir que são poucos os estudos relacionados a esse estrato social, devido ao seu desaparecimento quando da chegada dos bantus. Observando os dados arqueológicos, pode constar uma elevada concentração de um grupo populacional nas zonas costeiras, o que pode suscitar que sejam khoisan, visto que eram dependentes das condições que a natureza oferecia. Contudo, convém mencionar que as fontes arqueológicas supõem que os bantus usavam instrumentos de fábrica de barro, o que presume ser um grupo relativamente organizado como se extrai de Rita-Ferreira (1982, p. 42) “Os objetos e desenhos rupestres



encontrados nas grutas e escavações provam que este grupo social eram caçadores e colectores.”.

Mas antes é preciso referir as condições naturais de Magude: costa marítima, planície aluvionares, boa fertilidade, extensões de savana e circulação de animais selvagens. Essas condições atraíram em geral para a África Austral os Bosquímanos ou hotentores, conhecidos como excelentes coletores, caçadores e pescadores. Para o caso do distrito de Magude, convém mencionar que rio Incomati percorre uma parte do distrito, o que pressupõe existência de um ecossistema diversificado, o que configurou para que a estrutura econômica estivesse assente nas condições físicas e geográficas, principalmente focada no rio, que se transformou num autêntico fator de produção para à comunidade.

#### *3.3.1.1.1 Divisão social de trabalho*

Cabe realçar que quando se depara com uma organização social, a principal questão que se aborda é a divisão social de trabalho de gênero e geração. Para o distrito de Magude, deve-se esclarecer que neste período, os homens em idade ativa iam à caça e à pesca. As mulheres, crianças e idosos iam a recoleção, sendo que estes eram livres, pois não havia uma hierarquia de poder, significando que todos partilhavam os frutos do trabalho. Por serem povos que viviam de caça e recoleção, estes emigravam constantemente, por isso não artificializavam a terra, esperando o esgotamento dos recursos para mudarem. A terra tinha apenas o valor produtivo, uma vez que não havia outro laços. A especialização e a modernização dos instrumentos tornam-se elementos-chave na definição de trabalho. Nesse período, a pedra afiada era o instrumento utilizado para caça, bem como para extração de raízes.

A decadência desse sistema se dá à quando da chegada da etnia bantus, grupo sociolinguístico proveniente da África Central, mais concretamente nas montanhas do atual Camarões. A imigração se deveu devido às excelentes condições agroecológicas. Um aspecto importante é o fato desses dois grupos terem se unido, visto que o processo de expansão dos bantus ter ocorrido de forma lenta, começando no Século I e terminado no século IV, com a consolidação de Estados (reinos e impérios na África austral), o que pode significar que não houve extermínio dos povos nativos.

### 3.3.1.2 Sistema Agrário Bantu: Século I – século XIX “1897”

Por volta do século (I–IV), a África Austral foi invadida por um grupo etnolinguístico denominado bantus, proveniente do atual Camarões, atraídos pelas excelentes condições agroecológicas. De acordo com Rita-Ferreira (1982), na região sul de Moçambique, existem três grupos étnicos: Ronga, Tsonga e Bitonga, caracterizado por partilhar a mesma estrutura etnolinguística. No que tange aos bantus, importa referir que tinham uma estrutura econômica voltada à prática da agricultura de mapira e mexoeira, criação do gado bovino e galinácea, tendo como instrumento de trabalho a enxada de cabo curto e arca e flecha. Posteriormente, com o contato com os europeus, os bantus adotaram novas culturas, a destacar: milho, mandioca, amendoim e algumas frutas.

De acordo com Rita-Ferreira (1982, p. 57), o gado bovino foi introduzido nessa região pelo clã Proto-sothos, atraídos pelos metais preciosos existentes: cobres e ouros no Norte e Centro de Moçambique, onde existia Estados consolidados. Assim, o gado tornou-se um ativo de grande prestígio para as comunidades, uma vez que representava um símbolo de poder e reprodução social econômica. O gado bovino se transformou num ativo para produção e seguro familiar. Como referimos anteriormente, a entrada dos bantus na região se deu de forma pacífica, o que significa que os bantus juntaram-se aos Khoisan, formando um único grupo populacional, sendo que, a partir daí, mudaram toda estrutura social, pois, ambos deixaram de ser nômades, passando a sedentários, criando condições para o surgimento de reinos e impérios. (RITA-FERREIRA, 1982, p. 42). É bem verdade que os bantus detinham o conhecimento da metalurgia, até então o recurso de diferenciação socioeconômica, pois a tecnologia usada pelos Khoisan estava assente na pedra afiada. Com a aplicação da metalurgia na produção, assistiu-se a estruturação socioeconômica, política e administrativa na comunidade, por conta do aumento da produção e produtividade.

Foi a partir da metalurgia que as relações sociais mudaram, formando assim um clãs que se estruturaram em função das linhagens, cujo estavam unidas em torno dos seus recursos. Os clãs, para manterem a coesão social, definiram que a terra pertenceria à comunidade “linhagem” e que todos os membros teriam direitos de acedê-la. Convém esclarecer que cada família tinha um lote bastante grande de terra, e esse lote as famílias deveriam passar aos seus descendentes por via de herança. Com isso, garantia-se a

reprodução social. Assim, sem desmerecer os outros recursos, pode-se assumir que a terra era o maior patrimônio, pois as famílias tinham garantia de reprodução biológica e econômica. Para garantir essa reprodução social, cada família herdava a terra para os membros adultos, geralmente homens, garantido assim, a manutenção da linhagem e o controle da terra. Porém, o acesso à terra não estava vedado apenas aos membros da comunidade, pois havia a possibilidade de atribuição de terra para membros vindos de fora, bastando a aceitação por parte da comunidade. Desse modo, a atribuição de terra pertencia à comunidade, cabendo ao chefe da tribo, a responsabilidade pela atribuição de lotes de terras para o cultivo, decorrente das suas atribuições políticas, jurídicas e religiosas, o que o distanciava dos restantes homens livres que faziam parte da aristocracia dominante.

#### *3.3.1.2.1 Divisão social de trabalho*

Importa referir que a estruturação técnica e social do trabalho girava em torno das liberdades, pois os membros da comunidade eram livres, cabendo à família a responsabilidade de estruturar a divisão de trabalho. Em suma, a divisão social do trabalho seguia a lógica de gênero e geração, com tarefas bem definidas para cada membro. Dentro da divisão convencionalmente adotada, os adolescentes pastoreavam o gado, os adultos trabalhavam na agricultura, executando tarefas específicas, como o desbravamento e preparo da terra para produção. Em contrapartida, as mulheres cuidavam da unidade produtiva familiar, focando na produção de subsistência. A divisão social de trabalho estava estruturada em torno da metalurgia (enxada e charrua), utilizada em consonância com a técnica de produção assente no derrube – seca – queimada das árvores, acompanhado com pousio (3-4 anos). O uso desse sistema estava associada à existência de terra, permitindo com que a terra produzisse muito, pois o pousio e a agricultura de sequeiro não sobrecarrega o terreno, aumentando assim a produção e a produtividade agrícola.

#### *3.3.1.2.2 Decadência*

Na Europa, realizou se a conferência de Berlim entre 1884-1885, onde ficou acordado que as potências europeias que detinham colonias deviam delimitar e ocupar

os territórios. Nesses territórios, existiam reinos e impérios estabelecidos, o que significa que a ocupação não foi pacífica, uma vez que as colônias pretendiam ocupar e controlar todo sistema socioeconômico.

No caso do distrito de Magude, pode-se assumir que se encontrava sob a influência do império de Gaza, que se estendia das atuais província de Gaza à Sofala, tendo Ngungunhane como imperador de Gaza. Apesar da fortificação, o império teve queda, resultante das mudanças ocorridas na Europa em 1884. Dessa maneira, a queda do império decorreu da captura do imperador em 1895 na Batalha de Coelela, pelo então governador português em Moçambique Mouzinho de Albuquerque, alegando que Ngungunhane, imperador de Gaza, protegia os chefes rongas, em 1894, Zilhalha e Mazwaia. Importa salientar que Zilhalha e Mazwaia haviam se revoltado contra as ocupações portuguesas nos seus territórios. Porém, esses dois chefes tiveram derrotas nas batalhas de Marracuene e Magul, o que os obrigou a pedirem asilo à Ngungunhane. (RITA-FERREIRA, 1982). Sob esse pretexto, o governador português ordenou o ataque a Ngungunhane, uma vez que Ngungunhane recusava entregar Zilhalha e Mazwaia. No dia 7 de Novembro, na batalha de Coelela, Ngungunhane foi capturado e deportado para Açores em Portugal, onde veio a perder a vida. Porém, a captura de Ngungunhane não marcou o fim da resistência à ocupação colonial, pois o comandante do império Maguiguana Cossa, do distrito de Magude, resistiu por dois anos até a sua morte em Magude no posto administrativo de Mapulanguene ao 10 de Agosto de 1897. A morte de Maguiguana Cossa marcou efetivamente a entrada no território moçambicano da administração colonial.

### 3.3.2 Período colonial

A derrota da última resistência nacional, neste caso o derrubo do império de Gaza, culminou o fim do período pré-colonial e início do período colonial. A derrota se deu com a morte em combate do último líder da resistência moçambicana, Maguiguane Cossa, em Magude, na localidade de Mapulanguene, aos 10 de Agosto de 1897, conseqüentemente à ocupação efectiva portuguesa da administração portuguesa nos finais de 1897. Com a derrota de Maguiguane, finalizam-se as lutas de resistências moçambicanas, o que culminou com o fim do sistema bantu e início do sistema agrário de exploração do homem e exploração agrícola.

#### 3.3.2.1 Sistema Agrário de Exploração do Homem: 1897-1950

Antes de iniciar a caracterização desse sistema, importa referir que a expansão portuguesa estava no território moçambicano desde o século XVI. Contudo, somente em 1895 Portugal delimitou as atuais fronteiras moçambicanas, resultante da partilha do território africano por parte das antigas potenciais imperialistas daquela época. Estas ações surgem das deliberações da conferência de Berlim, deliberou que às potencias europeias deviam iniciar a ocupação efectiva para explorarem às potencialidades existentes. Porém, nem todas as potencias europeias tinham capacidades de ocuparem imediatamente. Por isso, Portugal concessionou uma parte do território moçambicano, garantindo assim a ocupação efetiva do território e principalmente obtenção de divisas das concessões. Segundo Neves (1998, p. 38),

[...] em 1895 Portugal não dispunha capacidade para explorar o território moçambicano, tendo concessionada, às companhias majestáticas de capitais ingleses, franceses, alemães, e belgas do 2/3 do território moçambicano, representando a parte do Norte do Save.

Como foi referenciado anteriormente, a dinâmica socioeconômica de Portugal neste período, caracterizava-se por uma metrópole pobre, no contexto europeu, com uma políticas econômicas orientada para suas coloniais africanas, no sentido de tirar mais valia possível. As estratégias de concessão foram elaboradas para responder às dinâmicas dos países vizinhos. Para caso de Moçambique, a economia estava atrelada África do Sul e a Rodésia do Sul (Zimbábue), tornando-a dependentes dessas antigas

duas coloniais inglesas. Estas estratégias visavam aproveitar da localização geoestratégica de Moçambique. A economia moçambicana ficou assente na linha férrea, que ligava a costa moçambicana aos países do hinterland “no sentido este-oeste”, assim, a economia moçambicana ficou totalmente dependente dos serviços portuários.

Entretanto, a região Sul ficou sob gestão directa de Portugal, devido o reservatório de mão-de-obra que a região Sul representa para às minas sul-africanas, visto que, Portugal recebia divisas por cada trabalhador nas minas sul-africanas. Cabe destacar que, o trabalho migratório era uma prática normal dos moçambicanos. Pois, antes da ocupação efetiva da administração colonial portuguesa, já havia o trabalho migratório na região Sul. O trabalho migratório antes da ocupação efetiva tinha um papel ativo para as comunidades da região Sul, pois, esses traziam dinheiro que dinamizava à economia local. Albuquerque (1988, p.134),

[...] o minério trazia em média 20 a 30 libras no período de dois a três anos. Com cerca de 25 mil a 30 mil repatriando anualmente, o que fazia circular na região cerca 500 às 700 mil libras anuais. Estes consumiriam na região através do lobolo “casamento tradicional”, álcool, algodão [...] O movimento do indígena entre as províncias de Moçambique e as minas de Transvaal representa entrada de ouro considerável para a nossa província.

Segundo Albuquerque (1988, p.36), Portugal assinou as convenções com o governo de transvaal em 1889 e renovou em 1928, cujo garantiu emprego para um contingente de moçambicanos. Neste acordo, ficou estabelecido que, Portugal beneficiaria de 50% com uso da linha ferrea e do porto de Lourenço Marques. A partir disso, Portugal ficaria com 60% do salários dos trabalhadores moçambicanos nas minas sulafricanas, cujo seriam transferidos em forma de ouro. Há que destacar que na década 1970, Portugal beneficiou-se dos trabalhadores moçambicanos nas minas sul-africanas, pois, cerca de 20% do orçamento vinha dos salários dos mineiros moçambicanos, uma vez que 60% dos salários vinham em forma de ouro para a gestão da administração portuguesa. (ARAÚJO, 1988).

Contudo, apesar dos sucessivos cortes, os mineiros preferiam esse trabalho, do que as plantações portuguesas, pois, recebiam salários que dava para aguentar com as despesas e fugir dos trabalhos obrigatórios. Assim, podes-se assumir que o trabalho migratório era resultado das estratégias internas de alocação do trabalho doméstico, relegando assim, a produção e o trabalho doméstico as mulheres.

### 3.3.2.1.1 *Produção colonial*

Em geral, a agricultura colonial estava concentrada em produtos de exportação, apoiado por capitais estrangeiros e, em menor escala por capitais portugueses. O desenvolvimento dessa agricultura estava alicerçada na expropriação das melhores terras pertencentes aos camponeses moçambicanos, o que implicou o surgimento de dois tipos de agriculturas. Uma agricultura tradicional de subsistência e uma agricultura de rendimento. A agricultura de subsistência caracteriza-se por emprego de tecnologia adaptada às condições naturais, resultando assim, em uma relativa baixa produtividade. Esse tipo de produção sofria forte pressão, pois, as famílias eram obrigadas a fornecerem aos colonialistas produtos comercializáveis, o que criava constantes crises alimentares no seio dos produtores camponeses moçambicanos. Segundo Araújo (1988, p. 38), “agricultura familiar nunca ultrapassa os excedentes comercializáveis, atingindo entre 15 a 20% no máximo de excedente, o que significava que não dava para garantir um rendimento superior que permitisse pagar muitos tributos.”

Esta situação, favoreceu para que muitos optassem pelo trabalho migratório, pois, através do trabalho migratório, muitos chefes de agregados conseguiam renda que lhes permitia o pagamento de impostos. Vale mencionar que, quem não conseguia pagar os impostos era enviado para as plantações de cana de açúcar em São Tomé e Príncipe. Para além dessa situação, muitas famílias tinham medo de perderem as suas terras férteis, pois, eram constantemente expropriadas, apesar da administração colonial usar uma pequena parcelas das terras expropriadas. Segundo Araújo (1988, p. 40), “a expropriação da terras férteis era uma forma de obrigar que as comunidades fossem trabalhar nas minas sul-africanas”. Porém, para os que optavam em trabalhar nas plantações coloniais estavam sujeitos a situações penosas, vistos que, os salários eram baixos e principalmente, porque trabalhavam em situações difíceis.

No caso do distrito de Magude, os camponeses deviam optar por produzir ou pagar o imposto de palhota ou ainda o trabalho obrigatório. Muitas famílias optavam pelo trabalho migratório, pois, através deles as famílias mantinham uma prosperidade. A prosperidade devia ao fato das famílias apresentarem estratégias de alocação da mão-de-obra familiar baseada na divisão social de trabalho. As mulheres concentravam na produção familiar: milho, amendoim, gergelim, mandioca, batata-reno, batata-doce, e tabaco. As crianças e jovens eram responsáveis pelo pasto do gado.

Em relação a produção para subsistência interna, os residentes para o preparo da terra utilizavam enxada de cabo curto, o machado e a charrua. Este sistema de produção era acompanhado pelo sistema de tracção animal leve. Vale salientar que as famílias que tinham membros trabalhando nas minas, tinham mais chance de terem sucesso, uma vez que, conseguiam comprar insumos agrícolas, principalmente charruas e bois. Por via do uso de insumos, disponibilidade de terra, e o sistema de queima – derrube das árvores acompanhadas pelo pousio de 3-4 anos a produção e produtividade estava garantida.

O aumento da produção e da produtividade, as famílias faziam trocas comerciais, principalmente com aquelas famílias que tinham pelo menos um mineiro, pois, essas famílias tinham maior rendimento. Em geral, as trocas eram feitas com os cantoneiros que tinham produtos não agrícolas como: sal, fósforo, tecido, missangas, petróleo etc., e que por sua vez, os cantoneiros vendiam nas grandes cidades.

#### *3.3.2.1.2 Decadência*

Há que salientar até 1929, África era vista como uma periferia no conjunto das economias mundiais, pois, o continente africano era observado como fornecedor de produtos primários. Entretanto, entre os anos de 1929-1932, abateu-se uma crise económica mundial, onde, a partir daí, o continente africano passou a ser uma região geoestratégica para as coloniais europeias. A par disso, em Maio de 1926, em Portugal acontecia o golpe de Estado, que culminou com a formação de um governo com perfil nitidamente fascista em 1933, resultante primeiramente da eliminação do governo militar em 1932 e das eleições em 1933. Assim, foi eleito Salazar para o cargo de primeiro ministro, onde centralizou toda a máquina administrativa e a política, adotando algumas medidas: prestação de protecção às empresas nacionais; redução dos direitos das empresas estrangeiras; criação de zona de escudo português; intensificação de culturas de exportação; expropriação de terras e a intensificação das cobranças do imposto de palhota.

Essas situações obrigaram a portugalização das colónias, o fim das companhias majestáticas e a intensificação da exploração do indígena, marcando o fim do sistema agrário de exploração do homem e o início do sistema agrário de exploração agrícola.



### 3.3.2.2 Sistema Agrário de Exploração Agrícola: 1950-1975

No processo de portugalização colónias, entre 1926-1950, surgiu um novo sistema agrário. Esse período caracterizou por investimentos nas infra-estruturas produtivas, a modernização da agricultura, o comércio, a industrialização, e a implantação das estruturas administrativas colonial.

Nesse sentido, a intensificou a exploração do homem, com agravante de expropriação da terra para agricultura comercial e para pecuária de grande escala. No distrito, as terras férteis que foram expropriadas para produção de citrinos e criação de gado bovino, estavam localizadas ao longo da bacia do rio Incomati. Pode-se considerar que a expropriação das terras caracterizou esse sistema agrário, pois, muitos produtores eram expulsos das suas terras em favor dos colonos. A partir dessa situação, as condições de vida dos camponeses se agravaram.

#### 3.3.2.2.1 *Decadência*

A decadência deste sistema, resulta das revoltas perpetuadas ao longo do país contra a administração política e militar portuguesa, gerando um conflito armado de cerca de 10 anos, entre a administração colonial portuguesa e a Frente de Libertação de Moçambique-FRELIMO. O conflito armado terminou com a independência de Moçambique, em 25 de Junho de 1975. A partir da independência nacional, deu-se o fim do sistema agrário de exploração agrícola e o surgimento do sistema agrário socialista. O fim do sistema agrário socialista deu início o período pós colonial.

Cabe mencionar que, o sistema de portugalizar Moçambique, afetou uma boa parte dos setores socioeconômicos. Porém, há que salientar que os setores onde foram afetados, estavam nos grandes centros industriais, o que significa que muitos postos administrativos e localidades não foram afetados, pois, eram menos atrativas para a administração colonial portuguesa. Para a área de estudo, importa referir que portugalização posto administrativo não foi significativa, pois, a máquina administrativa portuguesa estava concentrada na vila de Magde. Contudo, convém mencionar que a estratégia para esses casos, foi de dar colónia (terra) a população pobres na metrópole, neste caso em Portugal, assim permitiu a expansão da influência portuguesa, nas áreas

mais restritas, com isso, manteve o controlo indireto dos indígenas. Assim, os colonos deviam produzir e instalar centros comerciais para aproveitarem a renda dos mineiros.

### 3.3.3 Período pós-colonial

A partir da independência de Moçambique, em 1975, surge um novo período, o pós-colonial que se prolongam até a data de hoje. Nesse período, pode se distinguir dois sistemas agrários: socialização e o actual.

#### 3.3.3.1 Sistema Agrário Socializada: 1975-2008

A partir da independência nacional, o país se deparou com imensas dificuldades que deviam ser sanadas, para a edificação do Estado novo. Nesse sentido, foi adotado o socialização do sistema político administrativo, em particular do meio rural. Assim, foram nacionalizadas as terras, as infra-estruturas, os meios de transportes ferroviários e aéreos, etc. Para meio rural nacionalizou a terra e proibição de apoio à produção agrária de pequena escala, pois, acreditava-se que apoio levaria ao desenvolvimento de produção individual, cujo os camponeses transformariam em capitalista, tal como aconteceu com os *Kukals* em alguns países africanos. (MOSCA, 2014). Os que apoiavam eram considerados racionários. Vale salientar dentro do partido havia duas alas em relação ao camponês, uma com ideais de Mao Tsé-Tung e outra socialistas europeia com ideais de Lênine e Estaline. A ala de Tung via o camponês como a força revolucionária para combater o latifúndio, enquanto a ala socialista europeia defendia a necessidade de integrar os camponeses em cooperativas para se transformarem em classe operária que posteriormente se transformariam em proletariado rural.

A prova evidente da necessidade de socialização do meio rural foi o Plano Prospetivo Indicativo (PPI) de 1980-1990, pois a partir deste plano criou – se bases para privatização do campo nesta década, através de participação ativa das cooperativas coletivas, formadas nas aldeias comunais. As atividades das cooperativas deviam centrar na produção coletiva, sem descurar da produção individual.

Em termos da política, o sistema adotado foi o mono partidarismos. Este sistema político e administrativo, as grandes plantações foram nacionalizadas, passando para administração directa do Estado. Portanto, as grandes machambas foram reunidas em

mega machamba estatal, as pequenas se tornaram machambas sob regime cooperativista, e as menos sustentáveis foram distribuídas pelos camponeses locais (MOSCA, 2014).

Segundo Araújo (1988, p. 57) “o país herdou uma estrutura econômica e social distorcida”, agravado com o início de conflito com Rodésia, em 1977, dois anos após independência. Para além do início do conflito civil, o Estado para manter o funcionamento do comércio, da indústria, da agricultura e da pecuária teve que assumir as rédeas da função pública, pois, esses, setores haviam sido estragados e abandonados pelos antigos proprietários portugueses. Assim, para manter o funcionamento da estrutura socioeconômica, a FRELIMO, em 1977 realizou o III° congresso, onde o Estado moçambicano adotou o socialismo que só terminou em 1983 no IV° congresso.

Vale mencionar que, ao adotar o sistema político socialista, o Estado ficava com o controle de toda a máquina administrativa, com uma estrutura de partido-Estado. Para tal, foram nacionalizada a terra, a infra-estrutura, a transporte, etc., alicerçada por um sistema político monopartidário. Desse modo, o Estado ficou com a missão de controlar o sistema de produção, através de eliminação da propriedade privada, o que permitiu assim, que, todos tivessem acesso aos meios de produção.

Porém, com advento da guerra civil (1976-1992) iniciou o processo de alargamento das bases sociais de apoio no meio rural. Assim, no início da década 1980, mais precisamente 1983, iniciou uma importante reforma no meio rural, com distribuição de terras aos camponeses como as infra-estruturas. Essas reformas estavam claramente associadas à necessidade de responder a insatisfação dos pequenos produtores que estavam insatisfeitos com a ocupação das suas terras pelas empresas estatais. A FRELIMO pretendia criar alianças com a população face a guerra que se alastrava.

Nesse período, o que mais marcou foi a eliminação do sistema de exploração do homem, por via de abolição da obrigatoriedade do pagamento de imposto de palhota, chibalo, trabalho braçal e a produção de cultura de exportação. Esses fatos marcaram o sistema agrário de exploração do homem. Porém, o trabalho migratório masculino para as minas e a produção agrícola das mulheres continuaram a florir. A partir daí, assistiu-se o desenvolvimento do distrito, tendo atingido um efetivo significativo de gado bovino, onde 50% dos agregados familiares possuíam gado bovino.

Enunciar que, para o preparo da terra, as unidades produtivas familiares continuavam a utilizar a enxada de cabo curto, o machado, a charrua, a tracção animal leve, cujo eram resultados das remessas trazidas das minas de África do Sul. Esse sistema de produção permaneceu atrelado ao sistema de queima – derrube – pousio de 3-4 anos, permitindo assim, o aumento da produção e da produtividade.

Nesse sistema de produção, o regime de trabalho manteve-se, onde as mulheres continuaram a dedicar-se a produção familiar: milho, amendoim, gergelim, mandioca, batata-reno, batata-doce, e tabaco. As crianças e os jovens eram responsáveis pelo pasto do gado, sendo que cabia aos homens a responsabilidade preparo da terra, para além do trabalho migratório.

### *3.3.3.1 Decadência*

Convém, mencionar que, entre 1977 e 1981 houver transformações positivas a nível da produção de bens e serviços, o que culminou com um crescimento em cerca de 11%, no PIB. Entretanto, esse sistema posteriormente mostrou se insustentável por diversos fatores. Entre os fatores que importa referir é as sanções impostas pelo conselho de segurança das Nações Unidas à Rodésia do Sul, pelo fato do conflito que se opunha a Moçambique. Assim, Moçambique encerrou todas as fronteiras com Rodésia do sul, tendo para tal, proibido a passagem pelo território moçambicano, pessoas e mercadorias para Rodésia. Esta ação obrigou uma perda de 510 milhões de dolares, no período entre 1976 e 1980. (ARAÚJO; 1988, p. 32). Portanto, a crise do sistema econômico moçambicano foi agravado pelo fato dos serviços ferro-portuários estarem virados para o hinterland, neste caso para a Rodésia do Sul e a Rodésia do Norte. Esses fatores afetaram significativamente a produção, resultando numa queda acentuada do PIB em 10%, criando bases para a crise do sistema econômico e socialista.

Para Gode (1997, p. 3) e Manhiça (1999, p. 5), são vários fatores que impulsionaram o fracasso do sistema socialista, sendo que alguns desses fatores, estavam ligados as questões internas. Entretanto, muitos fatores foram influenciados pelas questões externas, neste caso, as disputas dos dois blocos internacionais: o socialistas e o capitalistas.

Ora, pode-se destacar os seguintes fatores:

- a) falta de capacidade técnica e de gestão, pois a maioria dos técnicos existentes no período colonial, eram europeus, o que significa que após a independência, a máquina industrial estava entregue a indivíduo sem experiência de gestão;
- b) crise do sistema socialista, devido a guerra fria, isto influenciou para que Moçambique ficasse isolado, contando apenas com apoio do leste europeu, o que obrigou a instabilidade da moeda nacional, culminando com a forte inflação;
- c) guerra que se prolongou 16 anos, tendo iniciado um ano após a independência e terminado em 1992. Com esse conflito, muitas famílias abandonaram as suas terras, refugiando para às cidades;
- d) seca de 1980 que assolou toda região Sul do país; e
- e) conflito de terra, visto que muito fugiram no período do conflito e os que ficaram apoderaram.

Observando de forma isolada esses fenômenos, parece ser fácil de resolvê-los. Mas, com uma observação conjunta, a situação torna-se mais difícil de resolver, pois a máquina administrativa estava insustentável, devido ao período de guerra fria, especificamente com o colapso do bloco do leste e o triunfo do liberalismo. Desse modo, tornou-se insustentável continuar a trilhar neste caminho. Assim a alternativa passava pela liberalização da economia, passando de um sistema de governação socialista para um sistema de governação de capitalista de mercado. Com isso, a partir de 1987, O Estado moçambicano introduziu um novo modelo socioeconômico e político, focado na liberalização do mercado. A liberalização do mercado visava dinamizar a economia, através da redução das importações, aumento das exportações e geração de emprego.

### 3.3.3.2 Sistema Agrário Atual: de 2008 até hoje.

Com a passagem do sistema socialista (planificação e centralismo do Estado) e o fim da guerra, deu-se o início do sistema agrário atual. Anteriormente foi referido que, houver profundas transformações, que resultaram nas transformações estruturais na político, na economia e na vida social. Essas ações foram impulsionadas pelas políticas

de ajustamento estrutural, como a implementação do Programa de Reabilitação Económica-PRE, inspiradas pelo Fundo Monetário Internacional-FMI e Banco Mundial-BM. Moçambique adotou essas políticas para fazer face a crise que assolava o território moçambicano, o que permitiu manter aliança econômica e financeira com ocidente. Desse modo, as medidas de austeridades impostas por estas instituições financeiras internacionais geraram consequências profundas no meio social. Para colmatar as anomalias no espaço rural, criaram-se um conjunto de medidas focalizadas no campesinato como: o comércio retalhista, a formação de programas de extensão rural, a legalização do setor privado na agricultura e o comércio agrícola, etc.

Cabe salientar que, um dos fatores mais importante das medidas de austeridades impostas pelo FMI e BM em Moçambique, foi a redução da estatilização dos setores comerciais, o que atraiu investimentos de capitais estrangeiros.

Com a crise dos preços dos alimentos em 2008, foram lançados um conjunto de medidas para aumentar a produção e a produtividade dos diversos setores produtivos. Vale realçar que, neste período, foram introduzidas várias estratégias, planos, políticas e programa de desenvolvimento:

- a) Estratégia de Revolução Verde de Moçambique - ERVM, visando numa primeira fase, aumentar a produção e a produtividade agrária nacional, através de uso sementes melhoradas, fertilizantes certificados, tecnologia de produção adequada à realidade local, mecanização agrícola, tracção animal, construção e exploração de represas para irrigação e abeberamento de gado. Essas ações visavam a expansão para culturas de exportação;
- b) Plano Ação de Produção de Alimento - PAPA (2008-2011), visava a operacionalização das metas, das atividades e dos recursos para determinadas culturas;
- c) Plano Estratégico para Desenvolvimento Setor Agrário - PEDSA (2010-2019) visava a harmonização das várias estratégias para agricultura. Este plano estava subordinado ao Plano de Ação para Redução da Pobreza (PARP);
- d) PARP (2011-2014) visava a operacionalização do programa quinquenal do governo (2010-2014). O PARP estava focalizado, no combate a pobreza, por via do aumento da produção, da produtividade agrária e da produção pesqueira, através de meio de investimento público.

Nesse contexto, o Governo para dinamizar o setor agroexportador de forma torná-la competitiva e sustentável, vendeu em 1998 à Tongaat Hullet 49% das ações da açucareira de Xinavane. A açucareira de Xinavane localiza-se no posto administrativo de Xinavane, cujo faz fronteira com o distrito de Magude, o que significa que a privatização dessa açucareira influencia as demais áreas subjacente. Entretanto, importa mencionar que em 2008, o governo moçambicano voltou a vender mais 39% à mesma companhia, o que totalizou 88%. Assim, a Tongaat Hullet expandiu a sua área, tendo atingido uma boa parte do distrito de Magude, dando o início de uma nova configuração sócio-espacial no distrito com concessão das terras produtivas para explorações por um período de 50 anos. (O'LAUGHLIND; IBRAHIMO, 2013, p. 14). De acordo com os mesmos autores (2013, p. 12), a maioria das famílias que utilizavam as terras ao longo do rio Incómati começaram arrendar e alguns desses produtores estão transformando se em trabalhadoras da Tongaat Hullet.

Contudo, vale apenas elucidar que, a maioria das famílias ainda continuam desenvolvendo o trabalho migratório para África do sul. Nesse aspecto, vale mencionar que, geralmente os que estão emigrar são adultos, o que pressupõe que estão a permanecer apenas os idosos e crianças.

Assim, no caso do posto administrativo de Mahel, assiste-se a deteriorização do sistema agrário atual, uma vez que assiste a redução da produção, derivada do fato da maior parte da população em idade ativa ter migrado, devido o conflito armado, o que originou que apenas ficassem a população idosa. Para além deste fator, a redução significativa de precipitação está condicionar a produção.

## 4 RESULTADOS

Nessa seção, apresentam-se os resultados da pesquisa realizada em 2015, no posto administrativo de Mahel. Os resultados referem-se aos ativos adotados pelos indivíduos e suas respectivas estratégias de meio de vida. Desse modo, dividiu-se esta seção em duas subseções. Na primeira subseção, apresentam-se as características socioeconômicas e demográficas das famílias pesquisadas, focalizando nas variáveis de análise (humano, social, financeiro, natural e físico). Na segunda subseção faz-se análise e discussão das estratégias elaboradas pelas famílias pesquisadas.

### 4.1 CARACTERÍSTICAS SOCIOECONÔMICAS E DEMOGRÁFICAS

Para começar irá debruçar do ativo humano, cujo é determinante nas ações e atitudes do indivíduo no processo de elaboração de estratégia de meio de vida.

#### 4.1.1 Ativo humano

O ativo humano está relacionado com as habilidades individuais que permitem elaborar estratégia de meio de vida. Este ativo é responsável pelo empoderamento dos indivíduos. Salientar que este ativo, cresce à medida que se investe na educação, no treinamento do indivíduo, e no estado de saúde do indivíduo. Desse modo, incide-se no nível de escolaridade, no conhecimento, no saber-fazer, no estado de saúde etc.

No nível de escolaridade examinou-se a capacidade de leitura e a capacidade de escrita, pois, é um dos requisitos básicos no ato de percepção das mudanças climáticas. Para além da capacidade de leitura e da capacidade de escrita, também caracterizou o nível de escolaridade centralizado no nível ensino efetuado pelo chefe do agregado família<sup>5</sup>, pois, ele representa o ponto iceberg no momento de escolha das estratégias de meio de vida.

---

<sup>5</sup> Os agregados familiares são excelente unidade de análise na lógica de estudos de temas tais como: acesso à habitação; densidade, pobreza, vulnerabilidade, etc. Para além disso, vale realçar que os agregados familiares representam as instituições sociais responsáveis pelos doentes, idosos, dependentes. É nos agregados aonde ocorrem os principais eventos demográficos. Em Moçambique são considerados agregados familiares ao conjunto de pessoas ligado ou não por um laço parentesco vivendo na mesma habitação e compartilhando as mesmas despesas. A análise dos agregados deve centralizar na característica do chefe do agregado (nível socioeconômico, ocupacional e idade), pois, ela influência na estratégia adotada na unidade produtiva familiar. O número de agregado familiar no meio rural moçambicano é de 2,3%, constituído por famílias nucleares (casal e os seus descendentes). (INE, 2013).



**Tabela 4: Capacidade de leitura e de escrita dos chefes dos agregados familiares**

Estratos	Número	Percentagem
Não sabe ler nem escrever	5	45.5
Sabe ler e escrever	6	54.5
Total da amostra	11	100

**Fonte:** Pesquisa de campo (2015).

Sendo assim, constatou que mais de 45.5% dos chefes das famílias pesquisadas são analfabéticos, como pode visualizar na tabela 4. Assim, pode-se assumir observar que quase metade dos chefes das famílias são analfabéticos.

Em Moçambique a taxa de analfabetismo varia com a idade, sendo que quanto maior for à idade mais elevada é a taxa de analfabetismo. Os indivíduos a baixo de 25 anos de idade apresentam menor taxa de analfabetismo, o que demonstra as oportunidades diferenciadas entre as diferentes gerações no país. Para caso das áreas urbanas o nível de analfabetismo 25.0 enquanto nas áreas rurais esta 62.8. As questões de falta escola, a dispersão das escolas e a própria situação socioeconômica da população rural têm determinando o limite ao acesso à educação. (INE, 2013).

**Tabela 5: Nível de escolaridade dos chefes dos agregados familiares**

Estratos	Número	Percentagem
Analfabetismo	5	45.5
Primário	2	18.18
Básico	2	18.18
Médio	2	18.18
Superior	0	0
Total da amostra	11	100

**Fonte:** Pesquisa de campo (2015).

Importa referir que em relação ao nível de escolaridade, a maior parte dos que frequentaram algum ensino estão concentrado no Ensino Primário do Primeiro Grau (EP1), pois, do universo que concluíram algum nível de escolaridade, 15,7% concluíram EP1, representado a maior percentagem. À medida que aumenta o nível de escolaridade, à percentagem diminui aonde reduz para 9,0% que concluíram Ensino Primário do

Segundo Grau (EP2); 3,9% que concluíram Ensino Secundário Primário do Ciclo ESPC; e por fim a destacar que apenas 3,2% que concluíram Ensino Secundário Segundo do Ciclo ESSC.

Vale ainda mencionar que, o nível de escolaridade dos chefes das famílias pesquisadas é heterogêneo, pois, constatou que, os chefes dos agregados apresentavam uma variabilidade em relação ao nível de escolaridade. Desse modo, a heterogeneidade está ligada ao fato dos 54.5% que sabem ler e escrever, estão distribuídas regularmente. Assim, 18.8% têm ensino primário (1-5ª classe); 18.8% têm ensino primário completo (6-7ª classe); e 18.8% têm ensino básico médio (8-10ª classe), como pode se visualizar na tabela 5. Há que destacar que nenhum dos pesquisados respondeu que tinha concluído qualquer nível de ensino médio e superior.

O baixo nível de escolaridade do chefe do agregado pode ser explicado pelo fato este grupo populacional, encontra-se na faixa etária acima de 35 anos de idade, o que pressupõe que viveram à época de colonização portuguesa que terminou em 1975, período caracterizado de poucos investimentos em infraestruturas sociais que beneficiasse a população moçambicana, principalmente as que viviam nos postos administrativos.

**Tabela 6: Idade dos chefes dos agregados familiares**

Estratos	Número	Percentagem
18 a 25 anos	0	0
25 a 35 anos	0	0
35 a 45 anos	2	18.18
45 a 55 anos	2	18.18
55 a 65 anos	1	9.1
≥ 65 anos	6	54.5
Total da amostra	11	100

**Fonte:** Pesquisa de campo (2015).

Visualizando a tabela 6, percebe que, as unidades pesquisadas são chefiadas por indivíduos com idade igual ou acima 65 anos de idade, pois, 54.5% unidades produtivas familiares são chefiadas com idade igual ou acima de 65 anos de idade. Ainda nesse sentido, convém mencionar que todos os chefes das famílias pesquisados têm idade acima de 35 anos de idade. Esses dados demonstram que, há uma maior expressividade

da população idosa e de criança. As crianças provavelmente possam ser netos dado maior concentração de população idosa. O INE (2013) observou que no meio rural existe um aumento da população infantil, o que sugere que a migração é familiar, cuja derivam de fatores econômicos. E para Araújo (1997) em Moçambique à queda da população rural está associada à guerra civil que prevaleceu entre período entre 1976-1992.

Ainda nesse âmbito vale realçar que o índice de masculinidade da população rural moçambicana (número de homens sobre as mulheres) multiplicado por cem é baixa devido à emigração masculina. Assim, o índice de masculinidade no meio rural é de 91.2 e no meio urbano 96.6. (INE, 2013). Em África e Ásia a migração rural urbana é efetuada por pessoas do sexo masculino com maior predominância de migração masculina para casos de longas distâncias.

**Tabela 7: Número de membro por agregado familiar**

Estratos	Número	%	N. Acumulada	%. Acumulada
Até 20 anos	7	24.14	7	24.14
20 a 30 anos	5	17.24	12	41.38
30 a 40 anos	2	6.90	14	48.28
40 a 50 anos	5	17.24	19	64.02
50 a 60 anos	4	13.79	23	77.81
≥ 60 anos	6	20.69	29	100
Total da amostra	29	100		

**Fonte:** Pesquisa de campo (2015).

Ao analisar o padrão de sucessão pode concluir que, é muito baixo, pois, apenas uma pequena parte dos membros das unidades pesquisadas está na faixa etária entre 20-50anos de idade. Nesse sentido, observou-se que 41.38% estavam na faixa etária entre 20-50 anos de idade. É nessa faixa etária, que, concentra a maior parte da reprodução biológica do ser humano. A maior parte da população tem idade abaixo de 20 e acima de 50 anos de idade, o que significa que 58.62% estão na faixa que contribuir pouco para o padrão de sucessão, o que pode comprometer o padrão de sucessão da população. Essa situação pode constatar na tabela 7, relativa o número de membros por agregado.

Em relação ao tempo de residência das famílias na unidade produtiva familiar, pode perceber que, a idade de vida dos membros coincide com tempo de residência, pois, todos os membros das unidades produtivas nasceram na comunidade.

Nos agregados pesquisados, constatou que, os mais velhos têm idade acima de 60 anos de idade. A esse respeito, permita explicar que, atividade agrícola é uma prática bem antiga, estando enraizado nas populações, o que confere agricultura estatuto de um modo de vida específico, desenvolvido e reproduzindo ao longo das gerações. Assim, pode assumir que, muitas unidades produtivas familiares desenvolvem a prática da agricultura a mais de 60 anos, o que pode garantir o domínio de estratégia de reprodução na unidade produtiva.

Ainda na mesma tabela, ao quantificar o número de pessoas nas 11 famílias pesquisadas, observa que a média dos membros por família está por volta de 2.63, o que quer dizer que, em média as famílias têm três membros, num universo de 29 membros em 11 famílias pesquisadas, com maior concentração na população idosa e criança. Essa situação pode estar ligada ao fato da população adulta tenham emigrado do posto administrativo a procura de oportunidades de trabalho.

Portanto, a partir das exposições acima referidas, percebe-se que, há menor propensão da população idosa em emigrar, o que pressupõe que prefere elaborar estratégias locais dentro das possibilidades existentes. Essa situação foi descrita por Chayanov como um mecanismo utilizado para responder a satisfação das necessidades de subsistências. Ele via a variável demográfica como determinante para elaboração de estratégia de meio de vida. Chayanov (1974, p. 47)

[...] mão-de-obra é o elemento tecnicamente organizativo de qualquer processo de produção. A composição e o tamanho da família determinam integralmente o modo de força de trabalho. Assim, deve-se aceitar que o caráter da família é um dos fatores principais na organização da unidade econômica campesina.

Em seguida irá abordar o ativo social, mecanismos usados pelas comunidades rurais para contrabalançar a escassez de dinheiro que nas comunidades urbanas.

#### 4.1.2 Ativo social

Para esta pesquisa, identificaram-se o ativo social como as relações sociais entre os camponeses e os seus pares (parentes e os vizinhos) que influenciam as estratégias de meio de vida. A escolha pelos parentes, as associações e os vizinhos devem ao fato desses influenciarem na elaboração de estratégias de meio de vida, baseadas no princípio de ajuda mútua.

Mencionar que estar associados no posto administrativo de Mahel significa ter benefícios adicionais, pois, fortalece a coletividade. Para o caso em específico do posto administrativo, a associação que existe está ligada aos criadores de gado bovino. A partir da associação estabelecem políticas de combate o furto ou o roubo de gado bovino, pois, os residentes consideram o roubo ou o furto como ato maléfico, visto que, o gado representa poupança (ativo financeiro).

Importa referir que, no posto administrativo cada família tem e está ligada com a produção agrícola e a produção animal. Com base no modo e na condição de vida, a população da comunidade, percebe que, a importância da produção agrícola está em função do número de agregado por família, visto que, a estratégia de produção depende do número de consumidor. Entretanto, a produção animal de grande porte não depende do número de agregado por unidade, mas da capacidade de aquisição, pois, nem todos os agregados têm capacidade de aquisição.

É consensual que o gado bovino proporciona status social e status econômico, pois, representa fonte de poupança (monetária) para as famílias que as possuem. Vale mencionar que permite ter prestígio para as famílias que as possuem, pois, mantém reciprocidade com as famílias que não possuem.

Sabourin (2011, p. 80) observou que a comunidade de Balanta de Tombali Guiné-Bissau que apesar de ter a cultura de arroseiros pela aptidão das terras baixas e as zonas de mangue graças à infraestrutura hídricas agrícolas, o rebanho bovino representa a principal fonte de capitalização e de prestígio. Em Moçambique essa situação se verifica, pois, o gado bovino não sendo considerada atividade principal, ela representa a principal fonte de capitalização e de prestígio, principalmente na região sul do país, aonde caracteriza por ser um grupo étnico de matriz patrilineares.

Portanto, todos os sistemas de produção enunciada no parágrafo anterior são extensivos, pressupondo que, a produção é realizada pelos membros da família. Para tal, as famílias baseiam-se no uso eficiente dos recursos escassos, na maioria dentro da propriedade. Em caso de necessidade de trabalhadores adicionais, as famílias estabelecem relações de reciprocidade e de compartilhamento. Assim, cada família apoia a outra, principalmente através de empréstimo de instrumento de trabalho, situação descrita por Scott de ética de subsistência. A ética de Subsistência pressupõe a manutenção das regras sociais baseadas nas relações de reciprocidade entre os parentes, os vizinhos e os patrões, mantendo assim, o distanciamento dos agentes externos. Objetivamente, a ética de subsistência visa atribuir responsabilidade aos mais ricos de minimizar o sofrimento e a exploração aos mais pobres, isto garantindo a manutenção de laços interpessoais.

Para além de empréstimo dos insumos de produção, é visível na produção agrícola, principalmente na etapa da colheita, a reciprocidade<sup>6</sup> entre pares, caracterizada por trocas não monetária, pois, é nessa etapa onde podes observar apoio dos familiares que se encontram nas cidades mais próximas. Assim, observam-se trocas não monetárias entre os parentes, uma vez que os familiares que residem fora do posto administrativo trazem produtos processados. Em contrapartida, os familiares recebem os produtos da unidade produtiva familiar. Desse modo, os agregados não entram no ciclo da comercialização, mas sim, no ciclo de trocas não monetárias, situação descrita por Sabourin como reciprocidade de trocas não monetária. (SABOURIN, 2011). Para Polanyi (1976),

A unidade e a estabilidade das sociedades primitivas eram a reciprocidade e a redistribuição, enquanto nas sociedades capitalistas a unidade e a estabilidade

---

<sup>6</sup> A reciprocidade é sinônima de solidariedade: *dependência mútua, fato de ser solidário* ou de *mutualidade*. A mutualidade corresponde aos sistemas de solidariedade social baseada na ajuda mútua recíproca dos membros que cotizam. (SABOURIN, 2011, p. 21). Ela envolve materiais físicos e simbólicos. Vale salientar que dentro da reciprocidade podes encontrar reciprocidade positiva (dádiva), reciprocidade negativa (violência), e a reciprocidade simétrica (união). A reciprocidade positiva observa-se quando um dos recíprocos doa uma parte de si para benefício de outrem. O objetivo neste caso é a obtenção de prestígio. Enquanto a reciprocidade negativa é um sistema de regulação por via da recorrência à violência para obtenção de um produto de valor. O objetivo nesse caso é a obtenção de equilíbrio, porém, a adoção da violência devesse a impraticabilidade da dádiva, isto é, no caso aonde apenas podes obter a reciprocidade por via de unificação de duas idéias opostas através de uso da violência. Por fim, a reciprocidade simétrica adota-se quando dois indivíduos opostos doam se sem pretensão de submeter o outro, sendo aplicando para manter apenas equilíbrio entre dois indivíduos opostos. (SABOURIN, 2011, p. 50).

caracterizam pelo intercâmbio. A reciprocidade ocorre nos grupos que compartilham similaridades. A redistribuição parte de um ponto para outros pontos. O intercâmbio (mercado) os pontos são heterogêneos ligados por interesses comuns.

Segundo o postulado de Polanyi (1976), a reciprocidade é característica das sociedades consideradas primitivas, onde as trocas (intercâmbios) ainda não se verificam. Nessas sociedades, apesar de existir a comercialização, ela ocorre apenas se a demanda interna for satisfeita.

Como foi referida, a produção animal de grande porte representa símbolo de poder e de estabilidade para eventuais crises familiares podendo ser usado para caso de cerimônias fúnebres, casamentos, etc. Desse modo, a comercialização dos animais transforma-se no mecanismo de complementaridade na receita familiar.

A produção animal de pequeno porte geralmente consome-se em situações especiais no seio das famílias, o que reduz a pressão sobre a produção animal de grande porte, pois a produção animal de grande porte (gado bovino e caprino) não se destina para comercialização ou subsistências, mas um seguro familiar.

**Tabela 8: Investimento na pecuária de grande e pequeno porte**

Estratos de investimento de animais	Número	Porcentagem
Pequeno porte	9	81.81
Grande porte	2	18.18
Total da amostra	11	100

**Fonte:** Pesquisa de campo (2015).

Observando a tabela 8, pode considerar que apenas (18.18%) têm capacidade de contratar trabalhadores para cuidar do gado bovino, cujo também auxiliam na produção agrícola. As famílias criadoras de gado bovino e caprino contratam trabalhadores para compensarem a saída de crianças e jovens da unidade produtiva familiar Vale enunciar ainda que todos os agregados pesquisados possuam animais de pequeno porte, principalmente de bando de aves (galinha).

Convém mencionar que, nenhuma família pesquisada tem mão-de-obra temporária ou permanente contratada especificamente para produção agrícola, estando relacionado com o tipo de produção e destino da produção. Nesse sentido, todas as famílias produzem no sistema de sequeiro, em área que varia entre 0-2hectares, como se

pode conferir na tabela 17. Salientar que, o incremento de mão-de-obra, acontece no período que ocorre a produção agrícola, porque é nesse período (finais de dezembro e janeiro) que muitos dos membros regressam para passarem férias de fim do ano juntos as famílias.

Assim, as ações coletivas que merecem realçar no posto administrativo é o trabalho das associações de criadores de gado bovino. Essa associação trabalha em prole do combate ao furto ou o roubo de gado bovino, visto que dentro desta associação elaboram-se estratégias para enfrentarem a questão do furto ou do roubo do gado bovino.

Em seguida irá abordar o ativo financeiro, considerado ativo chave no espaço urbano e de menor importância no espaço rural.

#### **4.1.3 Ativo financeiro**

Corresponde ao estoque de bens que uma família dispõe e lhe permite adquirir outros bens para o consumo ou para a produção. Portanto, apenas se transformam em ativo financeiro somente se permite adquirir outro bem. Por isso, ativo financeiro define em função da utilidade.

Nessa pesquisa, as questões monetárias foram postas de lado, visto que, quase todas as famílias pesquisadas não dispõem bens monetários significativos que possam ser relevantes para aquisição de bens para o consumo ou para a produção. Ora, vale mencionar que, os animais de grande porte representam o ativo financeiro de maior relevância nesse posto administrativo, pois, proporcionam benefícios de várias ordens para aqueles que os dispõem. Assim, as famílias que possuem gado bovino e gado caprino são consideradas as mais ricas, pois, para além do status social que as famílias adquirem, os animais de grande porte permitem obter dinheiro através da comercialização, conseqüentemente maior possibilidade de elaborarem estratégia de meio de vida.

Porém, nem todas as famílias têm investimento nos setores produtivos, apenas 18.18%, como se visualiza na tabela 8 e 9. A maior parte dos investimentos das famílias está canalizada na criação de animais de grande porte.



**Tabela 9: Percentagem dos agregados familiares que receberam financiamento estatal nos últimos 15 anos**

Famílias que receberam financiamento	Número	Percentagem
Não receberam	9	81.81
Receberam	2	18.18
Total da amostra	11	100

**Fonte:** Pesquisa de campo (2015).

Convém mencionar que, desde 2005, por iniciativa de presidente da república moçambicana, existe um fundo destinado estímulo das atividades de impacto comunitário, através de inserção de dinheiro no meio rural. O fundo é rotativo, uma vez que, cada mutuário tem a responsabilidade devolver para traspasar a outro mutuário. Segundo Orre e Forquilha (2012, p. 126) “por iniciativa do presidente da república, introduziu se em 2006, Orçamento de Investimento de Iniciativa Local – (OIL) e rebatizado em 2010, como Fundo de Desenvolvimento Distrital – (FDD), nos distritos.”.

Cabe destacar, que apenas 18.18% dos camponeses pesquisados poderão ter recorrido FDD. O baixo número de mutuário pode estar ligado necessidade de reembolso. Para além do reembolso, cada mutuário deve apresentar um projeto, o que ofusca a participação da população de baixa renda principalmente da população com baixa capacidade de elaborar um projeto com detalhe de viabilidade econômica e social.

**Tabela 10: Origem da renda não agrícola**

Origem da renda não agrícola	Número	Percentagem
Função pública	1	9.09
Comércio formal	0	0
Comércio informal	1	9.09
Remessas	0	0
Trabalho sazonal	0	0
Programas específicos de apoio	0	0
Outras modalidades	2	18.18
Não se aplica	7	63.64
Total da amostra	11	100

**Fonte:** Pesquisa de campo (2015).

No que se refere à origem da renda não agrícola das famílias pesquisadas, pode-se visualizar na tabela 10, que 36.36% da população têm outras fontes de rendimento, estando subdivididas em 9.09% da função pública, 9.09% comerciantes informais, por fim 18.18% correspondendo atividades ligadas a explorações dos ativos naturais.

Nesse sentido, 63.64% têm rendimento exclusivo na agricultura e 36.36% têm renda na atividade agrícola e não agrícola. Importa referir que a pouca participação da atividade não agrícola pode estar relacionada com a inexistência num mercado de trabalho rural, o que expressa a manutenção do modo e condição de vida campesina.

Segundo Schneider (2004, p. 123) há poucas transformações na agricultura e no mundo rural que mereçam destacar, especialmente no que refere as formas de ocupação e de emprego. No entanto, inúmeros trabalhos apontam para um crescimento de atividades não agrícolas no mundo rural, refletindo uma inusitada tendência ocupacional. Essa situação observa-se nos países desenvolvidos, pois, com a modernização tecnológica na agricultura; queda da renda agrícola; políticas públicas; dinâmicas dos mercados agrícolas e a pluriatividade, favorecendo para surgimento de atividades não agrícolas. Entretanto, nos países em desenvolvimento ainda prevalece a atividade agrícola como a principal atividade, visto que, a estrutura social permanece a mesma. Para o caso de Moçambique com 74% da população está no setor agrícola, com maior predominância para a população feminina com 94.7% e masculina 74.7%. (INE, 2013).

Em seguida irá abordar o ativo físico, um dos pilares para produção agrícola de alta produtividade e de menor importância na produção de baixa produtividade.

#### **4.1.4 Ativo físico**

Para esta pesquisa, os ativos físicos foram considerados tendo em conta a disponibilidade do ativo humano, financeiro e natural, uma vez que a produção é quase inteiramente natural. Esta situação pode ser visualizada em Ploeg (2008, p. 41-45).

Um dos elementos mais importantes na definição do campesinato diz respeito à interação e transformações mútuas constantes entre o homem e a natureza viva, tanto que os recursos sociais como os recursos naturais são constantemente configurados e re-configurados, gerando continuamente novos níveis de co-produção [...], a criação e o crescimento de uma base de recursos que permite certa liberdade relativamente a trocas econômicas, pois, ela baseia-se, pelo menos em parte, em troca com a natureza [...], com uma

relação específica estabelecida com os mercados campesina ao mundo exterior [...], o que permite o máximo de flexibilidade, mobilidade e a capacidade de escapar ao controle [...], referendo à reprodução e ao melhoramento esperado de própria existência [...], a natureza e o nível de sobrevivência dependem evidentemente da localização temporal e espacial.

**Tabela 11: Alteração da área de produção nos últimos 15 anos**

Alteração da área de produção	Número	Porcentagem
Mantiveram	10	90.9
Mudaram	1	9.1
Total da amostra	11	100

**Fonte:** Pesquisa de campo (2015).

A partir disso, a descrição acima referida, percebe que os indicadores selecionados tiveram em conta ao sistema de produção de sequeiro, que quase não utiliza nenhum maquinário. Ao analisar os relatos dos pesquisados percebe que o sistema de produção adotada nesses últimos anos quase que não alterou. Esta constatação pode-se visualizar na tabela 11, onde apenas 9.1% das famílias pesquisadas mudaram área de produção, o que significa que ainda produzem nas mesmas áreas de produção. Portanto, para manter a produção, as famílias apenas reduziram área de produção, para tal efeito, as famílias intensificaram e diversificaram a produção.

**Tabela 12: Modo de uso de terra disponível na unidade produtiva familiar**

Alteração da forma de uso da terra disponível	Número	Porcentagem
Intensificaram	10	90.9
Mantiveram	1	9.1
Total da amostra	11	100

**Fonte:** Pesquisa de campo (2015).

Desse modo, o fator demográfico (número de agregado e idade) se transformou na razão para a elaboração de estratégia, uma vez que, nas unidades produtivas familiares há uma concentração população idosa em relação à população jovem, cujo vivem em agregados de três membros. Assim, as famílias procuram ajustar a quantidade de consumidores e a quantidade de mão de obra disponível na unidade produtiva. Para sustentar esta tese, pode visualizar na tabela 12, que 90.9%

intensificaram área de produção, isto é, procuram produzir várias culturas, isto é, adotaram a policultura, numa área de dois hectares.

**Tabela 13: Hora empregue na produção**

Hora empregue na produção agrícola	Número	Percentagem
Mantiveram	11	100
Aumentaram	0	0
Total da amostra	11	100

**Fonte:** Pesquisa de campo (2015).

Outro ponto que explica a ligação entre a composição demográfica e a mudança nos moldes de uso da terra para produção agrícola é a carga de hora disponibilizada para a produção. Desse modo, depara-se que as famílias não alteraram a carga horária disponibilizada para produção. Esta situação pode ser visualizada na tabela 13, onde constata que nenhuma família alterou as horas disponibilizadas para a produção. Em princípio, a redução da área de exploração, implicaria a redução de tempo despendido para produção, atendendo que o sistema de produção é mesmo. Entretanto, o tempo despendido para a produção é o mesmo, o que implica que a redução da área e a intensificação da produção representam estratégia de alocação dos recursos disponíveis na unidade produtiva.

**Tabela 14: Investimento na produção**

Investimento na produção agrícola	Número	Percentagem
Mantiveram	11	100
Aumentaram	0	0
Total da amostra	11	100

**Fonte:** Pesquisa de campo (2015).

A partir da tabela 14, confirma-se que nenhuma família investiu na produção agrícola, porque, quando há investimento nos insumos agrícola, implica a necessidade de mais área para produzir, pois a produtividade aumenta. No posto administrativo, as famílias mantiveram os moldes de produzir, o que significa que não investiram no setor agrícola. As famílias que investiram na unidade produtiva familiar concentraram na

criação do gado bovino, o que lhes parece dar mais garantia, pois, representa um fundo de poupança.

**Tabela 15: Período da produção nos últimos 15 anos**

Alteração do período da produção agrícola	Número	Porcentagem
Mantiveram	5	45.5
Alteram	6	54.5
Total da amostra	11	100

**Fonte:** Pesquisa de campo (2015).

A Tabela 15 chama atenção, pelo fato das unidades produtivas familiares perceberem das mudanças climáticas, por via da perda da produção e da produtividade, o que resulta em mudança de atitude em relação à produção. Para esclarecer esta tese, pode observar que na tabela 15 entre as 11 famílias, seis famílias reiteraram que alteraram o período da produção para ajustarem ao clima vigente, o que significa que 54.54% alteraram o período de produção. Assim, durante as entrevistas foram consultados se tinham alterado o período que iniciavam as sementeiras. As seis famílias responderam que alteraram o período do início da sementeira e função do início tardio das chuvas.

Por outro lado, as famílias apesar de serem tolerantes alterações do período e as culturas a produzir, eles não abrem mão quanto à introdução de custo e a alteração do modo de produção, pois valores tradicionais jogam muito na hora de produzir, situação visualizada quando questionada sobre a possibilidade de introdução de semente híbrida. As famílias por unanimidade mostraram pouco receptivas a introdução de algo novo, preferindo práticas tradicionais como adoção de culturas temporárias, neste caso, adoção de sistema de produção de sequeiro (somente na estação chuvosa).

Vale mencionar que para além dos fatores tradicionais, a incapacidade financeira limita adoção de estratégia, por isso, as famílias adotam a novidade como estratégia para contrapor a incapacidade financeira que culmina na fragilidade infraestrutura.

Por fim, irá abordar o ativo natural, sendo ativo que mais influência no espaço rural que no espaço urbano.

#### 4.1.5 Ativo natural

Corresponde terra, água, e vegetação, que estejam num raio de ação da comunidade, cujo são usados pelos indivíduos para gerarem meio de vida. A tríade água, terra e vegetação continuam a ser indispensáveis para o meio rural, com maior enfoque para as terras férteis, pois fornecem a possibilidade de produzir alimentos; seguida a água que permite o desenvolvimento da produção agrícola, ebeberamento do gado, e o consumo doméstico; por fim, a vegetação que fornece alimento para o gado e serve como combustível lenhoso (ARAÚJO, 1997, p. 48).

##### 4.1.5.1 Terra

A terra é o principal recurso para produção. Deste modo, pode conferir a terra o estatuto de maior e mais importante ativo de meio de vida que as comunidades rurais dispõem. Contudo, a terra sem precipitação não tem o mesmo valor, tendo em conta ao tipo de sistema de produção. Esta situação foi visível durante a pesquisa, pois os produtores não consideram a terra como um problema, mas sim à seca. Entretanto, o uso de sistema de produção de sequeiro faz com que uso da terra seja mais importante que o uso da água e da vegetação, uma vez que, nesse sistema de produção, os meios de produção estão centrados no homem, na terra, na semente e na chuva. Além disso, a inexistência de infraestrutura física, neste caso, o ativo físico, faz com o ativo natural (terra) tenha uma importância significativa na produção.

**Tabela 16: Modo de obtenção de terra**

Forma de obtenção	Número	Porcentagem
Herança familiar	11	100
Aquisição	0	0
DUAT	0	0
Empréstimo	0	0
Aluguer	0	0
Outra	0	0
Total da amostra	11	100

**Fonte:** Pesquisa de campo (2015).

Para ativo natural no enfoque terra, vale mencionar que, o acesso a terra foi por herança, uma vez que 100% dos pesquisados declararam que obtiveram terra por herança familiar, como se confirma na tabela 16.

Esta situação ocorre dada à forma de transmissão da terra, uma vez que, a comunidade goza uma relativa autonomia no processo de transmissão de terra, baseando nos hábitos e nos costumes tradicionais (sociedade de patrilinear), onde todos os membros têm direito ter acesso a terra para uso. Ora, o modu vivendu da comunidade consagra o homem (marido) herdeiro da terra, visto que a mulher ao sair da casa dos seus pais para casa do marido herda a porção pertencente ao marido. Desse modo, o patrimônio terra fica no seio da família, pois a mulher transfere-se da sua família para outra família. Segundo Negrão (2000, p. 2) em Moçambique existem dois sistemas de atribuição de terra (um legal baseado na lei constitucional e outro tradicional baseado nos costumes tradicionais).

No período entre as décadas 1940-1950 existiam em Moçambique dois sistemas de direitos separados, duas práticas autônomas, como se tratasse de dois países, apesar de ter único governo colonial português. Apesar de tentativas de unificar num único sistema legal, esta situação prevaleceu até atualidade.

A situação abordada anteriormente refere à parte legal, pois, às práticas tradicionais têm mais relevâncias no processo de acesso, posse e controle da terra, principalmente para os indivíduos de dentro comunidade, cuja pretendem viver em outra comunidade. Segundo o mesmo autor, o sistema costumeiro da região Sul, a terra está ligada a garantia de transferência acesso à terra para habitação, agricultura e recolção por via de casamento tradicional. Segundo Negrão (2000, p. 8).

Quando um homem casa tem de pagar lobolo (dote), compensando assim, a perda das potencialidades da sua filha, que vão ser capitalizada pela família acolhedora. O dote inclui acesso a terra para habitação, para produção, o que obriga a família receptora adjudicar de um pedaço de terra ao casal do território muti (pequena unidade espacial de habitação, produção e consumo da família rural), regulado por leis consuetudinárias. Dentro do muti existe um conjunto de casas, cozinhas, currais, sombras, locais sagrados, casas de banhos, espaço de acesso à água, de acesso à lenha e aos demais recursos. Por isso, que todos devem ter acesso a esses bens. O chefe de muti (agregado) que não tiver mais espaço deverá recorrer ao chefe de aldeia, o nhulume, caso este também não tenha, deverá recorrer aos conselheiros de nduna (estrutura funcional do régulo), e caso esses também não disponha, deverá recorrer ao nduna (régulo), e o caso deste não tenha, poderá recorrer a outro nduna vizinho, solicitando mais espaço para ampliar o acesso, posse e controle.

**Tabela 17: Uso efetivo de terra para produção agrícola nos últimos 15 anos**

Estratos	<= 2 há	%	5-10 há	%	> 10 há	%
N° de Agregados	11	100	0	0	0	0

**Fonte:** Pesquisa de campo (2015).

Em relação à disponibilidade de terra para produção, percebe que há dificuldade dos membros em saber a real dimensão de espaço para a produção, uma vez que, a terra em si, pertence à família alargada (pai, mãe, avó, primo, etc.), o que fica difícil estimar com exatidão a área disponível por família. Convém mencionar que, a partir do contato com os entrevistados apenas foi possível estimar área utilizada por cada unidade produtiva familiar. A dificuldade de estimar área disponível por unidade produtiva deve-se a estrutura organizativa dos espaços rurais, que compreender essencialmente espaço para residir e espaço para produzir. Os agregados das unidades produtivas familiares apenas conseguem estimar área usada Segundo as estimativas dos entrevistados, atualmente usam no máximo dois hectares conforme se pode visualizar na tabela 17.

Em relação ao uso da terra, percebe que as terras são usadas para produção agrícola e para residência. Entretanto, as unidades produtivas fazem o máximo proveito da terra, principalmente da mata existente. Desse modo, a terra transforma no potencial produtivo, cujo está associada a outro fim, como: o uso em forma de combustível lenhoso e abate de árvore para produção de carvão. Importa referir, que na comunidade há muita mata que não é usado para produção, o que confere uma riqueza na biodiversidade florestal. Segundo Araújo (1997, p. 33), os espaços rurais têm uma organização em que há uma unidade entre o espaço residencial e o espaço produtivo, o que lhe torna mais íntimo e mais completo, constituindo um todo indissociável.

#### 4.1.5.2 Água

Relativamente ao consumo da água, observa que, as famílias mantêm a forma de utilização da água, dentro do leque de fontes de água disponível, cujo classificam em água parada (fontenária) e água corrente (riacho).



**Tabela 18: Uso de água disponível na unidade produtiva familiar**

Mudança na forma de uso da água disponível	Número	Porcentagem
Não mudaram	11	100
Mudaram	0	0
<b>Total da amostra</b>	<b>11</b>	<b>100</b>

Fonte: Pesquisa de campo (2015).

As fontes de água parada representam para as famílias a principal fonte de consumo doméstico durante a maior parte do ano. Mas, importa referir que águas das chuvas representam um ativo extremamente importante no processo de produção, aproveitando essencialmente para produção e para consumo doméstico. Ora, vale salientar que nenhuma família mudou o modo de uso da água.

Segundo Uandela (2012, p.412) citando INE, a situação da água potável em Moçambique é caótica, uma vez que apenas 43% da população moçambicana tinham o acesso água potáveis. Em relação aos espaços rurais, apenas 36% da população rurais moçambicana tinha o acesso água potável, o que significa que 64% da população rural não tinham acesso água potáveis.

Ora, vale referir que, as unidades produtivas familiares mostraram-se incapazes de fazer em face de escassez de fontes de água. Sendo assim, as famílias no posto administrativo mantiveram as formas antigas de obtenção de água e utilização da água, principalmente do riacho e da água de chuva na época chuvosa, o que significa que adotam o uso racional da água.

#### 4.1.5.3 Vegetação

Importa referir que, a vegetação continua a desempenhar papel de fornecedor de bens de utilidade comunitária. Vale mencionar que, (90%) da população mantém as mesmas formas de utilização deste recurso, o que significa que apenas (10%) alteraram a forma de uso da vegetação. Em termos percentuais (10%), corresponde uma família, o que significa que, alteração pode estar ligada com a especificidade da família, pois, o processamento permite aumentar o ativo financeiro para a unidade produtiva. Vale assim mencionar que, a produção de carvão vegetal é desenvolvida pela população jovem, justificada pela penosidade deste tipo de trabalho, gerando assim, oportunidade

de trabalho para os jovens de ambos os sexos. Pelo fato desta comunidade assistir problema de sucessão geracional, abre espaço para que jovens doutras comunidades opte por esta atividade, pois, a produção de carvão vegetal no posto administrativo não exclui por gênero, apenas por idade, pois, geralmente são práticas por jovens de ambos os sexos.

Entretanto, todas as famílias adotam o uso do combustível lenhoso, o que significa que, mantêm a lenha como combustível, representando uma alternativa energética para a confecção de alimento, aquecimento da casa e confeitaria. (CHAVANA, 2014, p. 8).

Para próxima subcapítulo irá abordar as estratégias de meio de vida a partir dos resultados obtidos no campo de pesquisas. Vale mencionar que, pelo fato da população amostral apresentar modo de vida camponesa, usar-se-á o termo agricultura subsistência em detrimento de agricultura de autoconsumo. A opção por este termo deve ao fato da dissertação estar enraizada a uma realidade social específica, que se adéqua mais o termo subsistência que autoconsumo, apesar de admitir que agricultura de subsistência teoricamente seja agricultura de autoconsumo<sup>7</sup>. Assim, a opção por este termo deve-se a especificidade da unidade de análise.

#### 4.2 PERCEPÇÃO DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS DOS CAMPONESES E ESTRATÉGIAS DE MEIO DE VIDA

Segundo Banco Mundial – BM (2010, p. 2) nos últimos milênios a temperatura média da terra variou numa faixa de inferior a 0.7°C. Com forte emissão de gases de efeito de estufa, a temperatura média da terra teve um aumento drástico com incidência no último século. A partir de uma series de estimativas prevê futuramente um aumento de temperatura na ordem de 5°C. Esse aquecimento será algo novo, pois, a humanidade nunca experimentou situação semelhante, o que irá impactar diretamente nos aspetos físicos geográfico que limitaram o desenvolvimento.

---

<sup>7</sup> Para Grisa e Schneider (2008) "Mínimo calórico, mínimo alimentar vital, consumo doméstico e popularmente produção "pro gasto", definido como parcela de produção familiar destinada ao consumo dentro da unidade produtiva familiar [...], produzindo apenas aquilo que é socialmente necessário para reprodução física e social do trabalhador e sua família." Uma parte é para autoconsumo, outra destina para outras necessidades (armazenamento para produção de semente e venda se houver excedente).

Para dar continuidade nesse capítulo vale apenas enunciar uma frase “as mudanças climáticas precisam ser urgentemente abordada” do 32<sup>a</sup> relatório das Nações Unidas sobre desenvolvimento e mudanças climáticas que buscava aplicar várias experiências do setor privado e público. Esta frase marcou definitivamente o centro desta dissertação, pois, para os camponeses a questão das mudanças climáticas é mais urgente, dada a sua vulnerabilidade, resultante da sua carecia financeira e técnica para contrapor com as mudanças climáticas, pois, os camponeses estão vinculados aos seus recursos naturais, cujo geralmente são sensíveis ao impacto das mudanças climáticas.

A percepção deste fenômeno resulta da dificuldade em produzirem alimentos suficientes para satisfazerem a demanda familiar. Adoção de certos hábitos por parte dos camponeses são respostas cuja resultam das percepções. As respostas passam por estratégias que focalizam nas práticas conhecidas, intensificação da produção de culturas que têm capacidade de aguentar os choques climáticos vigente, diversificação, produção de subsistência rural, gestão sustentável de recursos florestas, e investimento em sistemas de informação. (BM, 2010, p. 2).

A percepção ambiental como tomada de consciência das problemáticas ligadas ao ambiente está ligada a uma necessidade de proteger e cuidar das mesmas. Neste âmbito, cada indivíduo reage segundo a concepção e relação com o meio físico. (FAGGIONATO, 2007). Vale salientar que, os camponeses percebem melhor o ambiente onde estão inseridos, porque mantêm uma ligada intrínseca com ambiente.

Os camponeses do posto administrativo de Mahel têm a percepção das mudanças climáticas, pois, quando questionados se havia mudança climática com enfoque na seca, chuva e ciclone. Eles não assumiam de um processo de mudanças climáticas no verdadeiro sentido de mudanças climáticas, visto que neles há esperança de retorno a normalidade, uma vez que consideram que são etapas normais da vida, porque existem épocas de grandes produções e épocas de pequenas produções. Esta idéia constatou durante a pesquisa, pois, dos onze chefes famílias questionados, apenas um assumiu que a causa seria o desflorestamento. Os restantes dez chefes famílias assumiram que a causa seria designo de Deus. Neste sentido, se a causa for um designo de Deus, este vai estabilizar, para tal bastando cerimônias tradicionais.

A concepção histórica das mudanças climáticas nos chefes de agregados deriva da idade dos chefes dos agregados e tempo de residência. A idade dos chefes dos agregados esta na ordem 65 anos de idade, visto que 54.5%, visto que as unidades

produtivas familiares são chefiadas com idade igual ou acima de 65 anos de idade como se pode extrair da tabela 6. Ainda nesse sentido, convém mencionar que todos os chefes das famílias pesquisados têm idade acima de 35 anos de idade. Para além da idade dos chefes dos agregados vale salientar que o tempo de residência também influencia na concepção de uma futura estabilização do clima, visto que, apenas um chefe de agregado que não nasceu no posto administrativo, o que quer dizer se um assume que já viu algo semelhante no posto administrativo, logo, os restantes poderão ter visto um fenómeno semelhante.

Esse ponto surge pelo fato da pesquisa ter definido a mudança climática no parâmetro de quinze anos. Todos os chefes dos agregados familiares têm idade acima de 35 anos, e muitos deles são idosos. Quando questionado sobre se tinham ouvido ou percebido das mudanças climáticas? Eles foram por unanimidade que já tiveram situação semelhante e se normalizou, destacando a seca de 1982 que assolou toda a região sul do país.

Sobre qual evento extremo (seca, chuva, e ciclone) que mais impactava as suas vidas. Os chefes dos agregados declararam que era a seca que mais impactava as suas vidas “aqui não chove há um ano por isso há fome”. Este ponto permite aferir que a percepção das mudanças climáticas está no impacto e não publicações. Por isso, assumiam que era algo divino e que voltaria a normalidade.

Salientar que a seca tem mais impacto na vida das famílias, visto que o modo e a condição de vida camponesa dependem essencialmente da produção sequeiro. Para além que a seca provoca a escassez de água que compromete a satisfação das demandas nobres: consumo diário, obrigando que muitas famílias tenham que percorrer longas distâncias para captação da água para consumo doméstico e dos gados existentes na unidade produtiva familiar. A água para essas famílias avaliam pela disponibilidade e não pela qualidade e pela quantidade, pois, as famílias procuram água que satisfaça o mínimo possível. Quando questionado se as famílias dispunham de um sistema de irrigação que permitisse captar água para produção as famílias mostraram impraticáveis, visto que, a água no subsolo encontrava a distancia insuportável para as suas rendas. A perceptibilidade da importância de chuva estava ligada ao modo de vida camponesa “nós só queremos chuvas para produzir”.

Essas constatações mostram quão importância às famílias dão ao ambiente especialmente a temperatura, pois, são famílias camponesas que vivem em ambientes

rurais, cuja agricultura desempenha o papel de provedor de alimento, sendo dela aonde tiram o sustento diário. A alternatividade passou por um conjunto de estratégia ligada a um modo de vida camponesa.

Por se tratar de uma pesquisa focada na teoria Ellis a partir do princípio econômico de camponês. A pesquisa analisará as estratégias de meio de vida focando no princípio enunciado por Chayanov “satisfação da demanda interna com menor penosidade”. Desse modo, a análise centralizará nos pilares de Ellis, ativos disponíveis na unidade produtiva familiar (humano, social, natural, físico, e financeiro), tendo em conta a satisfação da demanda interna. Para tal, analisarão a produção na unidade produtiva familiar; insumo externo na unidade produtiva familiar; intensificação do trabalho na unidade produtiva familiar; diversificação na unidade produtiva familiar; e, financiamento na unidade produtiva familiar.

#### **4.2.1 Subsistência, campesinato e estratégia de meio de vida**

Muitos estudos realizados por Grisa e Schneider (2008); Gazolla e Schneider (2007); e por Grisa, Gazolla e Schneider (2010), demonstram que em determinados grupos sociais, a produção para o autoconsumo permite a segurança alimentar, a socialização e a manutenção da unidade produtiva familiar.

Essa subseção irá usar o termo subsistência em detrimento de autoconsumo. A opção por subsistência em detrimento do consumo deve-se a especificidade da unidade de pesquisa como foi referido na introdução do subcapítulo.

Esta subseção pretende perceber a importância da agricultura de subsistência na satisfação da demanda interna. A análise incidirá em primeiro, nos principais precursores dessa teoria, Chayanov (1974) e Wolf (1976) que foram os primeiros a destacar a importância da produção para o autoconsumo nas famílias. A partir dos clássicos chegar-se-á Ploeg (2008) que considera a agricultura de subsistência como uma alternativa que os agricultores se impuseram para continuarem a manter o seu nível de vida.

Por esta razão, pode se considerar agricultura de subsistência como estratégia de meio de vida, podendo estar assente na estratégia de adaptação<sup>8</sup> (descontinuação) ou na

---

<sup>8</sup> Ajustamento do sistema natural ou humano para responder atual ou expectativa de mudança climática ou seus impactos, como redução de danos e exploração das oportunidades. (PNUD, 2011, p. 5). A capacidade de adaptação depende da potencialidade de um sistema ajustar-se a uma característica ou

estratégia de reação (continuação). Vale mencionar que a estratégia de adaptação surge de uma ação voluntária e proativa. Por isso, pode ainda designar-se de escolha. Por quanto, a estratégia de reação surge de uma ação involuntária e infortuno, por isso pode denominar de resposta. (ELLIS, 2000). A estratégia de reação confere estatuto bombeiro, pois, a sua adoção visa resolver a uma situação pontual. A opção por esta estratégia deriva ao fato da unidade produtiva familiar não possuir condições materiais ou sociais para adoção de estratégia de adaptação. Em contrapartida, a estratégia de adaptação confere o estatuto proativo, uma vez que na unidade produtiva familiar há condições sociais e materiais para responder a uma ação pontual e prevista.

A partir desta explanação, vale mencionar que os indivíduos adotam estratégias que se mostrarem viáveis para a unidade produtiva familiar. Para Ellis (2000) “estratégia de meio de vida compreende um conjunto de ativos (natural, social, financeiro, físico e humano) utilizados pelos indivíduos em situações de vulnerabilidade”. Para o autor, as estratégias passam em primeiro lugar pela: reciprocidade, diversificação da renda, intensificação do trabalho, migração temporária, migração permanente, venda de alguns ativos da propriedade, por fim venda da propriedade.

No caso do posto administrativo, a estratificação por idade dos chefes das 11 famílias percebe-se uma concentração de indivíduos na faixa etária acima de superior aos 65 anos de idade, como se observa na tabela 6. Desse modo, confirma-se que há um contingente de indivíduos com idade superior aos 60 anos de idade. Ainda dentro da mesma tabela, percebe-se que no posto administrativo, não existem famílias chefiadas por jovem, pois, os todos os chefes dos agregados têm idade acima de 35 anos, o que fica evidente, que no posto administrativo, não existem famílias chefiadas por jovem. Essa situação abre espaço para uma análise das estratégias de meio de vida tendo em conta ao ciclo demográfico e a composição por idade.

Cabe realçar que para a percepção das estratégias de meio de vida é importante associar a estrutura etária e a quantidade de agregados por família, pois, o número e a idade dos membros por família determinam o grau de necessidade por satisfazer na unidade produtiva familiar. Segundo extraído da tabela 7, nota-se que em média, cada

---

comportamento para antecipar ou responder a um fenômeno, estando em função do grau de exposição a um perigo ou perturbação e sensibilidade de um efeito ambiental, mediado por características sociais que correlacionam com vários fatores sociais: gênero, idade, etnia, religião, classe, etnia, etc. o que configuram maior ou menor grau ativo. (idem).

família tem três membros, sendo composto geralmente por crianças e idosos. Vale mencionar que, todas as unidades produtivas familiares pesquisadas têm pelo menos um membro na atividade produtiva agrícola com maior incidência nos idosos. “Nascemos e fomos criados como camponês, sempre procuramos outras atividades para complementar à produção, mas não podemos deixar de produzir, mas também somos velhos para procurar outras atividades”. (Entrevista, 2015. Camponês M).

Em razão desse depoimento, consta que as estratégias estão associadas ao baixo número de agregado e a faixa etária dos responsáveis dos agregados. Em razão desses dois fatores, as famílias dentro da unidade doméstica mobilizam o ativo humano caracterizado por um estilo de vida com mínimos recursos, geralmente proveniente da propriedade. Para sustentar esta tese, os entrevistados apontaram que produzem culturas totalmente conhecidas. Esta situação prova que o ativo humano desempenha papel preponderante no modo de vida adotada. Nesse sentido, estas ações representam estratégias de reação por parte das famílias camponesas, porque as famílias respondem a uma situação pontual, nesse caso, para contrabalançarem à seca, as unidades produtivas observaram o fator idade e número de agregado por unidade.

Segundo Garcia Júnior (1989, p. 129), em caso onde houver escassez (terra, mão-de-obra e capital), o agricultor intensificará a auto exploração sem perder de vista o modo de vida peculiar, aceitando a queda da produtividade do trabalho para obter uma produção total maior numa pequena porção de terra. Desde modo conseguirá satisfazer o mínimo necessário para sobreviver e manter a unidade produtiva familiar. “Sempre produzimos milho, agora já estamos a produzir mandioca, melancia, abobora e amendoim parece ser tolerante à seca, não podemos deixar de produzir milho, ela é nossa riqueza, não podemos deixar de produzir, ele alimenta o mundo”. (Entrevista, 2015. Camponês M).

Para além deste depoimento, a figura 12 ilustra a importância de milho, melancia, mandioca e amendoim na dieta alimentar das famílias.

**Figura 12: Produção do camponês do posto administrativo de Mahel**



**Fonte:** foto do autor tirada no campo de pesquisa (2015).

A segunda consideração verifica que adoção de culturas tolerantes à seca, representa uma estratégia de reação. A partir dessa constatação, percebe-se que, o ativo humano permite a satisfação da demanda interna em primeiro lugar, dentro de uma lógica que, não implique mobilização de insumo externo. Esta situação pode ser por falta de ativo financeiro e físico, isto é, falta de acesso de crédito e infraestrutura de suporte à produção, como sistema de irrigação que possam contrapor com escassez de chuva por longo período.

Esta seção pretendia elucidar relação entre a produção de subsistência e a satisfação da demanda interna. A seção a seguir irá analisar as estratégias de meio de vida à luz da satisfação da demanda interna, tendo em conta a produção, com enfoque nos seguintes aspectos: baixo uso de insumo agrícola; intensificação; diversificação e financiamento na unidade produtiva familiar.



#### **4.2.2 Produção na unidade produtiva familiar e satisfação da demanda interna**

Em geral, os camponeses apresentam mesmos comportamentos sociais, econômicos e políticos em todas as unidades produtiva familiar, baseada no princípio de satisfação da demanda interna com menor penosidade. Para tal, o camponês evita o máximo possível correr risco que pode arruiná-lo, o que faz que, não procure embarcar por investimentos arriscados, preferindo sempre que possível, produzir em situações menos arriscadas como: culturas tradicionais e técnicas de produção conhecidas e de baixo custo. A partir destas ações o campesino garante a produção requerida pela família num espaço que suporte a quantidade de mão-de-obra disponível.

Nesse termo, importa salientar que, a produção campesina está nutrida de aspectos peculiares, refletindo traços simbólicos únicos, resultantes dum repertório cultural construído ao longo de várias gerações. Em razão disso, as famílias têm por obrigação transmitir o repertório cultural, com vista garantir a manutenção do modo e condição de vida campesina na propriedade familiar. Ora, convém mencionar que, o saber fazer do campesino se ramifica em diversos pontos, que incluem nos hábitos de produzir e de alimentar, pois, o modo de produzir campesino inclui a identidade, a segurança alimentar e a manutenção da unidade produtiva familiar.

Nesse sentido, para melhor compreender o campesino, é preciso referir que o campesino está embasado de um conjunto de conhecimento inserido no saber – fazer, que por sua vez, relaciona com a estrutura de gênero e idade. Por isso, a transmissão do conhecimento segue lógica de divisão social de trabalho (homem-pai, responsável pela produção para comercialização. E mulher-mãe, a responsabilidade de produzir para auto abastecimento).

Deste modo, a produção de milho, mandioca, amendoim, abobora e melancia, etc., segue a lógica do saber fazer, isto é, as famílias produzem aquilo que satisfaz a demanda interna. Para além deste fator, as famílias produzem com o que existe geralmente obtido do ciclo produtivo anterior. Esta situação sugere que as sementes para produção são processadas do ciclo anterior. Assim, depara-se que, todos os recursos oferecidos pela natureza (terra) são aproveitados, o que evidencia que o saber-fazer garante a produção dentro das possibilidades existentes na propriedade. Esta

situação foi evidenciada na pesquisa quando consultado da possibilidade do uso de semente híbrida e fertilizante.

“Não queremos usar outras sementes, temos sementes que produzimos sozinhos, depois teríamos que ir comprar na vila, o nosso problema não é semente, basta chover as plantas saem”. (Entrevista, 2015. Camponês M). Observado este discurso, percebe que a produção de subsistência está vinculada ao ciclo produtivo da unidade produtiva familiar, pois, as sementes são processadas do ciclo produtivo anterior, o que significa que, toda a produção é aproveitamento. Nesta perspectiva, muitos agricultores selecionam, organizam e armazenam as sementes, sem as quais não haveria a produção que satisfaça a demanda interna. Pelo fato dos chefes das unidades produtivas familiar do posto administrativo ser idosos e terem terras suficientes, eles optam pela melhor terra, geralmente a que está em volta da propriedade, aproveitando do saber fazer que garantisse a produção dentro das possibilidades existentes na propriedade.

Por conseguinte, parece contraditório, pois, é marca patente dos camponeses, a produção extensiva, pois, o camponês dispõe de terra suficiente, o que obrigaria uma produção extensiva. Mas, pelo fato da estrutura social camponesa, estar estruturada em função do número de consumidor, que, pelo número de trabalhador. Para o caso específico de Mahel, a concentração de idosos e a disponibilidade de terras suficientes para produzir, as famílias optam por utilizarem as melhores terras disponíveis, optando geralmente, as que estão em volta da residência.

Estas ações resultam da existência de terra (ativo natural) aliada ao modo de vida baseada no saber fazer camponês (ativo humano). Estes pontos sustentam a tese que os ativos humanos e naturais são os ativos mais importantes na perspectiva de produção camponesa de baixa renda.

Não utilizamos esse produto, a nossa produção é somente em outubro até março, neste período a terra fica em descanso, temos muito espaço para produzir, não há necessidade de gastar dinheiro, até porque essas culturas não precisam desses remédios, somente aqueles que produzem hortícolas precisam de remédio para dar as plantas. (Entrevista, 2015. Camponês M).

A partir do depoimento acima enunciado, percebe-se, que, a existência de terra suficiente para produção familiar permite aumentar crença que, os camponeses na atividade produtiva, não necessitam fertilizantes, uma vez que, durante um período significativo do ano, a terra permanece em estado de repouso. Nesse contexto, adoção

dessas sementes representa uma estratégia de reação, estando embasado no modo e na condição de vida campesina, que se caracteriza por produzir com o que existe na propriedade.

A ideia fundamental desta subseção pretendia esclarecer como a produção de subsistência, garantia a satisfação da demanda interna. A próxima seção abordará o baixo uso de insumo e as estratégias de meio de vida.

#### **4.2.3 Insumo externo na unidade produtiva familiar e satisfação da demanda interna**

Nas últimas décadas, agricultura passou por significativas transformações, decorrentes da modernização tecnológica, que se caracterizaram pelo uso intensivo de insumos produtivos de origem industrial. (SCHNEIDER, 2009). Como consequência, assiste uma alta produtividade agrícola. Entretanto, a alta da produtividade, carrega consigo algumas contrariedades, como a dependência constante por insumos agrícolas industriais

A ideia básica desta seção referente ao baixo uso de insumo externo e a satisfação da demanda interna. O intuito desta subseção é perceber como as famílias satisfazem a demanda interna com produção de baixo uso de insumo agrícola externo. Por isso, análise incidirá na importância de insumos internos na estratégia de meio de vida.

Vale mencionar que, a produção de baixo custo não significa necessariamente estagnação ou regressão, pois, dentro da produção campesina existe produção de novidade, que está relacionada com o aumento da eficiência produtiva como: culturas tolerantes à seca, diversificação da produção, diversidade produtiva (cultivo e criação de gado bovino).

Garcia Júnior (1989, p. 240), sustenta a ideia da novidade como uma estratégia de satisfação da demanda interna “cada agente tem um leque de estratégias reconversão que está na estreita dependência dos recursos disponíveis”. E para Ploeg (2008), o modo de produção camponês centra na coprodução entre a natureza viva e o homem, onde a natureza é convertida em bens e serviço a disposição do homem.

Sendo assim, importa referir que, neste tipo de produção, os recursos necessários para produção estão disponíveis no estabelecimento, sendo fortalecidos ao longo do

tempo. A fortificação dos recursos necessários visa à manutenção do ciclo normal da propriedade, contribuindo assim, para autonomia da unidade familiar. Para manter o ciclo, uma parte da produção é consumida no seio da família, outra parte é armazenada e transformada em insumo produtivo. Somente, depois de satisfeitos esses dois objetivos, a lógica do mercantil entra em ação.

Portanto, os camponeses para se livrarem dos custos monetários, desfaz-se dos insumos externos, procurando agricultura de baixo custo. Para lograr esse intento, as famílias mobilizam internamente (trabalho, capital, terra, conhecimento, animais, ração, forragem e serviços de máquinas), tornando uma produção autônoma ao mercado de insumo. Deste modo, a produção com baixo uso de insumo agrícola resulta do conhecimento local, tornando uma condição indispensável para o sucesso da produção, pois, o camponês escolhe a melhor alternativa de produção como: melhor semente, melhor cultura, melhor época para produzir etc. É importante realçar que, na produção camponesa, o aumento e melhoramento da área dependem essencialmente dos efeitos negativos ou positivos. No caso de ocorrer efeitos negativos que implique investimento adicional, o camponês não aderirá, pois, a sua ação está em torno da satisfação das necessidades internas com menor penosidade.

Importa ainda realçar que, a estrutura social do camponês está ligada a continuidade, apesar Schultz, citado por Ploeg (2008, p. 142) ter considerado modo camponês como um entrave ao desenvolvimento da própria agricultura. Segundo Schultz, as práticas tradicionais não conseguiriam ir além do impasse técnico, pois dependia apenas da natureza. O autor olhou o camponês como um ser de estagnação, estando condenando uma perda importância à medida que a modernização da agricultura se consolidava. Porém, vale elucidar que, o futuro no camponês é construído através do desenvolvimento alguns dos recursos específicos, dentro da disponibilidade que foram criadas no passado (endógeno), significando que não há ruptura com o passado. Por isso, considera-se agricultura camponesa como gerador de riqueza social, porque gera trabalho, alimento e renda (poupança em gado) em área reduzida. Portanto, o camponês executa todas as tarefas produtivas sem necessidade de recorrer ao auxílio externo

No caso do posto administrativo de Magude, as famílias para satisfazer a demanda interna na base do uso de insumo interno, elaboram estratégias na base do conhecimento existente (ativo humano). Nesse caso, o saber-fazer torna o elemento

chave, produzindo com base em técnicas sobejamente conhecidas (charruas e enxadas) conforme se visualiza na figura 13.

**Figura 13: Insumos internos da unidade produtiva familiar**



**Fonte:** foto do autor tirada no campo de pesquisa (2015).

Nesse sentido, a estratégia passa por uma reação, constituindo uma plataforma adotada pelos residentes do posto administrativo, uma vez que, o insumo provê da propriedade, sem necessidade de uso de outros insumos. Esta ação pressupõe a continuação de um modo de produção que não crie ruptura com uma estrutura previamente estabelecida. Estas ações levam concluir que, a estratégia está assente nos ativos humanos e ativos naturais, auxiliado pelo ativo social, pois há uma reciprocidade entre os camponeses, baseadas nos princípios de ajuda e troca mútua. Essa situação observou-se no aspecto referente ao uso de instrumentos de trabalho (charrua), pois, este meio de produção é utilizado por vários produtores, através da reciprocidade. Adoção desta prática está enraizada no modo de produção camponês do posto administrativo de Magude. Assim, assiste a ética de subsistência, os mais ricos auxiliam os mais pobres, mantendo assim harmonia social.

Assim, todos produzem mesma cultura, diferenciando apenas na produtividade, que resulta da diferenciação de número de membro por agregado aliada a diversificação da renda. Depara-se que as famílias que tiveram melhor produção são as tinham diversificados as rendas, que por sua vez, resulta do ciclo demográfico. Neste caso, eram as famílias cujos chefes dos agregados eram relativamente mais jovens.

Dentro da mesma lógica de produção, nota-se que pelo fato das famílias produzirem mesmas culturas, a comercialização ou doação Inter vizinho não ocorre, apenas sucedendo doações com familiares distintas, nesse caso, com familiares que residem nas cidades mais próximas. "Aqui ninguém vende para outro, porque todos somos produtores, somente doamos para nossos familiares que vivem na cidade, eles nos dão sal, açúcar, sabão, fósforo e petróleo". (Entrevista, 2015. Camponês M).

Assim, a doação em forma de retribuição também está ligada as tradições enraizadas no princípio de interajuda em situações cerimoniais (casamentos, funerais e colheitas), caracterizada pela produção de bebidas tradicionais, corte de lenha, transporte de água, etc. Nesse sentido, o ativo social representa uma estratégia de reação à seca, apesar de ter menor importância, que, as estratégias de reação, cuja são elaboradas com base em ativos humanos e naturais.

Ora, a ideia fundamental desta estratégia pretendia esclarecer como o baixo uso de insumo agrícola garantia a satisfação da demanda interna, neste caso, como a internalização dos custos na unidade produtiva familiar se transformava em uma estratégia de meio de vida. A próxima seção abordará a intensificação no processo de elaboração de estratégias de meio de vida.

#### **4.2.4 Intensificação do trabalho na unidade produtiva familiar e satisfação da demanda interna**

A intensificação como uma prática social e produtiva decorre de iniciativas visando à manutenção de uma produção que garanta a satisfação da demanda interna em primeiro lugar.

A ideia básica desta seção referente à intensificação do trabalho e a satisfação da demanda interna, com intuito de perceber a importância da intensificação no processo de satisfação da demanda interna. Segundo Garcia Júnior (1989, p. 240) "diante de um estoque de terra cada vez mais reduzido e simultaneamente as dificuldades de financiar o acesso a equipamentos modernos, o camponês faz uso de larga escala da intensificação do seu próprio trabalho e dos membros".

Isto significa que as famílias em situação de escassez de um dos fatores de produção (terra, mão-de-obra e capital), as famílias intensificam o trabalho para obter maior rendimento possível por unidade de espaço. No entanto, na unidade capitalista, a

maximização do rendimento sucede-se com ótima alteração do mercado, acompanhadas pela constante intensificação da mecanização da produção. Em contrapartida esta situação não se observa na unidade de produtiva campesina, por quanto, a intensificação ocorrer sem necessariamente à alteração do mercado. Assim, na unidade produtiva campesina, a intensificação ocorre simplesmente pela pressão das forças internas, isto é, devido à composição do agregado e ciclo demográfico. Portanto, na unidade de produtiva campesina, o aumento do produto anual depende do aumento de trabalho, isto é, as famílias terão de aumentar a quantidade e a qualidade de trabalho, para contrapor os limites naturais da própria unidade produtiva de campesina.

Entretanto, a quantidade e a qualidade da força de trabalho na unidade de exploração doméstica estão totalmente determinadas pela disponibilidade de membros capacitados nas famílias. Por isso, o conceito de família é importante no processo de elaboração de estratégias, pois o tamanho e a composição familiar determinam a quantidade e a qualidade da atividade agrícola e não agrícola na unidade produtiva familiar. Nesse sentido, o volume de atividade familiar depende totalmente do número de consumidor e não de trabalhador disponível na unidade produtiva familiar, o que quer dizer que, as estratégias são elaboradas para suprir o consumo e não em função da mão-de-obra existentes. Com efeito, o número de agregado familiar (consumidor) facilita na hora de escolher a melhor terra e a quantidade de áreas por explorar. Sendo assim, a racionalidade do setor familiar fica reféns da quantidade de consumidores existentes, o que pressupõe com a redução da força de trabalho no seio familiar obriga tecnificação interna e uso eficientes dos poucos recursos.

Segundo Chayanov (1966, p. 57) “na unidade de produção familiar, a extensão de produção é substituída pela intensificação da produção”. Nesse sentido, a taxa de intensidade de trabalho torna o mecanismo avaliativo, para suprir a ociosidade verificada na unidade produtiva, uma vez que, a produção adotando pelos camponeses apresenta quase que sempre dois períodos: um produtivo (estação do ano de maior frequência de precipitação) e improdutivo (estação do ano de menor frequência de precipitação).

No caso no posto administrativo de Magude, a estratégia passou pelo uso das melhores terras, geralmente as que estão localizadas em volta da residência. Avaliação da terra foi feita tendo em conta a mão de obra disponível na unidade de produção familiar (ativo humano), sendo que existem camponeses com idade relativamente

avançada e vivendo com mínimas condições vide nas figuras 14, o que conjuga que são indivíduos com fraca capacidade física.

**Figura 14: Chefes de agregados familiares verso idade**



**Fonte:** fotos do autor tiradas no campo de pesquisa (2015).

Desse modo, observa-se que os camponeses intensificam trabalho, através da redução da área destinada a produção, produzindo culturas de subsistências em áreas entre dois e cinco hectares, conforme se visualiza na tabela 17.

Outro senão que se pode enunciar nessa seção é o fato dos camponeses não necessitarem de adquirir ou arrendar as áreas para produção (ativo natural), uma vez que, dispõem terra suficiente para produzir. Durante a pesquisa, constatou que todas as famílias, obtiveram área para produção, por via de herança familiar, conforme se extraiu da tabela 16 referente ao modo de obtenção da terra. Nesse sentido, a utilização da terra está em função do limite da capacidade interna da família, o que pode parecer ser uma atitude irracional das famílias. Porém, existe uma racionalidade, pois, eles utilizam a terra em função da capacidade de explorá-la e principalmente dependente da necessidade do agregado, que está intimamente ligada ao princípio básico do camponesa: satisfação das demandas interna com penosidade.

No caso do posto administrativo de Magude, o contingente de idosos conforme se extraído da tabela 6 e da tabela 7, relativa idade e ao número de agregado por família.



A composição e número de agregado configuram como elementos fulcrais para elaboração de estratégia de meio de vida. Assim, com base no ciclo e na composição demográfica, as unidades produtivas intensificação e diversificação a produção, geralmente em áreas bem reduzidas conforme se extraí da tabela 17, dando primazia nas áreas de produção espaços a volta da residência.

Estas ações permitem concluir que, o ativo humano (idade) e o ativo natural (terra), se tornam os mecanismos para elaboração de estratégia de meio de vida, com base da intensificação da produção. A partir disso, percebe-se que são estratégias de reação, cujo responderem a uma situação pontual, marcada pela redução de precipitação. A partir da intensificação e da diversidade produtiva, as famílias procuram reduzir a penosidade do trabalho sem comprometer a satisfação da demanda interna.

Nessa subseção pretendia esclarecer como a intensificação do trabalho garantia a satisfação da demanda interna, nesse caso, como a intensificação do trabalho caracterizada pela produção na unidade produtiva campesina se transformava numa estratégia de meio de vida. A próxima seção abordará a diversificação no processo de elaboração de estratégias de meio de vida.

#### **4.2.5 Diversificação na unidade produtiva familiar e satisfação da demanda interna**

A diversificação de meio de vida vem ganhando notoriedade, principalmente quando se aborda a questão do desenvolvimento rural. (SCHNEIDER, 2009). Para Graziano da Silva, citado por Schneider (2009), a diversificação nos países em desenvolvimento seria resultado de três fatores: primeiro, a forte urbanização do campo, com expansão de novas atividades da cidade para o campo; segundo, a crise do setor agrícola, derivada das crises macroeconômicas e ambientais; terceiro, o limite do crescimento da produção agrícola, provocando ociosidade e subemprego no campo. No entanto, este diagnóstico, não se pode generalizar para todos os países em desenvolvimentos, uma vez que, muito dos países em desenvolvimentos ainda não se verificam transformações significativas, na econômica local, o que não permite o desenvolvimento do setor produtivo não agrícola. Nesse sentido, não se afirmar que, não haja diversificação, uma vez que, que a diversificação em si, é uma estratégia de meio de vida. Assim, a diversificação existe em todos os estratos sociais.

Por isso, a idéia básica desta secção referente à diversificação de meio de vida e a satisfação da demanda interna, com intuito de perceber a importância da diversificação de meio de vida no processo de satisfação da demanda interna. Portanto, análise incidirá no modo de vida dos que diversificam e os que não diversificam.

Segundo Ellis (2000), a diversificação se justifica pela característica da atividade agrícola: sazonalidade, riscos (choque, guerra, crise ambientais), etc., sendo por isso, que algumas famílias optam em ativar os seus portfólios para sobreviverem. Assim, adoção dos portfólios está relacionada com diversificação de meio de vida para reduzir a vulnerabilidade. Para Chayanov (1974), “a diversificação constitui uma estratégia de alocação da força de trabalho familiar frente aos condicionantes da unidade produtiva familiar”.

Contudo, vale mencionar que a agricultura de subsistência cria base para a diversificação das estratégias de meio de vida na unidade produtiva familiar, pois, os atores sociais (campeiros) diversificam as suas atividades, para obterem outras fontes de renda. Nesse contexto, vale mencionar que, sem a produção de subsistência, alguns camponeses não conseguiriam diversificar, pois, ficariam dependentes na totalidade da renda não agrícola para alimentarem.

Nesse sentido, pelo fato da produção agrícola campesina caracterizar por ociosidade, pois, o sistema de produção depende dos fatores naturais, marcando dois períodos improdutivos e produtivos. Para colmatar a ociosidade, eles optam pela atividade não agrícola para acrescentarem a produção, situação que permite que camponês possa trabalhar onde auferir salários baixos, pois, o salário transforma em um valor acrescentado a produção e conseqüentemente a satisfação de demanda interna.

Cabe lembrar que, a maioria dos indivíduos desenvolve atividade produtiva não agrícola para suprir as necessidades internas, com incidência naquela cuja unidade produtiva familiar não consegue suprir a demanda interna. Assim, a estratégia elaborada na unidade produtiva visa contrabalançar a fraca prestação da atividade produtiva agrícola, funcionando como mecanismo de racionalizar a mão-de-obra ociosa ou em estado de subemprego. Em relação à origem da diversificação da atividade não agrícola, constatou que das onze famílias em análises, as que diversificaram, tem origens distintas, conforme se extraiu da tabela 10. Desse modo, notou-se que a renda não agrícola provinha do setor público e do setor privado, isto é, da função pública; do serviço comunitário e do trabalho por conta própria, neste caso carvoeiro. Nesse caso,

constatou-se que 27.3% das famílias tinham diversificado a sua atividade e as restantes 72.7% tinham na atividade agrícola a sua única fonte de sobrevivência.

Há que destacar que, dos 72.7% que tinham monoatividade, os responsáveis dos agregados tinham idade superior a 60 anos, o que comprova que a idade e o número de membro por família são responsáveis pela adoção de estratégias de meio de vida, por via da diversificação na unidade produtiva familiar.

Contudo, importa ainda referir que, ao incluir atividade pecuária como estratégia de diversificação nota-se que o número de diversificados aumenta para 36.4%, uma vez que, somente indivíduos com capacidade de aquisição têm exercem atividade de pecuária. A atividade de pecuária carece de investimentos pessoais, não havendo política de fomento a pecuária. Nesse sentido, como foi referido, as famílias pesquisadas, geralmente apresenta uma média de três membros por agregado, com idade superior a 65 anos de idade, praticando o cultivo em pequenos espaços.

Vale mencionar que, das 27.3% famílias que diversificaram a renda, esperava-se que adotassem estratégia de adaptação, pois pressupõe que teriam condições materiais e sociais para tal. Entretanto, nenhuma família adotou estratégia de adaptação. Assim, ficou evidente que as famílias apresentaram estratégias de reação, sendo visível no estilo de vida, caracterizada por produção de culturas tolerantes á seca, baixo uso de tecnologia, e principalmente produzindo para subsistências.

Outro ponto que importa destacar, se refere à diversificação e as relações de gênero e de poder na unidade produtiva familiar. Nesse aspecto, procurou-se verificar que se a retirada de um membro podia impactar na atividade agrícola.

No caso do posto administrativo de Mahel, a responsabilidade pela atividade agrícola está para ambos os sexos, sendo causado pelo fato dos responsáveis pelos agregados apresentarem idade avançada. Ora, pelo fato de apresentarem idade avançada, eles apresentam pouca disponibilidade para exercer atividades fora do posto administrativo. Está situação é agravada pelo fraco desempenho da economia local, estando assente na produção para auto abastecimento, fechando assim a possibilidade de trabalhos não agrícola para ambos os sexos, principalmente para os que apresentam idade avançada.

Nesse âmbito, como foi referenciado, as famílias que diversificaram são aquelas que os chefes do agregado têm idades relativamente baixas, o que pressupõe que a diversificação está assente mais na habilidade e na capacidade de leitura e escrita. Este

dado foi constatado no depoimento e na característica dos chefes. Desse modo, percebe-se que as características que mais pesaram foram à idade e o nível de escolaridade do chefe do agregado. Ao observar estes pontos, percebe que todos os chefes do agregado têm idades acima de 35 anos, com uma maior frequência na faixa etária acima de 65 anos de idade. Relativo ao nível de escolaridade dos chefes de agregado constatou que 45.5% não sabiam ler nem escrever.

Esta situação prova tese que, quando maior for idade do indivíduo no posto administrativo, menor é o grau de escolaridade. Assim, percebe dos três depoimentos abaixo, que a idade e a capacidade de leitura determinaram na diversificação das suas atividades. No primeiro depoimento “fui escolhido para fiscalizar os recursos da comunidade”. (Entrevista, 2015. Camponês M). A partir deste declarante, percebe que, foi escolhido pelo fato de ter a capacidade de escrever e de leitura, visto que o fiscalizador tinha 47 anos de idade e nível básico. O segundo depoimento “entrei no corte e na queima do carvão, porque a produção (agrícola) já não satisfazia a necessidade daqui (em casa). Com o dinheiro de corte, compro comida para aqui (em casa)”. (Entrevista, 2015. Camponês M). Ora, percebe que a capacidade física determinou para adoção desta atividade, pois era o chefe de agregado mais jovem, com 35 anos de idade. Importa ainda referenciar que, era uma mulher, o que demonstra que há mudanças nas relações de poder e de gênero, pois atividade de corte e queima da lenha, configurava como atividade masculina. Por fim, o terceiro depoimento segue a mesma lógica dos dois depoimentos acima mencionados. Para este caso, o nível de escolaridade determinou na diversificação, “sou funcionário público, presto serviços à comunidade”. (Entrevista, 2015. Camponês M). Convém mencionar que possuía nível básico e 57 anos de idade.

Portanto, a idade tornou o fator essencial para diversificação que o nível de escolaridade. Esta tese pode constatar no depoimento a seguir, uma vez que, com base no depoimento percebe que, o declarante possuía habilidades para exercer atividade não agrícola. “Somos idosos, não temos mais idade para sair à procura de outras atividades, antes eu era costureiro”. (Entrevista, 2015. Camponês M). O último depoimento demonstrou que, a idade e a economia local pesam mais na opção por atividade não agrícola, pois, todos os agregados desenvolvem atividade agrícola.

Vale mencionar que, apesar de idade ser um dos fatos para a diversificação, ela não impede, pois, a existência de poucos braços na unidade produtiva familiar, obriga

que, os idosos tenham de trabalhar para garantir seu sustento. A inexistência de política pública fortes para os idosos (previdência social) obriga a dependência do setor agrícola. Segundo Francisco (2013, p. 371),

[...] o número de idosos tem aumentado mais rapidamente, uma tendência que deverá manter-se e ampliar ao longo do presente século, assumindo que este grupo populacional continuará a beneficiar dos ganhos na esperança de vida [...]. O problema real da população moçambicana é o seu baixo nível de produtividade e de produção, o que contrasta com a elevada e crescente dependência infantil, em termos relativos e absolutos, bem como com uma elevada participação, mas pouco produtiva em atividade econômica dos três principais grupos geracionais (crianças/infantis/adolescentes; Jovens/adultos; e idosos). A Participação de grande parte da população em atividade produtiva de bens e serviço, incluindo pessoas com idade tanto superior ou inferior à idade convencionado como ativo e produtivo não é surpresa. Isto se deve ao baixo nível de tecnologia e à baixa efetividade (eficácia e eficiência) institucional e de organização de mão de obra prevalentes na sociedade [...] Enquanto cerca de 80% da geração de idosa a permanece economicamente ativo praticamente até a sua morte, correspondendo ao modelo de poupança precária e dependência externa prevalente do atual modelo de desenvolvimento econômico.

Assim, das 72.7% famílias monoatividade, não se verificam nenhuma situação de discriminação baseado no gênero, pois todos os membros da unidade trabalham. Em relação a esse ponto, vale enunciar que, em as famílias que diversificaram apenas uma família era chefiada por uma mulher.

Convém ainda mencionar que, as famílias pluriativas apresentam melhores condições de vida, visto que a renda adicional permite aquisição de bens de consumo e de produção, proporcionando assim, maior estabilidade financeira e produtiva, como se pode visualizar na figura 15.

**Figura 15: Bens de consumo e de produção das famílias que diversificaram atividade agrícola**



**Fonte:** fotos do autor tiradas no campo de pesquisa (2015).

Portanto, com renda da atividade não agrícola, as famílias conseguem contrapor a baixa produção e baixa produtividade, através de investimento na agricultura de subsistência em primeiro lugar e investimento na melhoria de habitação.

Em relação à estratégia de reação ou adaptação em função a diversificação, constatou que, as famílias do posto administrativo de Mahel, elaboraram estratégia de reação. Ainda vale mencionar que, a diversificação é uma prática estabelecida no seio das comunidades rurais em Moçambique, principalmente as do Sul do país. A prática da diversificação na região Sul terá iniciada no período da colonização portuguesa, mas concretamente no início da ocupação efetiva da administração portuguesa, mas concretamente, após o derrubo do império de Gaza, em 1895, na batalha de Coelesa, representando a última resistência moçambicana contra a colonização portuguesa. (RITA-FERREIRA, 1982).

A ideia fundamental dessa subseção era perceber como a diversificação garantia a satisfação da demanda interna. A próxima seção abordará o financiamento no processo de elaboração de estratégias de meio de vida.

#### **4.2.6 Financiamento da unidade produtiva familiar e satisfação da demanda interna**

Importa referir que, que existe dificuldade em obter informações relativas às fontes de financiamentos para produção agrícola. Ora, a dificuldade em obter informações referentes ao pacote de financiamento, surge do desconforto dos entrevistados em abordar temática ligada à proveniência de renda da atividade não agrícola. Outro ponto que convém mencionar é a importância do financiamento no processo de elaboração de estratégia de meio de vida, principalmente estratégia de adaptação.

A ideia básica desta seção referente ao financiamento e a satisfação da demanda interna, com intuito de perceber a importância do financiamento para satisfação da demanda interna, por meio da renda não agrícola<sup>9</sup>. Por isso, a análise incidirá no modo de vida dos que têm o financiamento e os que não têm o financiamento.

Nessa perspectiva, vale enunciar que, as famílias solicitam financiamento, se o futuro investimento for vantajoso para a unidade produtiva familiar. Portanto, as famílias fazem cálculos, optando pela mobilização de empréstimo que cubra as despesas internas sem comprometer a segurança da propriedade. Diante dessa circunstância, a renda adicional torna-se o fator para expansão ou não de crédito na unidade de produção familiar.

Ainda salientar que, a exploração familiar tem a mesma lógica da exploração mercantil, usando o princípio de maximização das potencialidades e o princípio de minimização das fraquezas (satisfação das necessidades internas e minimização da penosidades). Porém, a diferença está na perspectiva do lucro, uma vez que, na exploração familiar, o lucro é avaliado em função da satisfação das necessidades internas e minimização da penosidade.

Em casos de ocorrências de alguns desastres, as famílias dificilmente recorreriam ao mercado de crédito, pois, não estaria disposto a retirar uma parcela do

---

<sup>9</sup> Considerou toda a renda surgida de atividade não agrícola. Porém, vale importa referir que foi incluída atividade agrícola desenvolvido fora da propriedade, pois tem o título de trabalho remunerado.

seu rendimento destinado ao consumo. Por essa razão, muitas famílias preferem elaborar estratégias de reação, porque através desta estratégia garante em primeiro lugar a satisfação da demanda interna em alimento para auto abastecimento evitando assim grandes cavalgadas.

Nesse âmbito, para minimizar a penosidade e satisfazer as necessidades internas, as famílias procuram estar à margem dos mercados externo de bens de consumo, o que significa que a flutuação do preço de mercado externo de bens de consumo não abala à produção campesina. Isto sucede devido ao princípio estabelecido pelos camponeses, primeiro satisfazer a demanda interna por via armazenamento de um estoque que garante o consumo e a produção de semente para próxima safra. Assim, a produção para auto abastecimento está direcionada para a satisfação da demanda interna. Este ponto foi constatado durante a pesquisa. “Não queremos usar outras sementes, temos sementes que produzimos sozinhos, depois teríamos que ir comprar na vila, o nosso problema não é semente, basta chover as plantas saem”. (Entrevista, 2015. Camponês M).

Desse modo, o princípio econômico usado pelo camponês segue o mesmo princípio dos demais produtores, comprar a preço baixo e vender somente se os preços forem favoráveis, sendo que, para os produtores focalizados no mercado, o objetivo está na venda mais rápido possível do estoque disponível.

Nesse âmbito, a preferência do camponês pela produção de subsistência deve-se em virtude de permitir em primeiro lugar o consumo interno e depois a venda. Entretanto, a lógica do lucro está em primeiro lugar à venda para posterior aquisição de bens alimentares. “Temos de cultivar primeiro aquilo que nos alimenta”. (Entrevista, 2015. Camponês M).

Nessas condições, as culturas de subsistências transformam ao mesmo tempo moeda de troca e de consumo, significando que, a venda dos produtos na unidade produtiva visa somente suprir o que faz falta na propriedade, situação inversa nas culturas de rendimento, cuja finalidade é apenas a comercialização. Em função disso, a forma de observar, calcular, planejar e organizar processos produtivos apresenta algumas diferenças particulares, onde a produção de subsistência contínua menos envolvida no circuito de mercado (mandioca, abobora, gergelim, milho, melancia, etc.), focalizando diretamente para consumo familiar.

Entretanto, ao referir a lógica de produção para auto abastecimento, não exclui comercialização, pois, dentro da lógica campesina há produção por alternatividade e



flexibilidade como sustentaram Garcia Júnior (1989) e Herédia (1979) respectivamente. Em razão disso, assume-se que as famílias acionam a alternatividade ou a flexibilidade somente depois de satisfeita a demanda interna.

Ora, alternatividade não se restringe apenas na produção agrícola, neste caso na policultura, incidindo também na produção pecuária de grande porte. A pecuária funciona como poupança. Mantendo segurança na unidade produtiva familiar. O gado geralmente é acionado em situações especiais como casamentos, cerimônias fúnebres, fome, estudos, etc. As famílias com capacidades de adquirir gado bovino e caprino investem na pecuária, tornando mais estáveis que as famílias que não têm capacidade de adquirir. O gado bovino para além de garantir poupança para as unidades produtiva famílias, serve como meio de trabalho na produção agrícola. Para este caso, importa referir que, as famílias que possuem o gado bovino, emprestam as famílias que não possuem, mantendo reciprocidade entre vizinhos. Esse ato permite que haja moral de subsistência, onde os mais ricos procuram minimizar o sofrimento dos mais pobres.

**Figura 16: Poupança em forma de gado bovino e caprino**



**Fonte:** fotos do autor tiradas no campo de pesquisa (2015).

No caso das culturas de rendimentos é inquestionável a capacidade de proporcionar renda monetária por unidade de tempo de trabalho. Mas muitas famílias não aderem porque não há paixão, o que significa que migra sempre para o ramo que está a proporcionar maior taxa de lucro. Entretanto, para o caso de produção de

subsistência, os camponeses procuram responder com estratégias, desse modo não altere o modo vida estabelecido.

Ora, convém mencionar o agricultor de subsistência como um tipo social, que procura garantir a demanda interna. Assim, a produção visa satisfazer o consumo. A introdução de qualquer cultura deve estar assente na produção que garante o auto abastecimento. Esta situação comprova o fato das culturas mandioca e amendoim serem introduzidas para satisfazer a necessidade alimentar, aproveitando da sua tolerância à seca.

Em razão disso, percebe que os agregados elaboram estratégia de reação as mudanças climáticas, adotando culturas que não requerem investimentos adicionais, somente aproveitando dos ativos disponíveis. A partir desta constatação, percebe-se que, o saber fazer (humano) e a disponibilidade de terra para produzir (natural), proporcionam uma produção que garante a demanda interna "sobrevivência" das famílias camponesa do posto administrativo.

A entrada de financiamento na unidade produtiva poderia ser por via de transferência social pública, pois existe um fundo (subvenção em dinheiro) com característica microcrédito, disponibilizado pelo governo distrital<sup>10</sup>. O fundo foi criado em 2005, no âmbito da descentralização administrativa, focalizando o distrito como pólo de desenvolvimento. O fundo primeiramente estava destinado para o desenvolvimento de infraestruturas locais (fonte de água, salas, expansão de energia de baixo custo, produção de pequena escala). Em 2006, o fundo foi reorientado, passando para o estímulo das atividades econômicas (fomento de produção de pequena escala, criação de animais de pequena escala, produção pesqueira, agroindústria, comercialização formal ou informal, empresas de prestação serviço administrativo, etc.). Assim, cada mutuário deveria devolver, pois a ideia do fundo é a rotatividade entre mutuários.

A idealização do fundo era para gerar: empregos, renda e alimento, no distrito. Assim, os distritos se posicionaram como pólo de desenvolvimento através de monetarização rural, pois existia distrito que não tinham agências bancárias. Com isso, os órgãos locais passaram a responder pela bancarização das zonas rurais.

---

<sup>10</sup> O distrito, a unidade administrativa de categoria regional, uma vez que a divisão administrativa moçambicana segue a seguinte lógica: país, província, posto administrativo, e localidade.

Importa mencionar que, apesar de existir este microcrédito, há dificuldade no acesso, o que torna um entrave para sucesso, uma vez que o acesso passa por uma aprovação do conselho de representante local. O conselho de representante local representa a entidade responsável pela aprovação das propostas de projeto. Salientar que um dos pontos que se observa para deliberação é a capacidade de reembolso do projeto, sem perder de vista aos objetivos previstos: emprego, renda e produção de alimento. Segundo Francisco (2013, p. 183) “[...] em todos os distritos nota-se uma ineficácia no reembolso, uma vez que não transparência na alocação dos fundos como foi provado que a grande maioria dos beneficiários pertencia ao conselho de representação local”.

Para além, deste fator, há que salientar que houve pouco reembolso, causado pela inviabilidade dos projetos, pois não geraram emprego, renda e produção de alimento. Por fim, a percepção dos mutuários, pois, os mutuários pensavam que fundo era uma subvenção, isto é, uma oferta de Estado.

Em relação área de estudo, importa mencionar que a entrada de financiamento na unidade produtiva é fraca, uma vez que apesar de existir este serviço público de microcrédito, apenas duas famílias em análise, podem ter acionado este serviço. O baixo acesso pode estar relacionado à necessidade de submissão de projeto que demonstre a capacidade de gerar emprego, renda e produção de alimento.

Em suma, a economia local e principalmente a característica sociodemográfica das unidades produtivas em análise, influenciam no baixo acesso a ao fundo, visto que, em geral, os responsáveis dos agregados têm baixo nível de instrução, o que dificulta na formulação de projeto. Para além deste fator, o fraco acesso deve-se ao fato de produzir auto abastecimento, que se caracteriza por uma produção centralizada no baixo uso de insumo externo e na autoprodução. Estas situações fazem para que acesso a renda seja relativamente baixa, situação que e pode extrair da tabela 9, onde apenas 18.18% de famílias que acessaram a renda não agrícola.

A ideia fundamental dessa estratégia era esclarecer como o financiamento garantia a satisfação da demanda interna.

## 5 CONCLUSÃO

A dissertação focaliza está nas estratégias de meio de vida das famílias camponesas do distrito de Magude, posto administrativo de Mahel, à luz das mudanças climáticas. Desse modo, o estudo focaliza nas estratégias de meio de vida que, as famílias campesinas adotam para enfrentarem a seca, a partir dos ativos disponíveis na unidade produtiva familiar.

Sendo assim, o primeiro passo foi o estabelecimento das bases teóricas do tema em alusão: modo de vida campesina, percepção ambiental, e a estratégia de meio de vida. Nessa sequência, a dissertação fluiu com uma relativa facilidade, porque, essas abordagens iam ao encontro do objetivo proposto. Em primeiro lugar, a questão do modo de vida campesina, visto que o grupo alvo apresenta característica campesina, em segundo lugar, a percepção ambiental, que, também faz parte do enfoque da dissertação, na vertente da percepção dos impactos das mudanças climáticas, por fim, a estratégia de meio de vida, o centro da pesquisa. A estratégia de meio de vida é o centro da pesquisa, porque, a dissertação focaliza nos ativos que, as famílias adotam para enfrentamento das mudanças climáticas.

Em relação à parte empírica, identificou-se que, as famílias no posto administrativo de Mahel estavam em situação de vulnerabilidade a um risco (seca), consubstanciadas pela estrutura sociodemográfica (idade e número de agregado por unidade produtiva familiar). As unidades produtivas familiares eram compostas na sua maioria por idosos e crianças, vivendo em agregados em média de três membros. Para além desses fatos, vale enunciar que quase metade dos chefes das unidades produtivas são analfabéticos (45.5%) e monoativos (63.6%).

A partir daí, confirmou-se que, as três hipóteses que norteiam a pesquisa. Desta forma, constatou se que, as estratégias são elaboradas tendo em conta a disponibilidade dos ativos na unidade produtiva familiar. Além disso, comprovou-se que, os fatores internos (domiciliarias) influenciam mais que os fatores externos (extradomiciliares). Por fim, comprovou-se que, as estratégias giram em torno da satisfação da demanda interna com menor penosidade, isto é, as famílias procuram em primeiro lugar estratégia que os permitem sobreviver.

A primeira hipótese considerava que, as famílias elaboram estratégias de meio de vida. Este pressuposto foi evidenciado, uma vez que, as famílias elaboram estratégias

de meio de vida, sendo influenciada pela disponibilidade e pela capacidade de mobilizar os ativos. Portanto, as estratégias de meio de vida na área de pesquisa estavam entorno dos ativos (humanos e naturais) e muito pouco em função dos restantes ativos (sociais, financeiros, e físicos). Os ativos humanos e sociais em si representam uma resposta que os camponeses adotam para manter o modo de vida camponês, com menor penosidade. Desse modo, a mobilização desses ativos não representa um fardo para o modo de vida camponês, pois, a mobilização desses ativos representa uma alternativa de sobrevivência e de melhoria na qualidade de vida.

A segunda hipótese assumiu que, as famílias elaboram as estratégias de meio de vida em função aos ativos disponíveis na unidade produtiva familiar. Ora, como se afirmou no parágrafo anteriormente, as famílias elaboram estratégias de meio de vida em função da disponibilidade e da capacidade de mobilizar, tendo em vista em primeiro lugar à sobrevivência dentro de um modo de vida camponês. Nesse sentido, as famílias mobilizam os ativos que não entram em choque com o modo de vida camponês. Vale mencionar que, dentro do leque de possibilidade, as famílias camponesas do posto administrativo de Mahel mobilizam em primeiro lugar, o ativo humano (saber-fazer) e em segundo lugar, o ativo natural (terra). Os restantes ativos têm pouca expressividade em relação os dois primeiros. Contudo, é possível observar que, as famílias mobilizam o relacionamento entre pares, geralmente, por via da ética de subsistência, o que significa que as famílias adotam o ativo social. O gado bovino permite adquirir bens de consumo representando poupança para casos emergenciais: casamento, cerimoniais fúnebres, estudos, etc., o que significa que, um grupo restrito tem ativo financeiro, pois, apenas um grupo restrito possui o gado bovino; por fim, o ativo físico, que quase nenhuma família mobilizou, visto que, os indivíduos mobilizam os ativos em função da disponibilidade do ativo e da capacidade de mobilizar, situação que não se verificou nesse ativo, dada ao fato da indisponibilidade deste ativo nas unidades produtivas familiar.

Desse modo, o saber fazer (ativo humano) foi o ativo que mais influenciou na elaboração de estratégia de meio de vida, cujo, depende dos fatores sociodemográficos. Desse modo, vale mencionar que, as famílias produziam em função do saber-fazer: adoção de culturas tolerantes à seca (a mandioca, o amendoim, a melancia e o milho), sendo que são culturas de subsistências e de alternatividade. A partir disso, as famílias

garantem a satisfação da demanda interna em alimento, depois em sementes, por fim, em produtos que pode se comercializar.

Em relação ao ativo natural, a sua adoção depende da disponibilidade de terra, da água, e da vegetação. Para essa pesquisa, verificou que os ativos naturais têm uma expressividade na vida das famílias pesquisadas. A expressividade desse ativo resultou em muito pela contribuição da terra, porque é nela onde as famílias produzem o seu alimento. Vale salientar que, todas as famílias obtiveram terra por herança familiar. Portanto, todas as famílias tinham terra para produzir, o que permitiam elaborar estratégias de meio de vida com base na terra. Neste sentido, os residentes no posto administrativo reduziram área de produção, para atender o princípio básico do campesino, que centraliza a produção para atender o nível de consumo da unidade produtiva. A adoção desta estratégia deriva dos fatores sociodemográficos (idade e número de agregado por unidade produtiva familiar). Em relação à vegetação, confirmou se que, este ativo representa uma componente na estratégia de meio de vida, pois, possibilita a comunidade dispor o combustível lenhoso. Para além, do combustível lenhoso, a vegetação permite o processamento da lenha em carvão vegetal que é comercializado. A partir da comercialização, as famílias melhoram a qualidade de vida, o que significa que, pode considerar a vegetação como um ativo financeiro. O que se pode colher em relação ao processamento do carvão de vegetal, é o fato de a capacidade física determinar na prática desta atividade, pois, de todos os agregados pesquisados, apenas um agregado dedica o processamento, sendo o chefe de agregado mais novo, o que pressupõe que dispõe capacidades físicas para tal. Salientar que, a questão de gênero deixou de ser um impedimento para prática desta atividade, pois, o que determina é a capacidade física. Neste âmbito, constatou que para além de ser o chefe de agregado mais novo, era uma mulher jovem. Em relação à água, convém mencionar que, ela não tem impacto positivo para unidade produtiva familiar, uma vez que, as fontes de água parada (fontenária) e bem como as fontes de água corrente (riacho) são escassas. Contudo, se deve referir que, as famílias sobrevivem com base num uso racional das águas correntes dos riachos, baseando no uso do mínimo necessário.

Em relação ao ativo social, convém mencionar que estar associado significa ter benefícios adicionais. Para caso específico do posto administrativo de Mahel, os residentes associados são os criadores de gado bovino, cujo debatem a questão do roubo ou furto de gado bovino. Vale mencionar que, constatou que, as famílias mais ricas

estabeleciam laços de reciprocidades com as famílias mais pobres, neste caso específico, através empréstimo instrumento de trabalho. Nesse sentido, as famílias mais ricas minimizavam o sofrimento das famílias mais pobres. Para além desse fator, as famílias estabeleciam a reciprocidade, entre os parentes nos centros urbanos fornecem produtos processados em troca recebem uma parte da produção.

Em relação ao ativo financeiro, importa referir se caracteriza pela capacidade de permitir aquisição de outro bem para o consumo ou para a produção. Assim, para caso do posto administrativo, o gado bovino representou um dos principais o ativo financeiro, pois através do gado bovino as famílias têm poupança, que lhes permite garantir dinheiro para aquisição de bens de consumo e de produção em períodos de aflição.

Por fim, em relação ao ativo físico, vale mencionar que, no posto administrativo de Mahel, esse ativo não tem muita expressividade, uma vez que, a maioria da população do posto administrativo não dispõe de ativo financeiro que possam adquirir infraestruturas de produção, neste caso, ativo físico. Para contrapor ausência dos ativos físicos e financeiros, as famílias acionam os ativos humanos, elaborando estratégias tendo em conta a sua capacidade interna que está ligada aos fatores sociodemográficos.

A terceira hipótese consagrava que as estratégias de meio de vida derivam dos fatores sociodemográficos (idade e número de agregado), o que significa que os fatores internos influenciam mais que os fatores externos. Este pressuposto foi constatado, uma vez que, na sua maioria os chefes dos agregados das unidades produtivas familiares pesquisadas tinham acima de 65 anos de idade, representando (54.5%), vivendo em agregados composta por três membros por unidade produtiva familiar.

Perante este cenário, verificou que, os residentes no posto administrativo de Mahel elaboram estratégia de reação que passa por um conjunto de estratégia visando à manutenção do modo de vida campesina, dentro das possibilidades existentes. Assim, essas estratégias visam responder a uma situação pontual (seca). A opção pela estratégia de reação em detrimento das estratégias de adaptação deriva pelo fato das estratégias de adaptação exigir que a unidade produtiva familiar disponha de um conjunto de condições materiais e sociais.

Entretanto, durante a realização dessa pesquisa detectou-se alguns limites, resultantes da própria estrutura social dos espaços rurais moçambicanos. Segundo Araújo (1997, p. 34), os povoamentos rurais moçambicanos correspondem a um

conjunto de casas isoladas, vinculadas diretamente a um tipo de atividade que está assente num baixo uso tecnologia; posse e uso de terra, e o fraco sistema de comunicação. Assim, o número de famílias a pesquisar estava condenado a ser menor, uma vez que, ao aumentar amostra, implicaria o aumento da população no espaço. Aumentar a amostra no espaço significaria alteração das estratégias, uma vez que, estaria a alastrar as estratégias, pois as estratégias estão associadas à disponibilidade de ativos na unidade produtiva familiar. Outras limitações estavam relacionadas com própria população, que carrega em si recordações do conflito armado que lhe atingiu durante 16 anos, o que significa, para a realização de qualquer pesquisa deve haver certo grau confiança entre o pesquisado e pesquisador. A pesquisa aconteceu graça a confiança que os pesquisados tinham em relação ao pesquisador. Ainda nesse âmbito, salientar que, abordar tema relacionado com modo e meio de vida não é tarefa fácil, principalmente quando pretende abordar questões ligadas ao ativo financeiro (gado bovino). Por fim, o último limite encontrado durante a pesquisa está relacionado à estrutura organizacional dos espaços rurais moçambicanos, onde todas as famílias mantêm certo grau de convivência. Assim, qualquer pesquisa que se pretende realizar nessa comunidade, implica submeter-se a uma estrutura, onde primeiramente, o pesquisador é indicado o indivíduo considerado mais capacitado, geralmente baseado na capacidade de leitura e escrita. A partir disso, o pesquisador fica limitado, uma vez que, o primeiro entrevistado abordara quase todos os pontos de forma exaustiva, o que satura as entrevistas subsequentes.

Em relação o limite da abordagem, vale mencionar que está relacionado com a operacionalização abordagem de meio de vida de Ellis. Operacionalizar abordagem de Ellis torna-se mais fácil quando se adota o método quantitativo, dada a dificuldade em qualificar os ativos. A dificuldade em qualificar os ativos, reside no fato da subjetividade das atribuições de um ativo. Desse modo, percebe-se que os ativos são circulantes, dependendo da funcionalidade para unidade produtiva familiar. Exemplificando: o gado bovino, ele representa um ativo financeiro, mas também social e físico, pois, representa uma poupança (financeiro), que por sua vez meio de trabalho na produção (físico), e ainda social, porque mantém coesão, através da ética de subsistência, onde as famílias mais ricas emprestam aos mais pobres, como forma de minimizam o sofrimento dos mais pobres.



Sublinhar que apesar dos limites pode assumir que a pesquisa cumpriu o objetivo proposto, uma vez que apresentou o panorama geral das estratégias de meio de vida do posto administrativo. As estratégias como foi enunciado estão relacionados com estrutura sociodemográfica. Em consonância disso, as estratégias estão vinculadas no saber fazer, que por sua vez, está vinculada a estrutura sociodemográfica.

Como foi referido, o objetivo proposto foi atingido, desse modo, espera-se que a dissertação contribuía para a revalorização da temática campesina, caracterizada por um modo de vida em pequenos territórios, produzindo na propriedade e em ambiente natural. Para além da temática campesina, espera que os resultados possam contribuir com novos elementos nas temáticas de percepção ambiental e suas respectivas estratégias de meio de vida, em contexto de extremas carências. As novas políticas públicas deverão ser direcionadas nas estratégias de meio de vida em função dos ativos disponíveis na unidade produtiva familiar, que para caso em análise, as estratégias deviam concentrar na população idosa. Portanto, a dissertação irá ajudar na formulação de políticas que incidem no desenvolvimento de local em contexto rural, visando o rejuvenescimento dos espaços rurais.

Para além de temas acima referidos, a dissertação pode contribuir para despertar em temas como migração campo – cidade e urbanização culminando com: desemprego, subemprego, proliferação de *shanty towns*<sup>11</sup> nos espaços urbanos e despovoamento, envelhecimento dos espaços rurais

---

<sup>11</sup> Designação em inglês que significa em Moçambique bairro de caniço, no Brasil favelas, em Angola muceques, em Portugal bairro de latas. (ARAÚJO, 1997, p. 30).

## REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 2. ed. São Paulo; Campinas: HUCITEC, 1998.
- ALVES, F; FERREIRA, E. A importância das teorias agrárias para a geografia rural. **Mercator**, Revista geográfica da UFC, São Paulo, ano 8, n. 16, 2009.  
Disponível em:  
<<http://www.mercator.ufc.br/index.php/mercator/article/viewArticle/223>>. Acesso em: 22 jun. 2014.
- ARAÚJO, M. **Geografia dos povoamentos e assentamentos rurais e urbanos**. Maputo: Livraria Universitária da UEM, 1997.
- ARAÚJO, M. **O sistema das aldeias comunais em Moçambique; transformações na organização de espaço residência e produtivo**. 1988. Dissertação (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa, 1988.
- ARAÚJO, M.; RAIMUNDO, I. **Evolução do pensamento geográfico: um percurso na história do conhecimento da terra e das correntes e escolas geográficas**. Maputo: Livraria Universitária da UEM, 2002.
- BARRET, C.; REARDON, T; WEBB, P. Nonfarm income diversification and household livelihood strategies in rural Africa: concepts, dynamics, and policy implications. **Food Policy**, v. 26, n. 4, p. 315-331, Aug. 2001.
- BASSANI, M. Fatores psicológicos da percepção da qualidade ambiental. In: MAIA, N. et al. (Org.). **Indicadores ambientais: conceitos e aplicações**. São Paulo: Educ/comped/INEO, 2001. p. 47-57.
- BECK, U. **Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade**. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2011.
- CENTRO NACIONAL DE CARTOGRAFIA E TELEDETECÇÃO – CENACARTA (Moçambique). [Magude]. Maputo, 2015.
- CHAVANA, R. **Estudos de cadeia de valor de carvão no sul de Moçambique: relatório preliminar de pesquisa**. N°10P. IIAM. Maputo, 2014.
- CHAYANOV, A. **La organization de la Unidad econômica campesina**. Buenos Aires: Nueva Vision, 1974.
- CHAYANOV, A. **The theory of peasant economy**. Manchester: Manchester University Press, 1966.
- DEL RIO, V. Cidade da mente, cidade real: percepção e revitalização de áreas particulares do Rio de Janeiro. In: OLIVEIRA, L.; DEL RIO, V. (Org.). **Percepção ambiental: a experiência brasileira**. São Paulo: Studio Nobre, 1996. p. 3-22.

DOUGLAS, M.; WILDAVSKY, A. **Risco e cultura: um ensaio sobre a seleção de riscos tecnológicos e ambientais.** Rio de Janeiro: Elsevier Campus, 2012.

ELLIS, F. Household strategies and rural livelihood diversification. **Journal of Development Studies**, London, v. 35, n. 1, p. 1-38, 1998.

ELLIS, F. **Rural livelihood and diversity in developing.** Oxford: Oxford University Press, 2000.

ELLIS, F.; ALLSON, E. **Livelihood diversification and natural resource access.** [S.l.]: FAO, 2004.

FAGIONATTO, S. **O que tem haver percepção ambiental com educação ambiental?** São Paulo, 2007. Disponível em: <<http://WWW.educar.sc.usp.br>>. Acesso em: 15 out. 2015.

FRANCISCO, A. “Ação social produtiva” em Moçambique: uma falsa solução para um problema real. In: BRITO, L. (Org.). **Desafios para Moçambique 2013.** Maputo: IESE, 2013. Disponível em: <[www.iese.ac.mz](http://www.iese.ac.mz)>. Acesso em: 14 out. 2015.

GARCIA JÚNIOR.; A. R. **O sul: o caminho do roçado.** Estratégias de reprodução camponesa e transformação social. São Paulo: Marco Zero; Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1989.

GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. A produção da autonomia: os papéis do autoconsumo na reprodução social dos agricultores familiares. **Revista Estudos Sociedades e Agricultura**, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, v. 1, n. 15, p. 89-122, 2007.

GIL, A. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Altas, 2002.

GIL, A. **Método e técnica de pesquisa.** 6. ed. São Paulo: Altas, 2008.

GODE, C. J. **Indústria açucareira em Moçambique: produção versus importação do açúcar.** 1997. Monografia (Licenciatura em Economia) - Faculdade de Economia, Universidade Eduardo Mondlane, [S.l.], 1997. Disponível em: <[www.saber.ac.mz/bitstream/10857/1443/1/Eco-113.pdf](http://www.saber.ac.mz/bitstream/10857/1443/1/Eco-113.pdf)>. Acesso em: 22 jun. 2014.

GRISA, C.; GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. Produção invisível na agricultura familiar: autoconsumo, segurança alimentar e política pública de desenvolvimento rural. **Revista Agroalimentario**, [S.l.], v. 16, n. 31, p. 481-515, jul./dez. 2010.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. “Plantar pro gasto” a importância do autoconsumo entre famílias de agricultores do Rio Grande Sul. **Revista Piracicaba**, São Paulo, v. 46, n. 2, p. 481-515, abr./jun. 2008.

HAAN, L. de. Globalization, localization and sustainable livelihoods. **Sociologia Ruralis**, Oxford, v. 40, n. 3, p. 339-365, July 2000.

HAAN, L. de; ZOOMERS, A. Development geography at the gross roads of livelihood

sand globalization. **Tidshriftvoor Economis Cheen Social e Geografie**, Nijmegen, v. 94, n. 3, p. 350-362, 2003.

HEREDIA, B. **A morada da vida**: trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste brasileiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA - INE (Moçambique). **Panorama sócio-demográfico de Moçambique**. Maputo: Editora de INE, 2013.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA - INE (Moçambique). **Recenseamento geral de população e habitação 2007**: indicadores sócio-demográficos – Maputo província. Maputo: Editora do INE, 2011. Disponível em <[www.ine.gov.mz/operacoes-estatisticas/censos/censo-2007](http://www.ine.gov.mz/operacoes-estatisticas/censos/censo-2007)>. Acesso em: 22 jun. 2015.

KAGEYAMA, Â. **Desenvolvimento rural**: conceitos e aplicação ao caso brasileiro. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

LIPTON, M. The theory of optimizing peasant. **Journal of Development Studies**, London, v. 4, n. 3, p. 327-351, 1968.

LONG, N. **Development sociology**: actor perspective: London, 2001.

MANHIÇA, C. **Indústria açucareira em Moçambique**: eficiência, produtividade e tecnologia versus importação do açúcar. 1999. Monografia (Licenciatura em Economia) - Faculdade de Economia, Universidade Eduardo Mondlane, [S.l.], 1999. Disponível em: <[www.saber.ac.mz/bitstream/10857/1458/1/Eco-122.pdf](http://www.saber.ac.mz/bitstream/10857/1458/1/Eco-122.pdf)>. Acesso em: 22 jun. 2014.

MAZOYER, M.; ROUDART, L. **Historia das agriculturas no mundial**: do neolítico à crise contemporânea: do neolítico à crise contemporânea. São Paulo: Ed. da UNESP, 2009.

MELLOR, J. The use and productivity of farm labor in early stages of agricultural development. **Journal of Farm Economic**, [S.l.], v. 45, n. 3, p. 517-534, 1963.

MENDRAS, H. **La fin Paysans**: suivi d'une reflexion sur la fin des Paysans: vingt ans après. Paris: Actes Sud, 1984.

MERLEAU-PONTY, M. **Fenomenologia da percepção**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

MINAYO, M. **Desafio do conhecimento**. São Paulo: HUCITEC, 1993.

MOÇAMBIQUE. Conselho de Ministro. **Estratégia de desenvolvimento rural**. Maputo, 2007.

MOÇAMBIQUE. Ministério da Administração Estatal e Função Pública - MAE. **Perfil do distrito de Magude Província de Maputo**. Maputo, 2005.

MOÇAMBIQUE. Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar - MINAG. **Plano Nacional de Investimento do setor agrário 2014-2018**. Maputo, 2011.

MOÇAMBIQUE. Ministério para a Coordenação da Acção Ambiental - MICOA. Direção Nacional de Gestão Ambiental. **Estratégia nacional de adaptação e mitigação mudanças climáticas 2013-2025**. Maputo, 2012.

MOSCA, J. **Políticas agrárias em Moçambique: (1975-2009)**. Maputo: [S.n.], 2014.

MUCHANGOS, A. **Moçambique, paisagens e regiões naturais**. Maputo: Tipografia Globo, 1999.

MURRAY, C. **Livelihoods research: some conceptual and methodological issues**. Manchester: Department of Sociology of University of Manchester, 2001.

NAKAGIMA, C. Subsistence and commercial family farms: some theoretical models of subjective equilibrium. In: WHARTON JR., C. (Ed.). **Subsistence agriculture and economic development**. Aldine, 1969.

NEGRÃO, J. Sistemas costumeiros de terra em Moçambique. In: SANTOS, B.; TRINDADE, J. (Org.). **Conflito e transformação social: uma paisagem das justiças em Moçambique**. Maputo; Coimbra CEA/CES, 2000. v. 1, p. 229-255.

NEVES, J. **Economy, society and labour migration in Central Mozambique: 1930-1965: a case study of Manica Province**. 1998. Thesis (PhD) – School of Oriental and African Studies, University of London, London, 1998.

NIEDERLE, P.; SCHUBERT, M.; SCHNEIDER, S. A agricultura familiar, desenvolvimento rural e um modelo de mercado múltiplo. In: DOULA, S. et al. (Org.). **Agricultura familiar em face das transformações recentes dos mercados**. Viçosa: Suprema, 2014. v. 1, p. 43-68.

O'LAUGHLIND, B.; IBRAIMO, Y. **A expansão da produção de açúcar e o bem-estar dos trabalhadores agrícolas e comunidades rurais de Xinavane e Magde**. Maputo: IESE, 2013. (Caderno IESE, 12P/2013). Disponível em: <www.iese.ac.mz>. Acesso em: 22 jun 2014.

OLIVEIRA, L. Ainda sobre percepção, cognição e representação em geografia. MENDONÇA, F.; KOZEL, S. (Org.). **Elemento de epistemologia da geografia contemporânea**. Paraná: Ed. da UFPR, 2009.

ORRE, A.; FORQUILHA, S. Uma iniciativa condenada ao sucesso. O fundo distrital dos 7 milhões e suas conseqüências para a governação em Moçambique. In: WEIMER, B. (Org.). **Moçambique descentralização e o centralismo: economia política, processo, resultado**. Maputo, 2012. Disponível em: <www.iese.ac.mz>. Acesso em: 22 jun. 2014.

PAINEL BRASIL DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS - PBMC (Brasil). **Impactos, vulnerabilidade e adaptação às mudanças climáticas**. Contribuição do grupo de

trabalho 2 painel brasileiro de mudanças climáticas ao primeiro relatório de avaliação nacional sobre mudanças climáticas. Rio de Janeiro: UFRJ, 2014.

PERONDI, M. **Diversificação dos meios de vida e mercantilização da agricultura familiar**. 2007. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

PERONDI, M.; SCHNEIDER, S. Bases teóricas da abordagem de diversificação dos meios de vida. **REDES - Rev. Des. Regional**, Santa Cruz do Sul, v. 17, n. 2, p. 117-135, maio/ago. 2012.

PLOEG, J. D. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2008.

PLOEG, J. D. et al. Rural development: from practices and policies towards theory. **Sociologia Ruralis**, Assen, v. 40, n. 4, p. 391-408, 2000.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO - PNUD. **Integração dos riscos e oportunidades das mudanças climáticas nos processos de desenvolvimento nacional e na programação nacional das Nações Unidas: guia para apoiar as equipas da ONU nos países na integração dos riscos e oportunidades climáticas**. Brasília: PNUD, 2011.

POLANYI, K. La Economía como actividad institucionalizada. In POLANYI, K. (Org.). **Comercio y mercado em los impérios antiguos**. Barcelona: Editora do Labor Universitária, 1976. p. 289-315.

RITA-FERREIRA, A. **Fixação portuguesa e historia pré colonial de Moçambique**. Lisboa: Instituto de ICT/JICU, 1982. Disponível em: <<http://www.antoniorita-ferreira.com/pt/bibliografia-publicacoes-na-imprensa>>. Acesso em: 22 jun. 2014.

RODRIGUES, M. et al. A percepção ambiental como instrumento de apoio na gestão e na formulação de políticas públicas. **Revista de Saúde Sociedade**, São Paulo, v. 21, supl. 3, p. 96-110, 2012.

SABOURIN, E. Práticas sociais, políticas públicas e valores humanos. In: SCHNEIDER, S. (Org.). **A diversidade da agricultura familiar**. 2. ed. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2006.

SABOURIN, E. **Sociedades e organizações camponesas: uma leitura através da reciprocidade**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2011.

SARTORI, M. **Clima e percepção geográfica: fundamentos teóricos à percepção climática e à bioclimatologia humana**. Santa Maria: Pallotti, 2014.

SCHNEIDER, S. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e sua articulação externam. **Revista Sociologia**, Porto Alegre, v. 6, n. 11, p. 88-125, jan./jun. 2004.

SCHNEIDER, S. **A pluriatividade na agricultura familiar**. 2. ed. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2009.

SCHNEIDER, S.; NIEDERLE, P. Resistance strategies of rural livelihoods: the construction of autonomy among Brazilian family farmers. **Journal of Peasant Studies**, London, v. 37, n. 2, p. 379-405, 2010.

SCHULTZ, T. **Transforming traditional agriculture**. New Haven: Yale University Press, 1964.

SCOTT, J. **The moral economy of the peasant**. New Haven: Yale University Press, 1976.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SEN, A. **Desigualdade reexaminada**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SEN, A. Peasants and dualism with or without surplus labor. **Journal of Political Economy**, Chicago, v. 74, n. 5, p. 425-450, 1966.

SPOSITO, E. S. **Geografia e filosofia**: contribuição para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo: Ed. da UNESP, 2004.

TUAN, Y. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: Difel, 1980.

WANDERLEY, M. **Raízes históricas do campesinato brasileiro**. Trabalho apresentado no XX Encontro anual da ANPOCS. GT. 17. Processos sociais e agrários. Caximbu, Minas Gerais, out. 1996.

WOLF, E. **Sociedade camponesa**. 2. ed. Rio de Janeiro: [S.n.], 1976.

**APÊNDICE A - ENTREVISTA APLICADA ÀS FAMÍLIAS CAMPONESAS DO  
POSTO ADMINISTRATIVO DE MAHEL DISTRITO DE MAGUDE –  
MOÇAMBIQUE**

**UNIVERSIDADE FEDERAL RIO GRANDE DE SUL-UFRGS**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL –  
PGDR**

**Tema:** Estratégia de meio de vida das famílias camponesas à luz das mudanças climáticas: um estudo no posto administrativo de Mahel, distrito de Magude, Moçambique,

**Mestrando:** Lúcio Muchanga **Orientador:** Paulo Waquil

<b>Entrevistador:</b> _____ <b>Camponês:</b> _____
<b>Sexo:</b> M/F ____ <b>Idade</b> ____ (anos). <b>Apoiante de Campo:</b> _____
<b>Data:</b> ____/____/2015

Nível de Escolaridade							
Alfabético		Primário/C		Básico		Médio	Superior

\***Alfabético** = Não sabe ler nem escrever

\***Primário** = 1-5ª classe

\***Primário Completo** = 6-7ª classe

**2. DADOS RELATIVOS À PERCEPÇÃO DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS**  
(secas, cheias, e ciclones)

2.1. Durante o ano qual tem sido a principal atividade principal nesta unidade produtiva familiar?

R: \_\_\_\_\_

2.2. Há quantos anos o senhor reside aqui?

2 anos		5 anos		10 anos		20 anos		30 anos		+ 35anos	
--------	--	--------	--	---------	--	---------	--	---------	--	----------	--

**Migrante**

2.3: Por que o senhor mudou?

R: \_\_\_\_\_

2.4. Nos últimos quinze anos, o senhor tem reparado ou ouvido falar de Mudanças Climáticas? R: Sim \_\_\_\_\_. Não \_\_\_\_\_

❖ Se **sim** responde alínea 2.5. Se **não** responde alínea 2.6



2.5. O que senhor acha das mudanças climáticas para vossa vida?

R: \_\_\_\_\_

2.6. Nos últimos quinze anos, o senhor sentiu algum impacto das Mudanças climáticas? R: Sim\_\_\_\_\_. Não\_\_\_\_\_

❖ Se **sim** responde alínea 2.7. Se **não** responde alínea 3

2.7. Como se manifestou?

R: \_\_\_\_\_

2.8. Como vocês têm enfrentado?

R: \_\_\_\_\_

2.9. Qual seria a provável causa das mudanças climáticas?

R: \_\_\_\_\_

### 3. DADOS RELATIVOS FONTES DE RENDIMENTOS

3.1. O senhor tem outra/s fonte/s de rendimento alternativo à agricultura?

R: Sim\_\_\_\_\_. Não\_\_\_\_\_

❖ Se **sim** responde alínea 3.2. Se **não** passa para ponto 4.

3.2. Indica quais essas fontes alternativas à agricultura?

Remessas Familiares	
Comércio Formal	
Comércio Informal	
Função Pública	
Trabalho Sazonal	
Programa de apoio Estatal	

Outras: \_\_\_\_\_

3.3. Quando é que o senhor começou a recorrer a essas fontes alternativas?

R: \_\_\_\_\_

### 4. DADOS RELATIVOS À PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE

4.1. A vossa machamba<sup>12</sup> produz o suficiente para atender às vossas necessidades?

R: Sim\_\_\_\_\_. Não\_\_\_\_\_

❖ Se **sim** responde alínea 4.3. Se **não**, responde alínea 4.2

4.2. Existem estratégias que adotam para minimizar a baixa produção e baixa

\_\_\_\_\_

❖ <sup>12</sup> Termo usado para definir unidade produção agrícola familiar em Moçambique

produtividade agrícola?

R: \_\_\_\_\_

4.3. Indique as culturas que o senhor produz nos últimos quinze anos?

Cultura	Espécies	Produtividade (Boa, moderada, e mau)	Destino da produção %	
			Consumo	Venda
Subsistências	Milho			
	Amendoim			
	Batata Reno			
	Batata Doce			
	Feijão Nhemba			
	Feijão Manteiga			
	Gergelim			
	Abobora			
	Mandioca			
Rendimento	Cana de açúcar			
Ortícola	Alface			
	Alho			
	Cenoura			
	Couve			
	Melancia			
	Pimenta			
	Quiabo			
	Repolho			
	Tomate			
Fruteira	Bananeira			
	Laranjeira			
	Limoeiro			
	Mangueira			
	Papaieira			

❖ Não aplicável: nunca produziu esta cultura

4.4. Quanto tempo o senhor é produtor?

2anos		5anos		10 anos		20 anos		30 anos		+ 35anos	
-------	--	-------	--	---------	--	---------	--	---------	--	----------	--

4.5. Nos últimos quinze anos, o senhor deixou de produzir ou introduziu novas culturas? R: Sim\_\_\_\_\_. Não\_\_\_\_\_

❖ Se **sim**, responde alínea 4.6. Se **não**, responde alínea 5

4.6. Porque o senhor teve deixar ou introduzir?

R: \_\_\_\_\_

## 5. DADOS RELATIVOS AO SISTEMA DE PRODUÇÃO

5.1. O Senhor usa sistema de pousio (descanso)? R: Sim\_\_\_\_\_. Não\_\_\_\_\_

❖ Se **sim**, responde alínea 5.2. Se **não**, responde alínea 5.3.

5.2. Está relacionado com mudanças climáticas? R: Sim\_\_\_\_\_. Não\_\_\_\_\_

5.3. O Senhor usa sistema de irrigação da terra para aumentar a produção?

R: Sim\_\_\_\_\_. Não\_\_\_\_\_

❖ Se **sim**, responde alínea 5.6. Se **não**, responde alínea 5.4.

5.4. Deve-se à:

Incapacidade financeira (\_\_\_)

Desconhecimento (\_\_\_)

Falta de condições naturais (\_\_\_)

5.5. Segundo a sua visão, nos últimos quinze anos aumentaram ou surgiram doenças ou pragas? R: Sim\_\_\_\_\_. Não\_\_\_\_\_

❖ Se **sim**, responde alínea 5.6. Se **não**, responde alínea 5.7.

5.6. Quais estratégias adotaram para enfrentarem?

R: \_\_\_\_\_

5.7. Nos últimos quinze anos, o senhor alterou o período de sementeira?

R: Sim\_\_\_\_\_. Não\_\_\_\_\_

❖ Se **sim**, responde alínea 5.8. Se **não**, responde alínea 5.9.

5.8. Porque o senhor mudou?

R: \_\_\_\_\_

5.9. Nos últimos quinze anos, o senhor usou novas sementes?

R: Sim\_\_\_\_\_. Não\_\_\_\_\_

❖ Se **sim**, responde alínea 5.10. Se **não**, responde alínea 5.11

5.10. Porque o senhor adotou as novas sementes?

Ciclo curto (\_\_\_)

Resistentes à seca (\_\_\_)

Outro motivo\_\_\_\_\_

5.11. Nos últimos quinze anos, o senhor usou novas tecnologias/técnica para manter ou aumentar à produção? R: Sim\_\_\_\_\_. Não\_\_\_\_\_

❖ Se **sim**, responde alínea 5.12. Se **não**, responde alínea 5.13

5.12. Que tipo de técnica/tecnologia o senhor adotou?

R: \_\_\_\_\_

5.13. Nos últimos quinze anos, o senhor intensificou o uso dos recursos naturais

(terra, água e vegetação)? R: Sim\_\_\_\_\_. Não\_\_\_\_\_

❖ Se **sim**, responde alínea 5.14. Se **não**, responde alínea 5.15

5.14. Qual é o recurso natural (terra, água e vegetação) o senhor intensificou?

R: \_\_\_\_\_

5.15. Nos quinze anos, o senhor aumentou número de horas e dias de trabalho?

R: Sim\_\_\_\_\_. Não\_\_\_\_\_

❖ Se **sim**, responde alínea 5.16. Se **não**, responde alínea 5.17

5.16. Quantas horas e dias de semana o senhor aumentou?

R: \_\_\_\_\_

5.17. Nos últimos quinze anos, o senhor investiu na unidade produtiva familiar?

R: Sim\_\_\_\_\_. Não\_\_\_\_\_

❖ Se **sim**, responde alínea 5.18. Se **não**, responde alínea 5.19

5.18. Em que setor, o senhor investiu?

R: \_\_\_\_\_

5.19. Quantos meses do ano, o senhor dedica exclusivamente o cultivo?

R: \_\_\_\_\_

## 6. DADOS RELATIVOS ÁREA USADA PARA PRODUÇÃO

6.1. Como o senhor obteve terra onde produz

Herança	
Compra	
DUAT	
Empréstimo	
Arrendamento	

Outros motivos: \_\_\_\_\_

6.2. Nos últimos quinze anos, o senhor mudou área de produção?

R: Sim\_\_\_\_\_. Não\_\_\_\_\_

❖ Se **sim**, responde alínea 6.3. Se **não**, responde alínea 6.4.

6.3. Alteração esteve relacionada com mudanças climáticas?

R: Sim\_\_\_\_\_. Não\_\_\_\_\_

6.4. O senhor aumentou ou diminuiu área de produção?

R: Sim\_\_\_\_\_. Não\_\_\_\_\_

❖ Se **sim**, responde alínea 6.5. Se **não**, responde alínea 6.6.

6.5. Por quê?

R: \_\_\_\_\_

6.6. O senhor tem alguns meses que arrenda as terras para produzir?

R: Sim\_\_\_\_\_. Não\_\_\_\_\_

6.7. Em que área o senhor tem produzido:

Área Baixa	
Área Alta	
Área Baixa e Alta	

6.8. O senhor escolheu essas áreas tendo em conta mudanças climáticas?

R: Sim\_\_\_\_\_. Não\_\_\_\_\_

## 7. DADOS RELATIVOS À RENDA FAMILIAR

7.1. Na unidade produtiva familiar têm membros que trabalham exclusivamente em atividade agrícola? R: Sim\_\_\_\_\_. Não\_\_\_\_\_

❖ Se **sim**, responde alínea 7.2. Se **não**, responde alínea 7.3

7.2. Quantos trabalham exclusivamente na atividade agrícola?

R: \_\_\_\_\_

7.3. Na unidade produtiva familiar têm membros que trabalham parcialmente em atividade agrícola? R: Sim\_\_\_\_\_. Não\_\_\_\_\_

❖ Se **sim**, responde alínea 7.4. Se **não**, responde alínea 7.5

7.4. Quantos trabalham parcialmente na atividade agrícola

R: \_\_\_\_\_

7.5. Na unidade produtiva familiar têm membros que trabalham exclusivamente em atividade não agrícola? R: Sim\_\_\_\_\_. Não\_\_\_\_\_

❖ Se **sim**, responde alínea 7.6. Se **não**, responde alínea 7.7.

7.6. Quantos trabalham exclusivamente atividade não agrícola

R: \_\_\_\_\_

7.7. Na unidade produtiva familiar têm membros que trabalham parcialmente em atividade não agrícola? R: Sim\_\_\_\_\_. Não\_\_\_\_\_

❖ Se **sim**, responde alínea 7.8. Se **não**, responde alínea 7.9.

7.8. Quantos trabalham parcialmente atividade não agrícola

R: \_\_\_\_\_

7.9. O senhor tem trabalhadores assalariados permanentes na atividade agrícola? R: Sim\_\_\_\_\_. Não\_\_\_\_\_

❖ Se **sim**, responde alínea 7.10. Se **não**, responde alínea 7.11.

7.10. Os trabalhadores permanentes foram contratados tendo em conta as Mudanças Climáticas? R: Sim\_\_\_\_\_. Não\_\_\_\_\_

7.11. O senhor tem trabalhadores assalariados temporários na atividade agrícola? R: Sim\_\_\_\_\_. Não\_\_\_\_\_

❖ Se **sim**, responde alínea 7.12. Se **não**, responde alínea 7.13

7.12. Os trabalhadores temporários são contratados tendo em conta as Mudanças Climáticas? R: Sim\_\_\_\_\_. Não\_\_\_\_\_

## **8. DADOS RELATIVOS MERCADO (ESCOAMENTO) DE COMPRA E VENDA DE PRODUÇÃO**

8.1. Há mercado de compra e venda de produtos agrícolas no distrito?

R: Sim\_\_\_\_\_. Não\_\_\_\_\_

❖ Se **sim**, responde alínea 8.2. Se **não**, responde alínea 8.3.

8.2. Os mercados surgiram nos últimos quinze anos? R: Sim\_\_\_\_\_. Não\_\_\_\_\_

8.3. O senhor vende uma parte da produção? R: Sim\_\_\_\_\_. Não\_\_\_\_\_

❖ Se **sim**, responde alínea 8.4. Se **não**, responde alínea 9.

8.4. Para quem o senhor vende a maior parte dos produtos obtidos na produção?

R: \_\_\_\_\_

## **9. DADOS RELATIVOS AOS SERVIÇOS DE EXTENSÃO E FINANCIAMENTO**

9.1. O senhor já recebeu serviços de extensão? R: Sim\_\_\_\_\_. Não\_\_\_\_\_

❖ Se **sim**, responde alínea 9.2. Se **não**, passa para ponto 9.5.

9.2. Dê que instituição ou entidade o senhor recebeu esses serviços?

R: \_\_\_\_\_

9.3. Estas instituições abordaram apenas produção ou incluíram tema das mudanças climáticas?

R: \_\_\_\_\_

9.4. O senhor já recebeu algum financiamento destinado à produção e mudanças climáticas? R: Sim\_\_\_\_\_. Não\_\_\_\_\_

❖ Se **sim**, responde alínea 9.6. Se **não**, responde ponto 10.

9.5. Dê que instituição o senhor recebeu esses financiamentos?

Governo	
Bancos privados	
Familiares	
Comunidade	
Programas específicos	

Outras instituições: \_\_\_\_\_

9.6. Os serviços de financiamento destinaram:

Custeio	
Comercialização	
Compra de maquinário	

Outras áreas: \_\_\_\_\_

## 10. DADOS RELATIVOS À VIDA COMUNITÁRIA

10.1. O senhor participa em algumas associações? Sim \_\_\_\_\_. Não \_\_\_\_\_

❖ Se **sim**, responde alínea 10.2. Se **não**, responde alínea 10.7.

10.2. Que tipo de associação o senhor participa?

R: \_\_\_\_\_

10.3. Quais são os principais temas debatidos nessas associações?

R: \_\_\_\_\_

10.4. Existe uma associação ou várias que debatem questões ligadas Mudanças Climáticas? Sim \_\_\_\_\_. Não \_\_\_\_\_

❖ Se **sim**, responde alínea 10.5. Se **não**, passa para alínea 10.7

10.5. O que se debatem nessas associações?

R: \_\_\_\_\_

10.6. Há dentro dessas associações estratégias para resistirem impactos das mudanças climáticas?

R: \_\_\_\_\_

10.7. Quais são as instituições que senhor conhece que atuam na área agrícola na vossa comunidade?


R: \_\_\_\_\_


**APÊNDICE B - TABELA DOS CHEFES DOS AGREGADOS SUBMETIDOS À  
PESQUISA**

N°	Nome dos chefes dos agregados	Sexo	Idade
01	José Machel	M	75
02	Alda Mujovo	F	66
03	Talvina Ubisse	F	75
04	Joaquim Ubisse	M	57
05	Carlos Ubisse	M	78
06	Maria Alice	F	45
07	Hortência Ubisse	F	42
08	Anabela Ubisse	F	35
09	Elface Ubisse	M	75
10	Rita Gomano	F	66
11	Alberto Macandza	M	47



## ANEXO A – DECLARAÇÃO

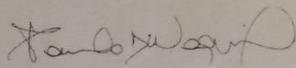
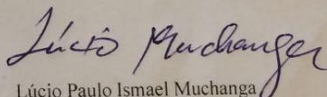
  
 UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL




Declaração

Eu, Paulo Dabdab Waquil, professor associado da Universidade Federal do Rio Grande Sul (UFRGS), em Porto Alegre, Brasil, e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR), nesta universidade, na condição de orientador do pesquisador Lúcio Paulo Ismael Muchanga<sup>1</sup>, estudante do curso de mestrado em Desenvolvimento Rural no PGDR/UFRGS, **estando a desenvolver uma pesquisa no campo das mudanças climáticas e estratégias comunitárias de sobrevivência em Moçambique, tendo como base o distrito de Magude - Posto Administrativo de Mahel, numa população amostral de vinte (20) famílias camponesas**, pretendo para tal, apoio para as atividades de pesquisa à obtenção de informações relativas à problemática ambiental e estratégias adotadas pelos camponeses. Declaro, ainda, que as informações obtidas serão de usos exclusivos para fins meramente acadêmicos, por ser verdade passo a minha assinatura e posteriormente será assinado pelo pesquisador Lúcio Paulo Ismael Muchanga.

Porto Alegre, Brasil 10 de março de 2015 Maputo, 18 / 03 / 2015

  
 Paulo Dabdab Waquil   
Lúcio Paulo Ismael Muchanga

<sup>1</sup> Bolsista do programa CNPQ, com número de processo de inscrição chamada MCT-MZ número 42/2013-mestrado, na modalidade: Mestrado - GM, processo: 190550/2013-9, estudante do PGDR-UFRGS, com número de cartão 247643



Fonte: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural - PGDR. **Declaração**. Porto Alegre, 2015.